

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CAROLINA CANCIAN BAJOTTO**

**POLÍCIA FEDERAL: A ELITE POLICIAL TRAÇANDO  
IDENTIDADES E DISTINÇÕES**

**PORTO ALEGRE**

**2009**

**CAROLINA CANCIAN BAJOTTO**

**POLÍCIA FEDERAL: A ELITE POLICIAL TRAÇANDO  
IDENTIDADES E DISTINÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre  
2009

**CAROLINA CANCIAN BAJOTTO**

**POLÍCIA FEDERAL: A ELITE POLICIAL TRAÇANDO  
IDENTIDADES E DISTINÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Orientadora – Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Bittencourt Ribeiro – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Eunice Maciel – UFRGS

---

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – PUCRS

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Heitor e Emilia, pelo amor, dedicação, apoio em todas as minhas decisões e exemplos de que a integridade e o caráter são pontos essenciais para o reconhecimento profissional e pessoal.

Aos meus irmãos, Alexandre e Gustavo, pelo incentivo, apoio, preocupação e pelo exemplo de que a dedicação ao trabalho e a busca constante pelo aperfeiçoamento são primordiais para o sucesso profissional.

Aos meus amigos que embora distantes sempre compartilharam minhas conquistas e decepções.

Ao Superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, delegado Ildo Gasparetto, à equipe do Setor de Comunicação Social, bem como a todos os policiais que colaboraram para a realização desta pesquisa.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialmente a minha orientadora Professora Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro, pela disponibilidade e ajuda profissional, com o intuito de colaborar e aperfeiçoar meu trabalho.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa, sem a qual não seria possível a realização deste mestrado.

*"O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis."*

Fernando Pessoa

## RESUMO

Atualmente, o tema sobre “polícia” vem ganhando grande espaço nos debates público e privado. A Polícia Federal do Brasil destaca-se pelo fato de ter obtido, nos últimos anos, grande reconhecimento social. Além disso, esta visibilidade se deu, em parte, pela mídia, pois quase diariamente a atuação dessa polícia aparece nos telejornais nacionais bem como na mídia impressa, como jornais e revistas. A partir do trabalho de campo, realizado por meio de entrevistas com policiais federais nos cargos de delegado, agente, escrivão, papiloscopista e perito, buscou-se analisar o pertencimento a esta corporação, a partir da identificação de aspectos que configuram a visão que policiais federais manifestam sobre o próprio trabalho. Assim, procurou-se localizar identificações e diferenciações que delimitam o "ser policial federal". Dentre as conclusões da pesquisa, destaca-se uma identidade partilhada pelos entrevistados, isto é, uma construção simbólica que configura uma identidade coletiva, que se concretiza pelas principais características: a) a concepção do que seria o verdadeiro trabalho policial, b) a forma de se trabalhar, como a não convivência com policiais corruptos e a constante presença da confiança como fator essencial para o trabalho policial e c) as conseqüências de se trabalhar na PF, como o vício ao se tornar policial federal, a percepção do risco inerente às funções e a renúncia da vida particular. O segundo aspecto diz respeito à Polícia Federal como “de elite” em duplo sentido: por tratar-se de uma polícia bem equipada e qualificada, com salários dignos e boas condições de trabalho; e, por ser uma polícia que prende uma parcela da sociedade considerada privilegiada, tanto por seu *status* econômico-social, como pela sua influência política, isto é, a elite brasileira.

**Palavras-chaves:** Polícia Federal; identidade; cultura policial

## ABSTRACT

The Polícia Federal do Brasil has recently gained significant national media coverage and public respect and this fact has raised the discussion about the theme of “Police” in the national media. The researcher interviewed chief police officers, agents, and forensic science agents to analyze their personal feelings of belonging to this “special police” and their personal view of their roles within the police and to identify characteristics that those individuals use to describe the organization and their roles within the organization. The research identified that those police officers shared a common identity, characterized through their common view of a) their role of a police officer, b) the way the police should work, like not coexist with corrupt police officers and fight the corruption within the government and police forces, and c) the consequences of working to the police, like abide to the job rules, live with the constant risk, and renounce of their personal life. The second identified issue was the perception of the Polícia Federal do Brasil as “special police”. It is so not only because it is well equipped, trained, paid, and had good working conditions, but also because it is the police force that goes after the subjects considered the “Brazilian elite” with high social-economic status and high political influence.

**Key words:** Polícia Federal; identity; police culture

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Efetivo da Polícia Federal no Rio Grande do Sul em 2008 .....	24
Quadro 2 - Progressão salarial para os cargos de policial federal em início de carreira .....	25
Quadro 3 - Progressão salarial para os cargos de policial federal no topo da carreira .....	25
Quadro 4 - Diferença salarial entre as diversas polícias .....	25
Quadro 5 - Classificação dos policiais por tempo de serviço na Polícia Federal .....	35
Quadro 6 - Classificação dos policiais por faixa etária .....	36
Quadro 7 - Qualidades pessoais para ser um bom policial federal .....	41
Quadro 8 - Número de operações da Polícia Federal .....	46
Quadro 9 - Valor do investimento do governo federal .....	48
Quadro 10 - Descrição de algumas operações da Polícia Federal .....	60
Quadro 11 - Número de servidores públicos e de policiais federais presos .....	85



## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – Polícias e Polícia Federal brasileira: história, atribuições e características distintas.....</b>	<b>15</b>
1.1 O que é e o que faz a polícia .....	15
1.2 A Polícia Federal brasileira.....	21
1.2.1 Breve histórico .....	21
1.2.2 Disputas internas .....	26
<b>Capítulo 2 – A pesquisa de campo: entrevistando policiais federais .....</b>	<b>30</b>
2.1 Situação de entrevista .....	32
2.1.1 O contato .....	32
2.1.2 A entrevista .....	33
2.2 Perfil dos entrevistados .....	34
2.2.1 O contingente pesquisado .....	34
2.3 Razões para ser policial federal .....	37
2.3.1 Estabilidade x Vocação .....	37
2.3.2 Reconhecimento social .....	41
2.3.3 Flexibilidade .....	43
<b>Capítulo 3 – Polícia de elite .....</b>	<b>46</b>
3.1 Os investimentos .....	48
3.2 Valorização da qualificação .....	51
3.3 Crime organizado.....	52
3.4 Polícia que prende elite.....	59
3.4.1 Impunidade .....	63
3.4.2 Uso das algemas .....	66
<b>Capítulo 4 – A identidade policial.....</b>	<b>69</b>
4.1 O trabalho policial “mesmo” .....	73
4.1.1 Linha de frente x Trabalho burocrático .....	73
4.1.2 Do cumprimento das atribuições .....	80
4.2 Como se trabalha .....	83

4.2.1 Segredo e Intolerância com policiais corruptos .....	83
4.2.2 Relações de confiança .....	89
4.3 Conseqüências em se trabalhar na PF .....	93
4.3.1 A “cachaça” .....	93
4.3.2 Risco e Vulnerabilidade .....	94
4.3.3 Sacrifício e Renúncia .....	95
4.4 Nós, policiais federais, e os outros .....	97
4.4.1 PF como espelho .....	97
4.4.2 A Polícia Federal e as outras polícias .....	98
<b>Conclusão .....</b>	<b>109</b>
<b>Referências .....</b>	<b>114</b>
<b>Apêndice A – Roteiro de entrevista .....</b>	<b>117</b>
<b>Apêndice B – Perfil dos entrevistados .....</b>	<b>119</b>
<b>Anexo A – Reportagem do Jornal Zero Hora.....</b>	<b>120</b>
<b>Anexo B – Foto da elite sendo presa.....</b>	<b>121</b>
<b>Anexo C – Foto da elite sendo presa.....</b>	<b>122</b>
<b>Anexo D – Foto de um carro importado.....</b>	<b>123</b>
<b>Anexo E – Foto de carros de luxo apreendidos .....</b>	<b>124</b>
<b>Anexo F – Foto de policial federal com a roupa operacional .....</b>	<b>125</b>
<b>Anexo G – Foto de policiais federal com a roupa operacional .....</b>	<b>126</b>
<b>Anexo H – Foto de policiais federal com a roupa operacional .....</b>	<b>127</b>
<b>Anexo I – Foto de policiais federal com a roupa operacional .....</b>	<b>128</b>

## INTRODUÇÃO

O tema da segurança pública, seus problemas e possíveis soluções é, atualmente, objeto de debate nas universidades assim como na esfera política, nos espaços público e privado. Pesquisar ou falar sobre este tema implica em abordar a atuação das polícias, pois estas instituições do Estado têm como principal função a manutenção da ordem e a repressão de crimes, atuando diretamente nas políticas de segurança adotadas por qualquer governo. A visibilidade social que a Polícia Federal do Brasil obteve nos últimos anos motivou a realização da pesquisa que será apresentada nessa dissertação, pois quase diariamente a atuação dessa polícia aparece nos telejornais nacionais bem como na mídia impressa, como jornais e revistas.

Outro dado relevante em relação à polícia brasileira é apontado por algumas pesquisas que se referem à confiança dos brasileiros nas instituições. Destacam-se as pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)<sup>1</sup>, uma publicada em 25 de maio de 2005 e outra em 23 de agosto de 2007. O que surpreende em tais resultados, quando comparados entre si, é o crescimento considerável da confiança dos brasileiros em relação à polícia. Embora o estudo de 2005 não especifique o tipo de polícia (militar, civil ou federal), tem-se uma idéia da aprovação da população: a polícia foi a instituição que ficou em 13º lugar, com um índice de confiança de 44%, ficando atrás da classe médica, Forças Armadas, jornais, engenheiros, Igreja Católica, rádios, Sindicato dos Trabalhadores, televisão, advogados, igrejas evangélicas, Poder Judiciário e empresários, nesta ordem. Já a segunda pesquisa mostra que aproximadamente metade dos brasileiros confia nas polícias de seus estados (civil e militar). E em relação à Polícia Federal, sete em cada dez brasileiros declaram confiar nessa instituição, atingindo um índice de 69%.

Outra pesquisa divulgada em setembro de 2007 pela Associação dos Magistrados Brasileiros<sup>2</sup>, sobre a imagem das instituições públicas brasileiras, mostra um índice ainda maior da confiança da população em relação à Polícia Federal. Como resultado tem-se que esta instituição ficou em primeiro lugar na confiança dos brasileiros: 75,5% dos entrevistados declararam confiar nesta polícia. Outro dado importante, divulgado na mesma pesquisa, referiu-se à instituição que deveria ser mais relevante no combate à corrupção. Mais uma vez

---

1 Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

2 Disponível em: <[http://www.amb.com.br/docs/pesquisa/imagem\\_instituicoes.pdf](http://www.amb.com.br/docs/pesquisa/imagem_instituicoes.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2007.

a Polícia Federal ficou em primeiro lugar com um índice de 25,1%. Estes dados corroboram ainda mais o atual destaque social pelo qual vem passando a Polícia Federal.

Ao realizar um levantamento bibliográfico sobre polícias, percebeu-se uma grande lacuna na área das Ciências Sociais. Os trabalhos encontrados englobam principalmente a área jurídica, conceitos de crime e discussões de leis penais. Viu-se, com isso, a falta de pesquisa no que diz respeito à atuação policial brasileira, principalmente em relação à Polícia Federal. As pesquisas realizadas abordam, em sua maioria, as Polícias Civis do território brasileiro. Assim, o presente trabalho busca analisar – neste momento de visibilidade e reconhecimento social pelo qual passa a Polícia Federal – o pertencimento a esta corporação, a partir da identificação de aspectos que configuram a visão que policiais federais manifestam sobre o próprio trabalho.

Voltada para a análise de traços identitários, a interrogação que norteia este estudo segue as considerações teóricas de Cuche (1999), para quem a identidade é algo que faz com que o indivíduo se sinta parte de um sistema social que o localiza socialmente. A identidade do indivíduo resulta das interações que ele realiza com o meio social e que caracterizam vínculos sociais, seja a uma classe social, uma nação ou um grupo específico. Portanto, a identidade social não se refere somente ao indivíduo, mas diz respeito a um grupo social, situado em relação a outros.

“A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista)” (CUCHE, 1999, p. 177). Assim, a identidade se elabora em processos de identificação e diferenciação entre “nós” e “eles”. Ou seja, não há uma identidade isolada que não esteja em relação a outra identidade, numa espécie de oposição.

Cuche observa que a identidade se constrói sempre numa relação de concessão e negociação entre uma auto-identidade e uma exo-identidade. Enquanto a primeira diz respeito ao grupo em si, a segunda é definida pelos outros. Dessa forma, a identidade não é absoluta, mas relativa, pois resulta de um processo relacional, tanto dentro do próprio grupo, quanto em relação a outros grupos. O autor demonstra ainda que a partir deste processo relacional surgem as fronteiras que delimitam os grupos sociais. Estas fronteiras são simbólicas na medida em que buscam a diferenciação através de traços culturais que marcam a identidade do grupo.

Woodward (2000), assim como Cuche, também apresenta um conceito relacional de identidade, sendo esta marcada por diferenças, ou seja, essa marcação ocorre tanto por

sistemas simbólicos de representação quanto por exclusão social. Por isso, a identidade não está em oposição à diferença e sim, depende dela. “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais” (WOODWARD, 2000, p. 14).

Nesta perspectiva, buscando identificar traços identitários dos policiais federais, a pesquisa orienta-se pelo objetivo de analisar a visão destes policiais em relação à atuação da Polícia Federal, a fim de localizar fronteiras ou identificações e diferenciações que delimitam o conteúdo do “ser um policial federal”.

Com esta proposta de trabalho efetivou-se, primeiramente, um levantamento bibliográfico de temas como polícia, cultura policial, crime organizado e identidade profissional. Os estudos encontrados sobre polícia serviram como base para uma reflexão em torno deste mundo particular, que é o universo policial, destacando-se a falta de pesquisa específica sobre a Polícia Federal brasileira. A segunda etapa consistiu no trabalho de campo, realizado mediante entrevistas com perguntas semi-estruturadas e não-diretivas (ver apêndice A). As 25 entrevistas foram feitas com policiais federais e procurou-se abordar, na medida do possível, todos os cargos (delegado, agente, escrivão, papiloscopista e perito). Optou-se por privilegiar esta técnica de coleta de dados

pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2002, p.65).

Na presente pesquisa, o contato com os policiais se deu através de rede de relações visando uma progressiva inserção no contexto policial, familiaridade com termos e com a rotina do trabalho policial. Por meio desta rede formou-se uma espécie de “teia” na qual os contatos pessoais da pesquisadora conheciam ou indicavam policiais federais, abrindo o leque no número de entrevistados. Destaca-se também que, além das entrevistas, houve outras fontes de dados, por meio de dois veículos de mídia impressa: o Jornal Zero Hora<sup>3</sup> e a Revista Carta Capital<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O Jornal Zero Hora é impresso em Porto Alegre – RS e distribuído por todo estado gaúcho. Desde 2002 está na lista dos dez maiores jornais do Brasil de circulação paga, sendo que no ano de 2007 teve 176.412 exemplares

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro relacionam-se conceitos de polícia e suas respectivas atribuições. Apresenta-se também um histórico da Polícia Federal brasileira mostrando as mudanças estruturais pelo qual já passou a instituição. Em seguida, são abordados alguns aspectos atuais desta organização policial.

No segundo capítulo apresentam-se a pesquisa de campo, o perfil dos entrevistados, bem como as razões que fizeram os policiais ingressarem na Polícia Federal. O terceiro capítulo apresenta aspectos que justificam o imaginário segundo o qual a Polícia Federal é uma polícia de elite.

O último capítulo inicia com conceitos de identidade policial, a partir de alguns estudos relevantes sobre este tema. Logo após, apresenta-se uma análise do que pôde ser percebido a respeito da identidade dos policiais federais frente ao seu próprio trabalho. Neste capítulo a ênfase está colocada em aspectos que delimitam o “nós, policiais federais” assim como as diferenças relacionadas com outros grupos sociais.

---

em circulação. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

<sup>4</sup> A Revista Carta Capital é da Editora Confiança e completa 15 anos de existência em 2009. Produzida em São Paulo, semanalmente, possui circulação nacional com assuntos atuais, sendo seu público-alvo considerado um grupo social mais intelectualizado.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/app/institucional.jsp?a=4&a2=19>> e <<http://www.emrevista.com.br/cApp/ListaAssoc.asp>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

## **CAPÍTULO 1**

### **POLÍCIAS E POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA, ATRIBUIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS**

A maioria dos estudos realizados no âmbito das Ciências Sociais sobre polícia (BRETAS; PONCIONI, 1999; LEMBGRUBER, 2007; BEATO FILHO, 1999; KAHN, 1999; ZALUAR, 1996; SANTOS, 1997, dentre outros) está voltada para os temas da violência policial, das reformas nas instituições de controle social, do policiamento comunitário, da justiça criminal, da segurança pública, da criminalidade violenta e da estatística de crimes.

Nota-se que grande parte destas pesquisas apresenta teorias normativas, através de modelos ou tipos-ideais, no intuito de “melhorar” a atuação policial, bem como de reduzir o número de crimes, até mesmos os praticados pela própria polícia, como homicídios, por exemplo. Além disso, abordam as polícias militares e civis dos estados da federação brasileira, em perspectiva com as polícias norte-americana, inglesa e francesa, não havendo estudos acadêmicos relevantes sobre a Polícia Federal do Brasil. No âmbito deste trabalho estas pesquisas foram retomadas com vistas a uma melhor compreensão deste mundo envolto em uma atmosfera totalmente particular, pelo menos pela maioria da população, que é o ambiente policial.

#### **1.1 O QUE É E O QUE FAZ A POLÍCIA**

Agindo como um órgão criado pelo Estado para manutenção da ordem e defesa dos cidadãos está a polícia. Segundo Rocha (1991) nos séculos XVIII e XIX o termo polícia designava a administração civil interna do Estado. Mais tarde modificou-se o sentido, passando a representar a ação do governo para proteção da sociedade e garantia da ordem pública. Assim, a polícia surgiu como ramo do poder público, pois o Estado passou a cuidar da justiça, da ordem, da segurança e dos bens sociais. Segundo o autor, na atualidade a polícia exerce muito mais que um papel repressivo. Suas ações também estão voltadas ao bem-estar do indivíduo e da sociedade.

Silva (2002) salienta que foi na França que surgiu pela primeira vez o termo “polícia”, no século XVI. Em 1791, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Assembléia francesa definia a missão da polícia como órgão relacionado com a segurança pública. Em 1794, houve a subdivisão da polícia em administrativa e judiciária e foi este modelo copiado pelo Brasil. Enquanto a polícia administrativa tem como objetivo a manutenção da ordem pública, a polícia judiciária se ocupa da investigação dos crimes.

Segundo Monjardet (2002) a força pública é a polícia. É uma força física superior, pois é legitimada pelo Estado, que impede que os indivíduos utilizem a violência ou extrapolem os limites dados a eles pelo Estado. No entanto, este monopólio pode ser “quebrado”. Em outras palavras, pode ocorrer um golpe de Estado militar e as polícias passem a se submeter a isto, ou segmentos da sociedade passem a negar a autoridade da força policial.

O autor salienta que o aparelho policial é uma combinação de três fatores: a) é um instrumento de poder; b) um serviço público que pode ser requisitado por todos; c) uma profissão, com seus próprios interesses. Estes três aspectos não precisam necessariamente estar em harmonia, pelo contrário, podem se confrontar.

Assim, Monjardet estudou a polícia francesa e estipulou três dimensões do sistema policial: a) toda polícia possui uma divisão e especialização das tarefas e procedimentos, com uma estrutura hierárquica e normas informais; b) toda polícia é uma instituição criada pela autoridade política para defender interesses coletivos; c) toda polícia é um grupo especializado com cultura e interesses próprios. Então, as dimensões estruturais de todo sistema policial podem ser resumidas em instituição (valores), organização (trabalho) e profissão (interesses) (MONJARDET, 2002, p.16).

O autor destaca outro fator importante em relação ao monopólio do uso da força. Para ele, há outros “tipos” de monopólio porque há outros indivíduos que o possuem. É o caso de funcionários de certos serviços hospitalares, guardas de prisão, pais em relação aos filhos, etc. No entanto, ele destaca uma peculiaridade: enquanto estes exemplos se referem à legitimidade do uso da força para um grupo específico e determinado, a polícia tem como alvo uma infinidade de grupos e pessoas, ou seja, é indeterminado. Este monopólio da força se refere a todos, pois qualquer indivíduo pode estar sujeito à ação policial. Assim, a polícia é “a instituição encarregada de possuir e mobilizar os recursos de força decisivos, com o objetivo de garantir ao poder o domínio (ou regulação) do emprego da força nas relações sociais internas” (MONJARDET, 2002, p.27).

Outra característica da polícia, segundo o autor, é que ela possui certos “privilégios” que, se fossem considerados por qualquer cidadão comum, seria crime. É o caso das escutas telefônicas, a campana, a manipulação de informantes, etc. A isto, Monjardet denomina de ações não contratuais, que estão legalmente à disposição da polícia. O autor observa que toda organização policial possui uma formalidade (estrutura, recursos, etc.) e uma informalidade, que se refere aos comportamentos e normas fazendo com que a organização funcione realmente. Esta informalidade diz respeito à interpretação e adaptação das regras, numa espécie de negociação. Em outras palavras, se todas as regras e normas fossem cumpridas



rigorosamente, haveria uma estagnação nas atividades policiais e das organizações como um todo.

Desta forma, há a necessidade de um discernimento na aplicação das regras, pois no trabalho policial não há soluções mecânicas, tudo depende do contexto, da forma como ocorrem os fatos. É por isso que se diz que a polícia possui certa autonomia, ou poder discricionário. Entretanto, para Monjardet, este poder discricionário não significa que o policial pode fazer o que quer na hora que bem entender. Este poder está intrinsecamente ligado à qualificação profissional, na qual o policial possui a capacidade de escolher suas ferramentas, avaliar a situação e projetar os resultados em cada ação. É por isso que, Monjardet prefere utilizar o termo seleção no lugar de autonomia ou poder discricionário.

O trabalho policial não procede de uma adição de tarefas prescritas, mas da *seleção*, pelos próprios interessados, de suas atividades. Por esse motivo, são os mecanismos desse processo de seleção que são os principais determinantes da definição, da organização, e da análise do trabalho policial (MONJARDET, 2002, p.45).

Isto ocorre porque a demanda é muito grande se comparada com o efetivo policial. Todo o conjunto de tarefas solicitadas pela população é muito superior à capacidade de trabalho da polícia. Neste sentido, a atividade policial possui certa “escala evolutiva”, elaborada pelo autor, de situações na qual a escolha depende diretamente da “interpretação” do policial como sendo: a) um imperativo absoluto, b) uma prioridade, c) uma negociação ou d) uma discricionariedade (MONJARDET, 2002, p.48). No entanto, esta classificação se torna ineficaz, pois é subjetiva e conjuntural. Por exemplo, para certo policial um pedido pode parecer uma ordem, enquanto que para outro pode parecer uma negociação, porque o que está em jogo no momento são a estrutura hierárquica, as próprias prioridades, a estratégia profissional e o sistema de valores relacionados a cada indivíduo.

Assim, a resposta a “quem faz o quê?” não é dada por uma divisão lógica, técnica ou disciplinar de uma tarefa que existe em si mesma, mas é resultado de um sistema de relações em que cada ator e cada grupo de atores visam, selecionando as ocorrências pertinentes, a promover as definições próprias de cada um do que seja a tarefa legítima (MONJARDET, 2002, p.50).

Com isso, o autor comenta que toda atividade policial possui uma parte prescritiva (o que deve ser feito) e uma parte discricionária (como deve ser feito).

No caso brasileiro, a polícia atua de duas formas: 1) exercendo uma função administrativa, que é a prevenção da criminalidade, através da vigilância da população e 2) uma função judiciária, que auxilia o Judiciário na investigação de crimes.

Beato Filho (1999) demonstra que a função policial no Brasil possui dois aspectos primordiais, que se referem às atividades de manutenção da ordem e à presença da justiça. A primeira diz respeito à presença visível do Estado, através do policiamento ostensivo e pacificação de conflitos, que seria a função das polícias militares. A segunda se refere à implementação da lei, através da punição, quando normas sociais são agredidas, cabendo às polícias Civil e Federal esta tarefa. Outro aspecto abordado pelo autor aponta para a jurisdição na atuação policial, ou seja, quem faz o que dentre as várias polícias. Isso se deve, em parte, ao problema de delimitar o ponto onde começa e termina o policiamento ostensivo e a atividade investigatória. O terceiro elemento implica na cultura organizacional das polícias. De um lado encontra-se a estrutura hierárquica e o fluxo de comando organizacional. De outro, tem-se uma atividade policial que exige autonomia e iniciativa. O que ocorre é o aprendizado, no dia-a-dia, da prática policial, levando em consideração a liderança dos policiais mais experientes.

Outras características apresentadas por Beato Filho (1999) dizem respeito à estrutura policial do Brasil. As polícias militares subordinam-se aos governos dos estados e cabe a elas uma infinidade de funções, como o policiamento ostensivo, atividades de bombeiro, preservação de florestas, organização do trânsito urbano, policiamento de prisões, além de serem forças auxiliares do exército. Já as polícias civis têm como característica a função judiciária. Além de investigações criminais, suas atribuições estão ligadas ao sistema judicial, por meio do Ministério Público (MP). No entanto, a polícia não está subordinada ao juiz ou ao MP e o delegado é o responsável pela instauração do inquérito policial, exercendo sobre este pleno domínio e autonomia.

Nesta perspectiva, a Polícia Civil e a Polícia Federal possuem atribuições semelhantes, pois ambas trabalham com investigação. Hagen (2006) faz um estudo aprofundado sobre a Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A autora pesquisou a estrutura da organização e suas relações com os demais órgãos, como Polícia Militar e Judiciário. Também foram abordados, em sua pesquisa, o trabalho policial e suas representações; a luta pelo reconhecimento e a visão dos policiais sobre seu próprio trabalho; a questão de gênero com o ingresso de um maior número de policiais mulheres, a partir de 1991; a mudança no perfil sócio-demográfico dos policiais, como o aumento na média de idade e o alto percentual de mulheres com curso

superior mesmo nos anos que não era exigido esta formação para os cargos de escrivão e inspetor (27,88% mulheres graduadas, em 1994, em oposição 7,29% de homens).

Hagen também aborda a questão da “cultura policial”. A autora encontra, na literatura sobre o tema, duas vertentes resumidas a seguir. A primeira se relaciona com características em comum aos policiais como: 1) o perigo da profissão, tornando o policial sempre atento; 2) a dificuldade em criar círculos de amizade fora da polícia, pois isso poderia implicar em problemas em seu trabalho; 3) o isolamento social e maiores relações de solidariedade dentro do próprio grupo; 4) a desconfiança em relação aos não-policiais; 5) o sentido de missão; 6) o conservadorismo moral e político; 7) o machismo e o ceticismo (HAGEN, 2006, p.52). A segunda linha de pesquisa, na qual se enquadra a autora citada, discorda da existência de uma cultura policial e exemplifica que nem todas as situações do trabalho policial envolvem o perigo e a própria percepção dos policiais a respeito desta questão não é homogênea.

Dessa forma, para a autora, os policiais compreendem sua realidade de diversas maneiras. Assim, ela prefere utilizar o conceito de “habitus” e “campo” (termos criados por Bourdieu), no lugar de “cultura policial”. A idéia de *habitus* se refere às disposições culturais de um determinado meio que são introjetadas pelos indivíduos de uma maneira inconsciente através da socialização. É o lugar de cada um. A partir deste conceito Hagen constatou várias explicações dos agentes policiais ao ingressar na carreira.

O prestígio social de uma ocupação, o tipo de tarefa que se espera desempenhar, a familiaridade com o ambiente de trabalho, o nível de remuneração, diversos fatores são analisados à luz dos esquemas de percepção e de classificação dados pelo *habitus*, fazendo parecer inatas tanto as aversões quanto as vocações para determinadas atividades (HAGEN, 2006, p. 80).

Já o campo, é parte de um todo social, possui suas próprias regras, sua própria lógica, construídas pelos agentes que dele fazem parte. Para a autora, a Polícia Civil poderia ser incluída no campo jurídico, já que se trata de uma polícia judiciária. Surgem, então, as disputas e a constante busca de influências e poder, como forma de capital social deste campo.

Outra pesquisa realizada sobre a Polícia Civil do Rio Grande do Sul é apresentada por Griza (1999), que mostra um viés diferenciado em sua pesquisa ao abordar explicações científicas incorporadas pela polícia na investigação de crimes. Griza observa que a polícia é a instância legítima que investiga crimes, podendo ter ações proativas ou reativas. No primeiro caso, os policiais tomam a iniciativa na investigação de um delito, seja por meio de um informante (pessoa de fora da polícia), seja por meio de fato noticiado na mídia. No segundo

caso, há uma “provocação” da vítima através de uma queixa-crime e, a partir daí, a polícia toma providências, instaurando inquérito policial. No entanto, Griza salienta que apenas uma pequena parcela das ocorrências registradas tem como consequência o inquérito. Isto depende do tipo de crime e de sua gravidade, definido pela polícia.

Outro estudioso sobre a polícia, Kant de Lima (1995), apresenta uma pesquisa sobre a Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ao realizar um trabalho de campo em delegacias o autor pôde observar e compreender a identidade do policial, suas estratégias de ação, suas formas de lidar com o crime e com o sistema judicial. O que o autor percebeu foi uma deturpação da lei tanto por parte da polícia quanto do Judiciário.

O nosso sistema judicial oficial opera tradicionalmente por meio de “malhas”, que particularizam a aplicação de leis genéricas. Aplicam-se critérios diferentes conforme a existência de relações (as chamadas “malhas”) entre a pessoa envolvida e as autoridades do Judiciário. Essas malhas judiciais representam, pois, em um nível mais elevado da categoria oficial do Judiciário, o equivalente às práticas policiais discricionárias situadas em um nível inferior – e extra-oficial – da hierarquia judicial (KANT DE LIMA, 1995, p.2).

Conforme já foi salientado, a atividade policial, no Brasil, se divide em duas partes: uma com função administrativa, que é a prevenção da criminalidade, através da vigilância da população, e outra com função judiciária, que auxilia o Judiciário na investigação de crimes. Suas funções administrativas são realizadas com ampla margem de ação, enquanto que as judiciárias têm sua liberdade de ação limitada. Com isso, o autor mostra que a polícia está em constante “turbulência”, ora agindo conforme suas leis, suas práticas cotidianas (por estarem em constante contato com a população), ora se enquadrando em um sistema repleto de regras e formalidades.

O exercício do poder de polícia – poder discricionário, mas não arbitrário – torna-se crítico ao pôr em prática os valores reais do sistema judicial brasileiro. A polícia atua como um elo intermediário entre o sistema judicial elitista e hierarquizado e o sistema político igualitário (KANT DE LIMA, 1995, p.7).

Em consequência disto, Kant de Lima observa que a polícia não apura os fatos e sim, age de forma vigilante, selecionando os possíveis infratores através de estereótipos do tipo de criminosos. A polícia prevê os fatos, no lugar de apurá-los, e dispensa tratamentos diferentes dependendo do *status* social de cada indivíduo, não importando a semelhança do crime cometido. O “julgamento” dos policiais se dá de forma diferenciada do julgamento do sistema

judicial, sendo que os princípios que regem a ética policial são transmitidos por meio de regras extra-oficiais. Legalmente, sempre que a polícia tomar conhecimento de um crime deve, imediatamente, instaurar um inquérito. Mas, o que Kant de Lima pôde observar na prática, não condiz com a lei. A polícia só instaura inquérito quando tem a certeza de que o fato constitua realmente um crime, assim como salienta Griza, e quando não se sente competente para resolver de sua maneira, levando o conflito para o Judiciário.

O autor salienta, ainda, que estas ações da polícia fazem parte de uma ética policial que, além de utilizar os próprios recursos e regras, também diz respeito ao corporativismo dentro da profissão, ou seja, há uma estreita relação entre o delegado com sua equipe, criando-se, a partir daí, subgrupos na organização policial, além de obtenção de privilégios e vantagens adicionais. Com isso, pode-se inferir que a ética policial, apresentada por Kant de Lima, em relação tanto ao contexto da profissão policial quanto às representações frente ao crime, ao criminoso, ao *status* social e às hierarquias sociais, pode ser interpretada como traços em comum de uma “cultura” já arraigada nas ações policiais e na identidade profissional.

Até o momento procurou-se apresentar algumas pesquisas relevantes sobre polícia que demonstraram as particularidades de cada objeto estudado. Objetivou-se, com isso, buscar uma reflexão mais completa da presente pesquisa, pois, embora os estudos mostrados não se refiram especificamente à Polícia Federal, auxiliam na compreensão do universo policial em que atuam os profissionais aqui entrevistados. Para tanto, será apresentado a seguir um histórico da Polícia Federal brasileira, com dados atualizados sobre os cargos que a constituem, suas funções e remuneração.

## **1. 2 A POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA**

### **1.2.1 BREVE HISTÓRICO**

Rocha (2004), em um estudo sobre a Polícia Federal brasileira, mostra que sua história de criação está na Polícia Civil do Rio de Janeiro, na época em esta cidade era a capital da República Federativa do Brasil. Em 1944, esta polícia ampliou sua atuação com a criação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Entretanto, com a transferência da capital para Brasília, em 1960, o referido departamento viu-se quase extinto, pois grande parte de seus funcionários permaneceram na cidade do Rio de Janeiro, antigo estado da Guanabara, como integrantes da Polícia Civil. A partir do ano de 1964, com o regime militar, o Departamento passa efetivamente a ser considerado a polícia da União, abrangendo todo o território nacional.

Embora a data de fundação da PF seja considerada 16 de novembro de 1964, somente por meio de um decreto-lei de 25 de fevereiro de 1967, é que o Departamento Federal de Segurança Pública mudou seu nome para Departamento da Polícia Federal (DPF)<sup>5</sup>. A partir daí a polícia da União passa a existir efetivamente. Com a reforma administrativa, ocorrida entre as décadas de 60 e 70, sua estrutura passou a ter o atual modelo institucional, com a renovação no quadro de funcionários e a formação de duas turmas de concursados (1968 e 1969) para os cargos de motorista policial e inspetor, este último equivalendo ao atual cargo de delegado (ROCHA, 2004, p.95).

A partir de 1979, a carreira da Polícia Federal (PF) se torna mais atrativa, com um aumento significativo do salário. Rocha mostra que isto se deve a um aumento no nível de escolaridade embora não fosse exigida, ainda, a formação em um curso superior para os demais cargos que não o de inspetor. Soma-se a isto, a entrada de novos servidores no fim da década de 1960 e com novos agentes concursados no ano de 1972.

Durante a época da ditadura, a Polícia Federal atuava como uma polícia de governo, mas de forma cartorial, ficando em segundo plano na repressão de atos que atentassem à manutenção do regime militar. Cabia à PF produzir o inquérito judicial, autuar, controlar a entrada de estrangeiros e combater o contrabando e o tráfico de drogas (ROCHA, 2004, p. 81). Além disso, a PF era o órgão censor do regime militar, sendo responsável pela proibição, busca e apreensão de materiais e produtos considerados subversivos.

Com a democratização estabelecida, a nova Constituição Brasileira, de 1988, estabelece novas atribuições à Polícia Federal, além de modificações funcionais e estruturais, como o impedimento, aos delegados de polícia, de realizar busca e apreensão, sem um mandado judicial, e a impossibilidade de realização de concursos internos (ROCHA, 2004, p.108).

A Constituição Brasileira de 1988, no Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, estabelece em seu artigo 144, que as polícias brasileiras (Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militar e Corpos de Bombeiros Militares) são órgãos de segurança pública, responsáveis pela “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. A Polícia Federal tem jurisdição em todo o território nacional e compete a ela, segundo a Constituição:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e

---

<sup>5</sup> Para uma melhor leitura do texto, o Departamento da Polícia Federal (DPF) será considerado como Polícia Federal (PF), sendo este termo de compreensão comum à população e aos órgãos de comunicação.

empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Desta forma, a Polícia Federal é polícia investigativa e órgão do governo da União, subordinado ao Ministério da Justiça, cujas atribuições são de polícia judiciária, de segurança de Estado e inteligência policial. A denominação dos cargos da carreira de policial federal, utilizada nos dias atuais, possui sua origem no ano de 1977, sendo: agente, escrivão, papiloscopista, perito e delegado. Para o cargo de delegado a exigência é de curso de bacharel em Direito. Para os cargos de agente, escrivão e papiloscopista exige-se, atualmente, nível superior em qualquer área. Já para o cargo de perito, a exigência também é de nível superior, mas depende da área de atuação, por exemplo, perito em Ciências Contábeis, Engenharia, Computação, Geologia, Biologia, Medicina Veterinária, entre outros. Vale destacar que esta exigência do nível superior (3º grau completo) se deu após uma greve dos policiais federais em 1994 que durou 64 dias, sendo realmente efetivada esta qualificação a partir de uma regulamentação em 1996 (ROCHA, 2004, p.108).

Segundo o edital do último concurso<sup>6</sup>, em 2004, na investidura do cargo, o delegado deve ser capaz de “*executar atividades de nível superior, principalmente de direção, de supervisão, de coordenação, de planejamento, de orientação, de execução e de controle da administração policial federal, bem como das investigações e operações policiais, além de instaurar e presidir procedimentos policiais*”.

Para o agente cabe “*executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, bem como desempenhar outras atividades de interesse do Órgão*”. O escrivão deve “*dar cumprimento às formalidades processuais, lavrar termos, autos e mandados, observando os prazos necessários ao preparo, à ulatimação e à remessa de procedimentos policiais de investigação, bem como desempenhar outras atividades de interesse do Órgão*”.

Ao papiloscopista compete “*executar, orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos papiloscópicos de coleta, análise, classificação, subclassificação, pesquisa, arquivamento e perícias, bem como assistir à autoridade policial e desenvolver estudos na área de papiloscopia*”. E, finalmente, o perito é responsável por “*executar atividades técnico-*

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF\\_2004\\_NAC/](http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_2004_NAC/)>. Acesso em: 11 nov. 2007.

científicas de nível superior de descobertas, de defesa, de recolhimento e de exame de vestígios em procedimentos pré-processuais e judiciários”.

A Polícia Federal conta, no Rio Grande do Sul, com a Superintendência Regional, localizada na cidade de Porto Alegre, ligada diretamente ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal. À Superintendência estão subordinadas 13 delegacias em cidades do interior: Bagé, Caxias do Sul, Chuí, Jaguarão, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana.

Conforme no quadro a seguir, o efetivo de policiais federais no Rio Grande do Sul, em 09 de junho de 2008, é de 609 policiais, divididos nos cinco cargos (agente, delegado, escrivão, perito e papiloscopistas) somados aos 83 funcionários não-policiais (agente administrativo, médico, técnico em telecomunicações e administrador) totalizando um contingente de 692.

<b>CARGO POLICIAL</b>	<b>EFETIVO</b>	<b>OUTROS CARGOS</b>	<b>EFETIVO</b>
AGENTES	380	CARGOS ADMINISTRATIVOS	73
DELEGADOS	76	MÉDICOS	3
ESCRIVÃES	96	TÉCNICOS EM TELECOMUNICAÇÕES	6
PAPILOSCOPISTAS	18	ADMINISTRADOR	1
PERITOS	39		
<b>Total</b>	<b>609</b>	<b>Total</b>	<b>83</b>
<b>TOTAL DO EFETIVO - 692</b>			

Quadro 1: Efetivo da Polícia Federal no Rio Grande do Sul em 2008

Fonte: Setor de Comunicação Social da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

De acordo com o edital do concurso de 2004, a remuneração para delegado e perito, que são equivalentes, correspondia a R\$ 7.965,91. A mesma remuneração também era equiparada para agente e escrivão sendo R\$ 4.357,67. Já o cargo de papiloscopista recebia R\$ 4.139,07. No entanto, o Jornal Zero Hora<sup>7</sup> destacou em setembro de 2007, um aumento salarial de 21% a 28% em todos os cargos da carreira de policial federal, através de uma medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O periódico salienta os valores pagos aos servidores antes do reajuste e com o reajuste, que serão distribuídos até 2009. Percebe-se uma equiparação nos valores de agentes, escrivães e papiloscopistas, o que não havia em 2004. Salienta-se que a quantia mencionada equivale aos cargos no início de carreira. Para uma melhor visualização, o quadro abaixo mostra esta progressão salarial.

<sup>7</sup> Polícia Federal recebe aumento. Zero Hora, Porto Alegre, 2 set. 2007. Geral, p. 44.



CARGO	REMUNERAÇÃO (em Reais) – R\$		
	2004	2007 (antes de setembro)	2007 (após setembro)
Delegado	7.965,91	10.862,14	13.368,68
Perito	7.965,91	10.862,14	13.368,68
Agente	4.357,67	6.200,00	7.514,33
Escrivão	4.357,67	6.200,00	7.514,33
Papiloscopista	4.139,07	6.200,00	7.514,33

Quadro 2: Progressão salarial para os cargos de policial federal em início de carreira

Fonte: Jornal Zero Hora

A remuneração para os referidos cargos no topo da carreira fica estipulada da seguinte forma:

CARGO	REMUNERAÇÃO (em Reais) – R\$		
	2007 (antes de setembro)	2007 (após setembro)	2009
Delegado	15.300,00	16.600,00	19.600,00
Perito	Não informado	Não informado	Não informado
Agente	9.539,27	10.241,21	11.879,08
Escrivão	9.539,27	10.241,21	11.879,08
Papiloscopista	9.539,27	10.241,21	11.879,08

Quadro 3: Progressão salarial para os cargos de policial federal no topo da carreira

Fonte: Jornal Zero Hora

Como será demonstrado no capítulo 2, o salário é um dos atrativos de ingresso na Polícia Federal. Ao comparar estes valores com a remuneração dos policiais civis e militares do estado do Rio Grande do Sul, nota-se uma grande diferença.

	DELEGADO	ESCRIVÃO	AGENTE/ INSPETOR	POLICIAL MILITAR
POLÍCIA FEDERAL	13.368,68	7.514,33	7.514,33	
POLÍCIA CIVIL DO RS <sup>8</sup>	5.296,10	1.247,42	1.247,42	
POLÍCIA MILITAR DO RS <sup>9</sup>				783,00

Quadro 4: Diferença salarial entre as diversas polícias

Fonte: Site da Polícia Civil do RS<sup>10</sup>

Cabe observar o fato de que inspetor da Polícia Civil, pela descrição das atribuições referidas no edital, equivaleria ao cargo de agente da Polícia Federal. No capítulo 4 será apresentada a diferenciação dos policiais federais frente às outras polícias, como forma de delimitação de sua identidade.

<sup>8</sup> Disponível em:

<[http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital\\_2006\\_08.pdf](http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital_2006_08.pdf)>; Acesso em: 04 dez. 2008

<[http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital\\_2005\\_01.pdf](http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital_2005_01.pdf)>; Acesso em: 04 dez. 2008

<[http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital\\_2005\\_02.pdf](http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital_2005_02.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2008.

<sup>9</sup> FORTES, Leandro. Armas e flores. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 457, p. 38, 15 ago. 2007.

<sup>10</sup> Os dados da Polícia Civil foram retirados do site oficial, onde se encontram os editais dos últimos concursos. No cargo de delegado o edital do concurso corresponde a maio de 2006 e nos cargos de inspetor e escrivão, outubro de 2005.

A constatação de uma grande diferenciação salarial entre as polícias federal, civil e militar, permite situar a Polícia Federal como uma polícia de elite, em termos de poder aquisitivo de seus profissionais. Além disso, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, realizadas para este estudo, permitem agregar outros quatro aspectos que configuram esta polícia de elite: o alto investimento na instituição, a qualificação dos policiais, os tipos de crimes e o *status* social das pessoas investigadas, conforme desenvolvido nos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do capítulo 3. A seguir um breve relato a respeito da Polícia Federal, nos dias de hoje.

### 1.2.2 DISPUTAS INTERNAS

Desde o ano de 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a Polícia Federal passou a ocupar o noticiário de forma nunca vista antes. Somente entre 2003 e agosto de 2006, segundo a Revista Carta Capital, houve 280 operações e quase 120 mil outras operações de rotina.

“Das 280 operações levadas a cabo de 2003 para cá, 130 investigaram crimes ocorridos antes de 2002. Isso significa que 46,4% das maiores ações criminosas realizadas no País, nesse período, foram, simplesmente, ignoradas pelos governos anteriores.”<sup>11</sup>

Devido a esta visibilidade, a Polícia Federal passou a ser alvo de muitas críticas, sendo acusada, inclusive, de trabalhar a favor da reeleição do Presidente Lula em 2006. No entanto, o Diretor-Geral, na época o delegado Paulo Lacerda (gestão do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos), acusado de sensacionalismos televisivos com megaoperações, se dizia preocupado com a utilização política do trabalho da PF, orientando os superintendentes a serem “discretos e profissionais durante operações realizadas no período eleitoral.”<sup>12</sup> Paulo Lacerda fazia parte de um “perfil” que até 2003 não era comum. Ele estava mais interessado em analisar e produzir provas, com análise exaustiva de documentos, rotinas de inteligência e adoção de novas tecnologias, “quando a PF ainda era dominada por agentes chutadores de portas e delegados dados a rompantes de violência.”<sup>13</sup>

Outra questão que fez dar visibilidade à PF e, conseqüentemente ao governo Lula, foi que algumas operações atingiram gente do governo, inclusive do próprio partido do Presidente, além de desembargadores, juízes, parlamentares e autoridades de todas as esferas da administração pública. Além disso, nunca houve notícia de alguma operação policial que

---

<sup>11</sup> FORTES, Leandro. O fator da Polícia Federal. **Carta Capital**, São Paulo, ano XII, n. 408, p. 28, 30 ago. 2006.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p.29.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p.29.

resultasse na prisão de pessoas da mais alta classe social, como a prisão de uma empresária da moda, na Operação Narciso, em 2005, ou mesmo na investigação de deputados e senadores, acusados de participar de um esquema irregular de compra de ambulância, como no caso da Operação Sanguessuga, deflagrada em 2006.

Vale ressaltar que todo este destaque proveio, também, de um alto investimento feito na instituição, conforme será mostrado no capítulo 3. Assim, não há como negar que na gestão do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Diretor-Geral Paulo Lacerda houve um fortalecimento da Polícia Federal e uma mudança tanto na estrutura quanto na forma de agir, investigando inclusive pessoas “importantes” da sociedade brasileira.

Observa-se que na gestão de Lacerda a PF se tornou mais operacional. Deixou de ser uma polícia que resguardava interesses do governo e passou a ser uma polícia de Estado, voltada a investigar e indiciar pessoas, não importando sua classe social: empresários, desembargadores, juízes, parlamentares, *socialites*. Foi a partir de Lacerda que a PF passou a utilizar com eficácia as estratégias de inteligência e planejamento de operações. Com a imagem renovada desde a época da ditadura, a PF se destacou no primeiro mandato do Presidente Lula, tornando-se alvo de críticas e sendo acusada como cabo eleitoral no segundo mandato.

Em pouco tempo, Paulo Lacerda fez da PF uma estrela do governo Lula e provocou ciúmeira nos enclaves tucanos da corporação. O novíssimo expediente de prender e algemar ricos e poderosos criou, porém, problema na composição política do Palácio do Planalto e, com a saída do ministro Thomaz Bastos da Justiça, Lacerda perdeu apoio institucional e político.<sup>14</sup>

A partir de março de 2007, houve uma modificação no Ministério da Justiça, com a entrada de Tarso Genro no lugar de Thomaz Bastos. A partir deste momento as disputas internas passaram a ter maior publicidade, gerando uma crise no governo, pois a relação de Lacerda com o novo ministro era conturbada por estarem em grupos “opostos”. Além disso, Lacerda também enfrentava críticas e acusações do sindicato dos agentes e da Federação Nacional de Policiais Federais (Fenapef). Para o presidente sindical a política adotada por Lacerda excluía as superintendências regionais e, desde que assumiu a entidade, em janeiro, até abril não havia conseguido marcar uma audiência com o diretor da PF. Ao contrário de Tarso Genro, que foi pessoalmente à sede da Fenapef.

Em agosto de 2007, Paulo Lacerda deixou a direção da instituição, em decorrência de uma relação não muito boa com o Ministro Tarso Genro. No lugar de Lacerda foi nomeado

---

<sup>14</sup> FORTES, Leandro. A ponta do iceberg. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 504, p.32, 16 jul. 2008.

Luiz Fernando Corrêa, que, até o momento, era Secretário Nacional de Segurança Pública. Corrêa, assim como seu antecessor, também obteve uma aceitação fragmentada na corporação, pois alguns policiais o consideravam “servidor” do governo e seu partido.

Uma das tarefas do novo diretor era o fim da “espetacularização” das operações da PF, mostradas na mídia, como uma das críticas à gestão de Lacerda, acusado de utilizar a PF como “pirotecnia”<sup>15</sup> (ver anexo A). “Mais discreto e de perfil burocrático, Corrêa nunca aprovou as operações espetaculares levadas a cabo na gestão de Lacerda, além de se alinhar à doutrina de maior submissão às ordens do governo”<sup>16</sup>.

Com o novo diretor, muitos delegados entenderam sua “nova política” como um “recuo” e novas crises surgiram dentro da instituição, agravadas ainda pela divisão da corporação entre dois grupos: de um lado se encontrava a “turma” de Lacerda, partidária da autonomia da instituição; de outro, os simpatizantes de Corrêa “mais enquadrados no antigo conceito de alinhamento aos interesses do governo. Logo, um grupo passível de se adaptar mais rapidamente às reformas penais discutidas e acordadas com o STF. Menos grampos, menos algemas e menos constrangimentos.”<sup>17</sup>

O ápice desta crise interna, que não deixa de envolver o Executivo e os outros poderes, foi quando o delegado responsável pela operação Satiagraha<sup>18</sup>, procurou seu ex-chefe Paulo Lacerda para queixar-se do esvaziamento da operação e das dificuldades com o novo diretor a ponto de o delegado negar informações ao seu superior, sobre a operação, por falta de confiança.

A divisão interna da PF se agrava quando, em julho de 2008, o referido delegado foi afastado do caso. Na mesma época, em meio à confusão instaurada, o Diretor-Geral, Luiz Fernando Corrêa tira “férias” repentinas. Não cabe aqui julgar procedimentos legais referentes ao caso que ganhou grande repercussão nacional, ou indicar “culpados”. O objetivo é demonstrar as divisões internas na Polícia Federal em consequência de disputas políticas e busca pelo poder.

Uma vez no comando da PF, Corrêa colocou em curso uma operação desmonte para eliminar qualquer vestígio do poder de Paulo Lacerda na corporação. Substituiu todos os 27 superintendentes regionais e trocou os delegados colocados em postos-chave. No geral, Corrêa rompeu com o

<sup>15</sup> No anexo A se encontra uma reportagem que mostra o momento da posse do novo diretor da PF, Delegado Luiz Fernando Corrêa. Destaca-se para o título da reportagem: “Uma PF com menos ‘pirotecnia’”.

<sup>16</sup> FORTES, Leandro. Feridas expostas. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 506, p. 29, 30 jul. 2008.

<sup>17</sup> FORTES, Leandro. Contra-ataque. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 505, p. 22, 23 jul. 2008.

<sup>18</sup> A operação Satiagraha foi um trabalho realizado durante quatro anos e procurava desmantelar um esquema de corrupção, espionagem, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, entre outros crimes, envolvendo pessoas do governo, do judiciário e também empresários brasileiros.

critério de antiguidade usado por Lacerda para nomear superintendentes e ficou mais suscetível a fazer indicações por causa de pressões políticas.<sup>19</sup>

As disputas internas relatadas também serviram para uma melhor compreensão da corporação. Ao comparar estes dados com a pesquisa de campo, realizada com policiais federais, conforme será demonstrado no próximo capítulo, nota-se muitas influências na Polícia Federal, tanto por parte do Executivo, como em relação ao Judiciário, além de disputas por cargos e poder. Entretanto, percebe-se que estas influências não são percebidas pelos policiais, conforme será apresentada no capítulo 4. Com isso, infere-se que as influências ocorrem nas cúpulas dos poderes e da instituição da PF, não sendo sentidas ou consideradas relevantes pelos policiais que vivenciam o trabalho policial no dia-a-dia.

---

<sup>19</sup> FORTES, Leandro. Feridas expostas. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 506, p. 30, 30 jul. 2008.

## CAPÍTULO 2

### A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTANDO POLICIAIS FEDERAIS

Antes de ser apresentada a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, torna-se necessário uma breve explanação a respeito da metodologia utilizada no presente estudo. A escolha da entrevista, como técnica de pesquisa, se deu pelo fato da possibilidade de contato direto com o público investigado.

Thiollent (1987) diferencia tipos de entrevistas sendo duas delas de interesse para a presente pesquisa. A primeira é denominada entrevista semi-estruturada que é “aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas” (Thiollent, 1987, p. 35). Já a segunda o autor chama de entrevista não-diretiva ou aprofundada na qual parte de um tema geral “sem estruturação do problema por parte do investigador” (THIOLLENT, 1987, p.35). A diferença entre ambas recai no maior ou menor grau de abertura das perguntas, sendo mais ou menos “profunda”, isto é, quanto mais aberta a entrevista, maior profundidade ela terá. Com a utilização desta técnica, a intenção do pesquisador está em analisar cada entrevista tentando encontrar as regras sociais, as representações, os valores e códigos de um grupo social do qual o indivíduo faz parte.

Michelat (1987) observa que a entrevista não-diretiva tem a vantagem de deixar o entrevistado livre para responder, pois as informações levantadas não recebem nenhum tipo de censura, como pode ocorrer em alguma outra técnica que limite a resposta do entrevistado. Assim, há um nível maior de profundidade das informações que o entrevistado pode fornecer, na medida em que respostas em um nível “afetivo” tendem a ser mais completas e profundas quando “intelectualizadas”. “Mas o que é apenas intelectualizado, o que não é assumido afetivamente pela personalidade tem apenas uma significação fraca e uma relação reduzida com os comportamentos do indivíduo” (MICHELAT, 1987, p.194). Contudo, Michelat defende a entrevista não-diretiva justamente por ser a técnica capaz de compreender este conteúdo profundo que não poderia ser visto de forma direta.

Ele aborda, ainda, que a dificuldade em interpretar a fala dos entrevistados se dá em saber analisar o que é sociológico, o que é cultural nos discursos. Em outras palavras, o interesse do pesquisador não está na individualidade, no psicológico de cada indivíduo e sim na relação deste indivíduo com o todo. “(...) na entrevista não-diretiva o que se faz é dirigir-se a um participante da cultura estudada perguntando-lhe não mais o que sabe, mas o que pensa,

o que sente enquanto indivíduo (...) A análise baseia-se mais no que é sentido do que é conhecido (...)” (MICHELAT, 1987, p.197).

Assim, na análise das entrevistas procurou-se observar a classificação, proposta por Michelat, tratando cada entrevista tanto de forma vertical (lógica própria de cada entrevista) quanto de forma horizontal (comparação com as demais entrevistas). Este método facilitou a análise porque nem sempre o que foi dito em uma entrevista era necessariamente repetido em outra, fazendo com que novas “leituras” surgissem no conjunto do material. Ressalta-se que, ao longo de toda a entrevista realizada com os policiais federais, mesclou-se os dois tipos de entrevista, salientados por Thiollent, com o objetivo de dar maior profundidade nas repostas dos entrevistados. Dessa forma, foram elaboradas perguntas não-diretivas, quando questionados por temas gerais, e perguntas semi-estruturadas, quando questionados de forma mais específica sobre seu trabalho.

Haguatte (2000) mostra que a entrevista é um processo de interação entre duas pessoas, mas, como qualquer outra técnica de pesquisa, necessita de regras científicas para que não haja contaminações nem da parte do pesquisador, nem de fatores externos. A autora comenta que numa análise qualitativa, através de entrevista, por exemplo, também se busca a objetividade, mesmo sabendo da impossibilidade de neutralidade na ciência. Outro ponto ressaltado diz respeito à captação do real, não como um “espelho” e sim como “leituras” do real e cabe ao pesquisador compreender os limites da pesquisa.

Vale salientar que para autora, o que o entrevistado diz mostra meramente a percepção que ele possui da realidade. No entanto, o que se busca no presente estudo é justamente esta percepção, esta visão do universo pesquisado frente aos símbolos partilhados acerca do trabalho policial. O objetivo da pesquisa se baseia em compreender esta percepção dos policiais federais, não sendo relevante considerar o quanto isto faz parte do “real”.

Ainda em relação à escolha da entrevista como técnica de pesquisa faz-se necessário tecer algumas considerações a respeito das limitações da pesquisa de campo. A primeira se refere ao fato de que houve apenas um contato pessoal com cada entrevistado, momento no qual se realizou a entrevista. Isto, de certa forma, impossibilitou um estudo contextualizado do entrevistado em relação ao seu local de trabalho e às relações com os demais policiais. Na impossibilidade de realizar uma observação participante, a entrevista foi a melhor forma de interação com o universo profissional dos policiais federais.

A segunda limitação se refere ao local da entrevista, conforme será detalhado ainda neste capítulo. O fato dos policiais falarem a respeito de seu trabalho em seu local de trabalho, pode ter induzido a uma fala mais “formalizada”. Se houvesse a possibilidade de uma

entrevista fora do ambiente policial, talvez suas falas fossem mais “descontraídas” ou informais e se encaminhassem para outra perspectiva. Além disso, em algumas entrevistas houve a presença de terceiros, o que pode ter contribuído para um discurso mais “institucional”.

A terceira barreira metodológica foi o fato de que o convite para muitas entrevistas foi feito na presença da pesquisadora e concedida imediatamente após. A partir daí pode-se fazer a hipótese de que uma possível recusa a dar a entrevista pudesse ser considerada como uma falta de consideração ou de respeito à pesquisadora, por parte do policial, ou seja, suas participações talvez não tenham sido tão espontâneas como se esperava.

No entanto, todos estes obstáculos enfrentados na pesquisa de campo sempre foram levados em consideração. Tomar consciência destes fatos ajudou para um melhor exame das entrevistas, na medida em que aceitar aquilo que não se pode controlar em campo, proporciona uma posição mais crítica e metódica por parte da pesquisadora. Em outras palavras, as barreiras metodológicas também passaram a fazer parte da análise do campo e não somente as respostas espontâneas dadas a cada questionamento.

## **2.1 SITUAÇÃO DE ENTREVISTA**

### **2.1.1 O CONTATO**

A primeira entrevista foi marcada por telefone e foi realizada com um delegado. Primeiramente, pensou-se que, por não ter tido um contato pessoal ou por não ter havido a indicação de outra pessoa, o entrevistado não seria muito receptivo. Entretanto, ocorreu o contrário: mostrou-se interessado e foi muito gentil no tratamento, sendo esta entrevista a mais longa realizada. Infelizmente, através dele, não houve oportunidade de entrar em contato com outros policiais, então, procurou-se outros meios.

Através de um contato pessoal, foi sugerido o nome de uma delegada como possível colaboradora, a qual consentiu e proporcionou a segunda entrevista. Através dela houve a oportunidade de conhecer os funcionários do Setor de Comunicação Social, da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre. Com o apoio e disponibilidade deste setor foram realizadas doze entrevistas. Era feito um contato prévio, por telefone, e somente no dia marcado, estes funcionários solicitavam aos policiais que concedessem a entrevista. Com a presença da pesquisadora eles lhes explicavam o trabalho e reforçavam o seu apoio à pesquisa. O argumento para esta estratégia era que, se houvesse a marcação prévia, talvez fosse mais difícil a colaboração dos policiais. Da mesma forma, por intermédio de uma escritã, que integrava a rede de relações da pesquisadora, houve a



realização de nove entrevistas. Por meio de outro contato houve a possibilidade de entrevistar mais dois policiais.

Cabe destacar aqui que o receio de que fosse muito difícil contatar com os policiais federais, abria a possibilidade de mudança na técnica de pesquisa, caso este método não fosse possível. No entanto, ocorreu o oposto. A Polícia Federal, bem como o grupo entrevistado, mostraram-se dispostos a apoiar a pesquisa. Pode-se fazer a hipótese de que tal abertura esteja associada ao valor dado ao estudo e à valorização da qualificação profissional. De certo modo, embora o presente trabalho não influencie diretamente na vida profissional tanto da instituição quanto dos entrevistados, é uma forma de gerar conhecimento e “abrir as portas” para a sociedade em geral. A positiva visibilidade social da PF também pode ter contribuído para tanto.

### 2.1.2 A ENTREVISTA

Como já foi salientado anteriormente, não houve dificuldade em conseguir pessoas dispostas a serem entrevistadas. A dificuldade maior foi em fazer com que os policiais falassem livremente. De um modo geral, eles foram muito receptivos e solícitos. Alguns se mostraram muito interessados pelo trabalho. Mas, percebeu-se que a grande maioria tinha um certo cuidado nas respostas, tanto ao divulgar algum dado ou informação referente a nomes de pessoas indiciadas ou investigadas, lugares ou operações, quanto nas respostas em si, ou seja, qual o limite que se poderia chegar ao divulgar suas opiniões. Como será visto mais adiante, o controle da palavra e a manutenção do sigilo são características do tipo de trabalho realizado pelos policiais federais.

As conversas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados. Entretanto, o uso do gravador também foi algo incômodo no início de cada entrevista, mas quando se salientava que não haveria a identificação nominal, eles ficavam mais tranquilos e todos aceitaram a gravação. Esta não-identificação nominal foi essencial para que muitos manifestassem suas opiniões, principalmente aqueles que não ocupam cargos de chefia. Alguns, inclusive, concordaram explicitamente com este procedimento, uma vez que evitaria algum tipo de conflito com algum superior hierárquico. Vale ressaltar que houve algumas situações bem claras deste cuidado e “desconfiança” em relação à conversa gravada. Um exemplo disto foi quando um entrevistado pediu para pausar a gravação quando recebeu um colega de trabalho na sala onde se dava a entrevista. Pela situação percebeu-se que combinaram alguma operação, mas o curioso é que não houve nenhuma palavra ou expressão que pudesse identificar qualquer indício sobre o que falavam. A conversa de pouquíssimos

minutos se resumiu a frases vagas e respostas monossilábicas. Somente após a saída do colega é que o entrevistado autorizou a gravação novamente.

Outro exemplo se deu durante a mesma entrevista. Outro colega de trabalho entrou na sala e ali permaneceu, pois estava conversando com um agente administrativo que já se encontrava no local. O entrevistado então comentou: - *“Só cuida o que tu vai falar porque ela está gravando (risos)!”*.

Existiram algumas situações em que muitas respostas foram extremamente objetivas, no entanto, não se verifica relação entre esta objetividade e os cargos ocupados. Uma hipótese inicial era de que os agentes e delegados tivessem mais receio tanto no contato pessoal quanto nas respostas. Os agentes por serem os que trabalham mais diretamente com a investigação, e os delegados, por terem a responsabilidade de uma equipe e por presidirem os inquéritos policiais. Entretanto, não se confirmou esta hipótese, pois houve alguns casos em que eles foram abertos, respondendo muito além do solicitado. A entrevista mais longa, de 1h 40 min., se deu com um delegado. A entrevista mais breve foi feita com uma agente e durou aproximadamente nove minutos. Observa-se que das 25 entrevistas, somente uma não foi feita até o final, visto que o policial recebeu uma missão, tendo que se ausentar do local.

Grande parte das entrevistas foi feita em salas onde se pôde conversar em particular com os policiais. Os delegados concederam a entrevista cada um na sua respectiva sala de trabalho. Os demais cargos, que não possuem um local individual, tentavam reservar uma sala isolada ou com pouco movimento e ruído. Em cinco entrevistas havia a presença de outras pessoas que puderam escutar a conversa ou havia intensa movimentação. Somente uma entrevista foi realizada no Café do prédio da Superintendência, mas todos os entrevistados escolheram o local da conversa.

## **2.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

### **2.2.1 O CONTINGENTE PESQUISADO**

No total, foram realizadas 25 entrevistas com policiais federais, nos cargos de Delegado, Agente, Escrivão, Papiloscopista e Perito. A proposta inicial era entrevistar pessoas de todos os cargos, em um número equiparado. No entanto, como as entrevistas foram feitas sempre através de indicação, isto não foi possível. Assim, o contingente de policiais federais entrevistados foi de dez agentes, sete delegados, cinco escrivães, dois peritos e um papiloscopista, sendo dezenove homens e seis mulheres. O perfil dos entrevistados está demonstrado no quadro que se encontra no apêndice B. Para preservar a identidade dos policiais, optou-se por identificá-los por meio de números, sem especificar a cidade de

lotação, sua cidade natal e os cursos de graduação concluídos, uma vez que se considera que com estas informações os entrevistados seriam facilmente identificados.

Neste grupo, o tempo de serviço na Polícia Federal oscila entre apenas um ano e 27 anos, sendo que a média é de 7,88 anos. Este dado corrobora o que a maioria dos entrevistados destaca, ou seja, a entrada de novos servidores nos últimos anos. *“Não tenho esse dado estatístico pra te dar, mas acredito que mais da metade dos policiais tem menos de 10 anos de trabalho”* (Del.4). Uma escritã também salienta: *“Eu tenho 5 anos (de tempo na PF), e já sou antiga. Isso é uma coisa interessante porque logo que eu entrei, as pessoas que a gente tinha contato eram muito mais antigos. E hoje já teve dois concursos depois do meu, então tem muita gente nova”* (E.3).

O quadro a seguir mostra mais claramente este dado de novos servidores na corporação. Para uma melhor visualização, subdividiu-se o grupo pesquisado em intervalos de cinco anos em relação ao tempo de serviço. Com isso, percebe-se que 64% dos entrevistados possuem de 1 a 5 anos de serviço na Polícia Federal, confirmando, então, o que os próprios policiais salientaram.

Tempo de serviço	Número de policiais	Porcentagem
1-5 anos	16	64%
6-11 anos	3	12%
12-17 anos	3	12%
18-23 anos	1	4%
24-29 anos	2	8%
TOTAL	25	100%

Quadro 5: Classificação dos policiais por tempo de serviço na Polícia Federal  
Fonte: Pesquisa de campo

Em relação à idade, o policial mais velho tem 54 anos, e o mais novo, 28 anos, sendo que a média de idade se encontra em 38,16 anos. Foi considerado o ano de nascimento para o cálculo da idade, sendo utilizada uma subdivisão de intervalos de tempo de cinco anos. Com isso, percebe-se que 40% dos entrevistados se encontram na faixa etária de 31 a 36 anos. E, se for considerada a faixa dos 25 aos 42 anos, a porcentagem cresce para 72%. Em outras palavras, pode-se considerar servidores “novos”, mencionados pelos entrevistados, tanto em relação ao pouco tempo de serviço quanto à idade, conforme o quadro 6.

Faixa etária	Número de policiais	Porcentagem
25-30 anos	2	8%
31-36 anos	10	40%
37-42 anos	6	24%
43-48 anos	3	12%
49-54 anos	4	16%
TOTAL	25	100%

Quadro 6: Classificação dos policiais por faixa etária

Fonte: Pesquisa de campo

Do total, seis entrevistados se encontravam lotados em delegacias do interior do estado do Rio Grande do Sul sendo, três na delegacia de Santa Maria, um na de Jaguarão e dois na de Uruguaiana. Os demais policiais estavam lotados em diversas delegacias na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Quinze entrevistados disseram ser “casados”, cinco “solteiros”, dois “divorciados”, dois “separados” e um “tem companheira”. Dezesesseis possuem filhos, variando de um a três filhos.

Em relação ao local de nascimento, com exceção de dois que são de outros estados (Rio de Janeiro e São Paulo) e um que não comunicou sua naturalidade, todos os demais nasceram no Rio Grande do Sul, nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Tucunduva, Passo Fundo, São Borja, Sobradinho, Lajeado, Tuparandi, Soledade, Santo Ângelo e Santa Maria.

Quanto à formação, todos os delegados são graduados no curso superior de Direito, pois é exigência do cargo. Os demais entrevistados possuem formação nos mais variados cursos superiores como Letras, Jornalismo, Ciências Contábeis, Educação Física, Biologia, Pedagogia, Publicidade, Psicologia, Arquivologia e Direito, inclusive. Apenas dois possuem Ensino Médio: um ingressou na época em que não se exigia curso superior e o outro ingressou devido uma decisão judicial. Os peritos, que também necessitam de uma formação superior de acordo com a área de perícia, têm graduação em Geologia e Farmácia. Quatro policiais são formados em mais de um curso superior, sendo que estes ocupam o cargo de agente. Torna-se importante destacar o fato de que, embora os cargos de agente, escrivão e papiloscopista exijam a formação superior em qualquer área, quatro agentes, dois escrivães e um papiloscopista possuem a graduação na área jurídica.

A predominância da formação nesta área evidencia-se, também, pelo fato de que dois agentes iniciaram o curso de Direito, mas não concluíram; outros dois se formaram em Direito após ter ingressado na Polícia Federal e um escrivão está cursando esta faculdade. Conforme será apresentado no item 3.2 do capítulo 3, há uma grande valorização por parte dos policiais em relação à qualificação, mais especificamente, à formação em curso superior. No entanto,

esta peculiaridade quanto ao curso de Direito, demonstra uma preocupação no aprofundamento na área jurídica, evidenciando a “necessidade” de conhecimento jurídico, tanto para as investigações e seus limites judiciais, quanto para o enquadramento no tipo penal no momento de elaboração do inquérito policial. Embora quem presida o inquérito seja o delegado, este conhecimento jurídico pode ser visto como facilitador do trabalho.

A seguir apresenta-se uma primeira análise dos dados tomando como ponto de partida as razões que levaram os policiais federais a fazerem o concurso e ingressarem na instituição.

### 2.3 RAZÕES PARA SER POLICIAL FEDERAL

Ao serem questionados sobre as razões para o ingresso na Polícia Federal, os entrevistados alegaram, em sua maioria, as vantagens de uma carreira de servidor público, pela estabilidade e pelo bom salário. Além disso, *status* e flexibilidade na atividade também são apontados como atrativos da profissão, conforme demonstrado a seguir.

#### 2.3.1 ESTABILIDADE x VOCAÇÃO

Nas entrevistas realizadas, percebeu-se claramente dois contrapontos abordados pelos entrevistados relativos à estabilidade da profissão e à vocação. Estes são elementos que de certa forma se opõem, pois a busca pela estabilidade no serviço público não significa ter uma vocação para ser policial e sim, o êxito em passar no concurso para a Polícia Federal.

Quanto à estabilidade, o grupo destacou a “garantia” de permanecer no trabalho e receber o salário em dia, independente de eventuais faltas. Por isso, o bom salário entra em relação direta com a estabilidade. Conforme salienta um agente:

Claro, o salário que hoje a Polícia Federal paga é um salário bom, é um dos melhores salários do Executivo federal. Tu tem todo um incentivo, que na iniciativa privada às vezes tu não tem, ou seja, tem férias, tem 13º, tem previsão de eu me aposentar com “x” anos... aposentadoria integral. Então são coisas que contam positivamente também. Se eu tivesse na iniciativa privada, de repente fico doente, fico uma semana de cama, to a uma semana sem receber. E as contas seguem chegando, isso aí também influencia, mas vou dizer que não é só por isso não, aliás, isso aí é um, digamos, um complemento, a segurança do serviço público. (Ag.E).

Uma delegada corrobora este pensamento: *“Olha, porque quando eu era estudante, eu escolhi fazer Direito pra poder fazer um concurso público, visando estabilidade, segurança, toda aquela questão”* (Del. 1). Por isso o salário acaba se tornando um grande atrativo: *“(...) porque o salário é bem melhor, isso aí também influi bastante para que as pessoas entrem para o órgão”* (Ag.1).

Torna-se interessante destacar que, com exceção de um agente, que salientou ter certa vontade de ingressar na Polícia Federal, por influência de um parente, desde a adolescência, todos os demais não demonstraram o desejo de ser policial e o ingresso na instituição se deu “por acaso”, ou seja, ao realizarem concursos públicos, ingressaram naquele em que obtiveram êxito, como descreve um delegado: “(...) *daí comecei a fazer tudo quanto é concurso que aparecia. E eu dizia quando tava na faculdade que a única coisa que eu não ia fazer era concurso pra polícia*” (Del. 4). Alguns nunca tinham cogitado a idéia de ser policial, encarando a profissão como uma “ponte” para outra profissão.

Olha, eu nunca tinha pensado em ser policial antes. Nunca tinha pensado. Não gostava de arma, não sou fã até hoje, tem colegas aí que são fissurados e tal (...). Virei concursado. Teve concursos que eu fui muito mal, mas a gente vai aprendendo, vai aprendendo como fazer concurso, enfim, tava querendo me reencontrar profissionalmente. Tanto que eu fiz um vestibular pra \*\*\*, passei, e na mesma época eu fiz o concurso pra polícia. A minha idéia, quando entrei na polícia pra ser bem franco, era que fosse meu ganha-pão enquanto eu estudasse \*\*\*, mas isso se inverteu bastante, sabe. A ponto de eu, hoje, estar cogitando seriamente não sair mais da polícia (Ag.3).

Outros salientaram fazer o concurso por influência de pessoas conhecidas:

Na verdade eu tomei conhecimento do concurso através de um colega meu de trabalho. Ele me falou: -“Vai ter concurso pra Polícia Federal. Vamos fazer?” Eu disse: -“Vamos, vamos fazer”. Daí eu fui, fiz, passei... tô aí a 12 anos já (...) Depois, aquela coisa... que na verdade eu desconhecia realmente assim o que era o trabalho da Polícia Federal... (Ag.1).

Certos policiais buscavam uma satisfação profissional: “*Na graduação eu ainda não tinha me encontrado muito. Depois é que eu vi que realmente era uma área onde eu queria atuar*” (Ag.7). Ou já faziam parte do serviço público, mas procuravam algo melhor:

(...) no Exército tem os tenentes, todos os superiores acima de ti, mandam em você. Mas, o que mais também me levou, como eu era de uma arma chamada infantaria, era uma arma bastante sacrificada, eu via aqueles sargentos com 40 anos fazendo as mesmas coisas que eu fazia com 19: campo, dormindo nos campos, molhado, no inverno. Daí: -“Não é isso que eu quero pra mim” (Ag.9).

Além disso, a satisfação em fazer algo útil para a sociedade, como um trabalho capaz de realizar alguma modificação social, também foi destacada: “*Eu já trabalhava no serviço público antes, no \*\*\*, e eu vi que você trabalhando na parte administrativa não achava suficiente. Ficava uma coisa muito pequena, não alcançava realmente os criminosos e tal*” (Per.1). Uma delegada também destaca este aspecto:

(...) dentre as opções que eu tinha (*de concurso público*), eu procurei aquela onde eu pudesse fazer a diferença, onde o desempenho de minhas atribuições fosse um fator social que fizesse a diferença. E eu acho que na Polícia Federal eu posso fazer a diferença (Del. 1).

É interessante perceber que, embora a grande maioria não tenha buscado a polícia por “vocação”, muitos salientaram esta prerrogativa, como forma de fazer um trabalho bem feito. Em outras palavras, deve-se ter um “tino” policial para ingressar, tomar gosto pela profissão, realizar um bom trabalho. Dessa forma, os pontos positivos destacados como estabilidade e bom salário são reforçados com o fato de gostar do que se faz, ou seja, são fatores atrativos na profissão, mas para ser policial é preciso ter certa aptidão para o trabalho. Alguns salientaram que estes atrativos salariais acabam chamando pessoas que não possuem vocação policial:

(...) hoje a gente até discute isso internamente, que se tornou um grande atrativo entrar na Polícia Federal por conta do salário, que pra realidade brasileira é um bom salário. Só que acaba atraindo pessoas que não tem a mínima **vocação**: vem por uma questão de salário, uma questão financeira. Só que a atividade na polícia, ela requer um pouco mais de dedicação: tem que ter uma vocação, pra poder desempenhar a plenitude do que tu idealiza (Ag.6).

Outro agente reforça esta idéia:

(...) o pessoal que tem entrado assim é um pessoal que... tu faz os concursos, mas na questão de **aptidão** mesmo, ficou um pouco em segundo plano, porque o pessoal visa mais essa questão, uma parte, uma leva que ingressou pela questão salarial do que aquela coisa de aptidão pra ter uma carreira policial, por um objetivo, que já queriam ter cursado (Ag.2).

Com isso, pode-se inferir que para o grupo pesquisado, não havia uma “vocação”, um desejo de ser policial federal. No entanto, grande parte alegou que esta vocação é necessária para a realização de um bom trabalho e não se deve levar em consideração somente a questão financeira. De certa forma estas questões chegam a ser contraditórias, pois entrar numa instituição porque passou no concurso público se contrapõe com o fato de querer ser policial como vocação profissional. Mas, vale lembrar que esta vocação passa a fazer parte da identidade do policial após ingressar na instituição uma vez que ter o “tino” policial justifica a realização do concurso, mesmo que isto tenha se dado “por acaso”. Diante deste paradoxo, torna-se interessante destacar a construção simbólica operada pelo grupo pesquisado acerca do “perfil” de “bom policial federal”, ou seja, as características consideradas inerentes para uma pessoa que pretende ingressar na PF.

Alguns policiais salientaram não haver um “perfil” específico para trabalhar na Polícia Federal, uma vez que a pessoa “aprende” ou “é moldada”, podendo o perfil ser “trabalhado, porque ninguém nasce policial”. Assim, há diversos perfis possíveis e, conforme salientou o Superintendente da PF no Rio Grande do Sul, delegado Ildo Gasparetto<sup>20</sup>, a questão está em “*saber colocar as pessoas no lugar certo*”. Um delegado e uma escritã também percebem da mesma forma:

Acho que não tem um padrão específico dentro da polícia, não existe, eu acho. Se tu mesmo passar aqui, tu vais ver que cada um tem características próprias que acabam por determinar onde tu vais trabalhar dentro da polícia. A Polícia Federal, a atuação dela é muito ampla, como eu te disse no início, então a gente faculta desde trabalho administrativo, trabalho representativo do órgão, trabalho operacional de rua, então, independente da característica que tu tenha, vai ter um espaço aqui dentro para tu trabalhar. Não sei dizer um modelo padrão, porque depende exatamente da área e todas são importantes dentro da polícia, mesmo aquelas administrativas, de emissão de passaporte, que não demanda nenhuma característica daquele policial, daquele rótulo de policial que a gente tem. Ali não, ali pelo contrário, tu tem que ter boa comunicação, ser simpático pra atender o público, o policial de rua, mais truculento, que se precisa pra uma operação de favela é totalmente diferente. E nem por isso deixam de ser policiais. É que quando a gente fala policial a gente tem um conceito meio restrito e aqui dentro da polícia é bem amplo, bem diferente disso (Del.3).

Não sei quais são as características, porque eu acho que tem lugar pra tudo aqui dentro. Se tu for uma pessoa mais sensível, mais calma, tu pode trabalhar numa ponta, se tu for uma pessoa mais atenta, tu pode trabalhar, por exemplo, na análise, escutando, acompanhando os grampos telefônicos, é uma coisa que tem que ter muita concentração. Se for um cara que gosta de não falar com ninguém, de ficar na tua, tu pode fazer só transcrição. Eu acho que tem lugar pra todo mundo aqui dentro, mas se tu aproveitar as características de cada um... (E.1).

Há também os que salientaram haver diferenças de “perfis” entre os cargos. Um agente, por exemplo, tem que ser discreto, enquanto que um perito deve ser curioso.

Depende do cargo, do perfil do cargo. Perito é diferente, queira ou não queira, apesar de ser todo mundo policial federal, de um agente ou do próprio escrivão. Tem perito, tem que ser mais curioso, pesquisar, tanto perito quanto papiloscopista, ser bastante observador. Um pouquinho diferente de um agente que tá fazendo a investigação, daí o cara tem que ser dissimulado... às vezes tá num local, tem que ser meio ator, em situações, às vezes, ou então ser paciente, porque o cara fica numa escuta, horas, dias, semanas, escutando, gravando conversa. Então, dependendo do cargo as características são diferentes (Per.1).

---

<sup>20</sup> O referido delegado autorizou sua identificação.



Outros policiais salientaram algumas características específicas para a profissão de policial. A lista das “qualidades” levantadas pelos policiais entrevistados mostra que há atributos que se referem ao caráter, à personalidade e ao trabalho, como apresenta o quadro a seguir.

CARÁTER	Ter firmeza de caráter
	Ter uma vida correta
	Não se deixar corromper
	Ser íntegro
	Ter boa índole
	Ser honesto e leal, porque nunca se trabalha sozinho
	Gostar de fazer as coisas corretamente
	Gostar de trabalhar
	Ter força de vontade
	Ser inteligente
PERSONALIDADE	Ser discreto, que não goste de ostentar
	Ser maleável, ter jogo de cintura
	Ser detalhista
	Ser curioso, ser astuto
	Ser perspicaz
	Ter calma, tranqüilidade
	Possuir equilíbrio emocional
	Estar bem consigo mesmo
	Ter determinação
	Ser centrado, ter disciplina
	Ter persistência
	Ser motivado
ATRIBUTOS PARA O TRABALHO	Ser criativo, ser dinâmico
	Gostar da profissão, querer ser policial, ter vocação, ter tino
	Estar disponível para a instituição
	Possuir espírito de corpo, espírito de equipe
	Ter cuidado com a questão física
	Capacidade de discernimento e de se comandar, ter autonomia
	Possuir comprometimento com a instituição
	Ter senso de responsabilidade social
	Ter certa experiência
	Se qualificar constantemente, ter vontade de estudar
Ter desprendimento	

Quadro 7: Qualidades pessoais para ser um bom policial federal

Fonte: Pesquisa de campo

### 2.3.2 RECONHECIMENTO SOCIAL

Além da estabilidade e do bom salário, outro atrativo da profissão, salientado por alguns policiais, é o reconhecimento da sociedade, ou seja, ser policial federal hoje significa *status* social.

Hoje, o que eu mais gosto é o reconhecimento da população. Eu que trabalho com público e sei, por exemplo, na Festa da Uva passaram 980 mil pessoas, e lá nós tínhamos um estande. Tu não imagina a satisfação das pessoas

quando elas nos viam e vinham em direção a gente, as crianças, os familiares, mas principalmente as crianças. Teve cidades aí que a gente se sentiu até uma estrela, até autógrafa a gente deu. Então isso que é o gostoso, hoje o reconhecimento pelo trabalho da Polícia Federal (Ag.9).

Isso se torna importante, pois muitos destacaram esta característica especificamente em relação à Polícia Federal, diferentemente de outras instituições governamentais, como por exemplo, a Polícia Civil e Militar: *“A gente vai numa operação às vezes... não digo que sempre, mas já houve casos de ser aplaudido pela população. Quando que a polícia é aplaudida pela população?”* (Ag.3).

Segundo um delegado, este reconhecimento social também faz com que haja uma maior procura de interessados em ingressar na Polícia Federal: *“Não sabe como tem gente que vem aqui pedir pra fazer estágio. ‘Ah! Meu sonho é trabalhar na polícia’. Então é um negócio legal, tu vê que isso tem uma repercussão e não é um negócio sem conteúdo porque muitos que vem fazer estágio querem fazer o concurso”* (Del.3). Um dado curioso, salientado por um delegado, foi que este reconhecimento, algumas vezes parte até mesmo das pessoas indiciadas ou pelos próprios presos, pela postura de trabalho adotada pelos policiais federais:

Outro dia mesmo eu ouvi um preso da operação \*\*\* elogiando nosso trabalho, foi feita uma busca e apreensão na casa da mãe dele e a mãe dele é uma senhora já de 80 e tantos anos, passou mal, teve um mal súbito lá, o pessoal nosso pegou, levou ela pro hospital fez tudo que tinha que fazer, atendeu ela super bem, e ele veio aqui nos agradecer como tinham tratado a mãe dele e tal (...) (Del. 4).

Dessa forma, a atual credibilidade social da Polícia Federal contribui para o *status* associado ao ser policial federal, na medida em que ele participa de uma instituição que tem alta aceitação da sociedade: *“A gente ouve das pessoas, no dia a dia: - ‘A Polícia Federal hoje é um motivo de orgulho pro país’. A gente recebe emails, o pessoal elogiando, dizendo que a Polícia Federal é o que dá, muitas vezes, esperança de que a coisa tem jeito de dar certo”* (Ag.3). No capítulo 4 este aspecto que pode ser motivador para o atual ingresso na PF será analisado como um traço de diferenciação em relação às demais polícias.

Dentro desta perspectiva do reconhecimento social, destaca-se o fato de muitos policiais mencionarem seu trabalho como importante, no sentido de que, prendendo criminosos, estão fazendo um bem à sociedade. Esta relevância está ligada, basicamente, às razões para ingressar na polícia e ao que mais gosta na profissão, aparecendo como justificativas *“estar fazendo um trabalho positivo pra sociedade”* ou *“alguma coisa de útil não só pra mim, como pra sociedade com um todo”*, a *“possibilidade de intervir em alguma*

*coisa que está errada na sociedade”* ou quando se *“consegue desbaratar uma quadrilha que está roubando da sociedade”*, sendo um trabalho com uma *“aplicabilidade, utilidade social imediata”*, *“construindo um país melhor na área de segurança”*. Nota-se que servir a sociedade é o verdadeiro objetivo para os policiais, uma vez que é considerado como algo além do individual, ou seja, em prol do coletivo:

Você não tem pressa pra ir pra casa, porque sabe que aquilo que está fazendo é em **prol da sociedade**, é em benefício... é muito compensador (...)Gosto das experiências, gosto do aprendizado, gosto das pessoas, gosto do respeito que recebo das pessoas. Gosto de tudo sabe? Mas principalmente dessa recompensa pessoal de saber que tu está fazendo um **bem pra sociedade**, é muito compensador. Não estou fazendo um bem especificamente pra mim, nem especificamente pra ti, sabe, quando a gente faz alguma coisa nessa questão de polícia... Às vezes não vai alcançar todo mundo, mas geralmente alcança tudo. Quando está tirando alguém da rua, você tá fazendo um certo bem pra sociedade, mal talvez pra família de quem está sendo preso, mas em si a questão **macro** é muito maior. Acho que o **resultado macro** pra sociedade é o que eu mais gosto (Ag.5).

### 2.3.3 FLEXIBILIDADE

Outro elemento também destacado em relação aos atrativos da profissão foi a flexibilidade no trabalho. Esta flexibilidade corresponde a dois aspectos: a) não ter rotina de trabalho e horários fixos a cumprir, pois lida com o imprevisível e b) trabalhar na área em que o policial mais se identifica, de acordo com suas aptidões e características pessoais. Em outras palavras, dependendo da área, cargo ou função, pode haver uma rotina, no entanto, há a possibilidade de realizar tarefas diferentes, como demonstra um delegado:

O que eu mais gosto da profissão é justamente essa flexibilidade... às vezes a gente tá aqui de terno, mexendo no papel e pensando, o que vai fazer, como vai descobrir alguma coisa e às vezes a gente tá viajando pra outro canto do país, fazendo operação, busca e apreensão, essa adrenalina de vez em quando é bom (Del. 4).

Outros dois agentes confirmam a diversidade nas tarefas policiais como a possibilidade de realizar, a cada dia, trabalhos diferentes.

(...) no último mês já passei de terno e gravata apresentando solenidade e agora quando a gente estava em Gramado... já tive todo de preto, com arma e tal, entrando na vila Cruzeiro, já viajei de Hércules, da Força Aérea pra Belo Horizonte pra participar de uma operação, já virei a noite aqui, porque eu tava “sobre-aviso”, daí prenderam um cara, daí tinha que fazer flagrante, levar pro presídio... então, isso aí é uma coisa... se eu tenho oportunidade aqui de fazer várias coisas assim, diferentes, isso aí é uma coisa com a qual eu me identifico muito (Ag.3).

(...) hoje a gente tá aqui conversando, daqui a pouco alguém liga, pode ter uma operação à noite, ser convocado, ou então sair do estado, daqui a pouco já tá num outro estado ou numa outra cidade (...) uma hora tu tá dirigindo uma viatura, outra hora tu tá pegando um avião e indo pra outro canto do país. Então isso aí é bem bacana, serve como estímulo pra gente (Ag.2).

A ausência de rotina é um ponto visto como positivo, pois muitos destacaram se identificar com um trabalho não repetitivo:

Tu não consegue te programar que nem um bancário, que sabe a hora que entra e a hora que sai. Então o nosso trabalho envolve um pouco isso. Mas também eu fico vendo que se eu trabalhasse num ambiente rotineiro, eu não estaria satisfeito, que eu detesto a rotina. Justamente essa coisa de a cada dia fazer uma atividade diferente me fascina, é o que eu gosto mesmo de fazer (Ag.6).

(...) (*gosto*) da imprevisibilidade. Assim como a gente tá agora numa calmaria, daqui a pouco chama todo mundo pra ti sair pra rua, pra alguma operação. A não ser assim, como estou te dizendo, como eu estou num trabalho mais burocrático tem mais ou menos uma rotina. Agora quem tá no trabalho de rua, diário, é imprevisível. Todo dia é uma coisa nova, todo dia vai pra um lado novo ou um caso novo. Sempre tem novidades pra fazer (Ag.1).

Em relação à possibilidade de trabalhar na área que o policial deseja, vale destacar que, por mais que exista divisão de atribuições entre os cargos, o policial pode realizar tarefas ou trabalhar em setores que mais se identifica.

Tu vai se especializar mais em alguma coisa, geralmente tu não consegue fazer tudo e tudo bem. Tu pode fazer tudo, mas sempre tem alguma coisa que tu se sobressai. Tem pessoas que trabalham mais na área de inteligência, tem pessoas que trabalham mais na área operacional. Então assim, com o decorrer do tempo o profissional vai se adequando ao ambiente de trabalho que melhor ele se sente, que ele se identifica (Ag.1).

Na verdade você não fica, se você quiser, lógico, se você quiser ser específico e trabalhar só numa área você pode, mas, em geral aparece coisa muito diferente. É bom, bem diversificado, abre o conhecimento, pra quem tá interessado (...) Então você trabalha em coisas diferentes e você trabalha, às vezes, em operação também. Também não é só ficar fazendo laudo, não ficamos só dentro do laboratório (Per.1).

Esta escolha do policial pela área ou função que mais vai atuar também está ligada diretamente com a família, isto é, os que têm filhos, procuram fazer um trabalho mais rotineiro, burocrático: “(...) às vezes as pessoas ficam mais por causa da família, filho pequeno, então procuram trabalhar mais no seu local, na sua delegacia, aqui no caso, a

*Superintendência, mas isso é outra coisa boa, porque tu tem oportunidade de trabalhar em vários locais” (Ag.2).*

Também houve casos em que se percebeu que o trabalho acaba interferindo nos relacionamentos pessoais. Ao ser questionado sobre as pessoas que faziam parte de seu convívio, um agente destacou:

Não são mais aqueles amigos de infância porque esses, como eu fiquei fora de Porto Alegre por oito anos, então houve um distanciamento daqueles amigos de infância. Passaram a agir e pensar de um modo diferente, a gente tomou rumos diferentes e... conheço eles, mas não fazem parte do meu convívio (Ag.6).

Outro ponto que eles alegam gostar são as operações em si, ou seja, depois de encerradas as investigações, há mandados de busca e apreensão, ou mandados de prisão a cumprir, e eles sempre destacaram gostar desta tarefa policial: *“Eu gosto das operações. Esporadicamente tem as operações, que todo mundo é desviado de sua função originária, pra cumprir, pra integrar um grupo maior, que vai cumprir mandados judiciais em uma operação (...)” (Del. 1).* Dessa forma, as operações são uma das atividades mais lembradas:

As atividades que mais me chamam a atenção, que mais me recorrem a mente são as atividades operacionais, aquelas que enche de adrenalina, sair correndo, uma atividade mais emocionante, com risco de vida. É esse que me marca, não a atividade administrativa, pericial (Pap.1).

Refletindo acerca do que foi apresentado e através da situação de entrevista, consolidada no trabalho de campo, pôde-se perceber que, embora os policiais tenham entrado na polícia por “acaso” ou por procurarem uma estabilidade financeira, tornou-se extremamente importante gostar do trabalho após ingressar na carreira. E isto acaba por ser incorporado à identidade policial como algo necessário para exercer a profissão.

Ficou clara a satisfação com que dizem trabalhar na Polícia Federal, fazendo com que haja uma identificação tanto em relação à atividade em si, quanto em tudo o que envolve a identidade profissional de Policial Federal. Conforme trechos de entrevistas apresentados anteriormente e conforme a análise que será realizada no capítulo 4, esta identidade se consolida nos exemplos, na linguagem, nas expressões muito semelhantes e no orgulho de fazer parte de uma instituição reconhecida pela sociedade.

No próximo capítulo serão apresentadas as características que fazem com que esta polícia seja considerada “de elite”.

### CAPÍTULO 3

#### POLÍCIA DE ELITE

Nos últimos anos observa-se um destaque praticamente diário da atuação da Polícia Federal na mídia. Nos telejornais nacionais há uma constante aparição de imagens referentes às operações realizadas pela PF, bem como de policiais realizando mandados de prisão, busca e apreensão ou de declarações de delegados.

Um simples acesso ao site oficial do Departamento da Polícia Federal<sup>21</sup> permite perceber claramente um aumento significativo no número de operações nos últimos anos, como mostra o quadro a seguir.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de operações da Polícia Federal	16	42	67	167	188	235

Quadro 8: Número de operações da Polícia Federal  
Fonte: Site do Departamento da Polícia Federal

O aumento no número de operações da PF remete a alguns aspectos que apontam para outras mudanças em curso. Um fato a ser destacado é que este quadro da “evolução” das operações policiais só possui dados oficiais a partir do ano de 2003, não sendo encontrado nenhum dado referente em anos anteriores. “Não há um levantamento formal das operações especiais realizadas nos dois governos FHC (*ex-presidente Fernando Henrique Cardoso*), mas estima-se que não passaram de cem, em oito anos.”<sup>22</sup>

Outro fator evidente foi a mudança no “estilo” da PF, a partir de 2003, na gestão do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e do Diretor-Geral Paulo Lacerda. Uma característica do delegado Lacerda foi encarar a investigação com uma análise exaustiva de documentos e técnicas de inteligência, que até então não eram muito utilizadas na PF.

Ao assumir o cargo de diretor-geral, Paulo Lacerda conhecia as missões policiais, mas o ministro da Justiça tinha pra ele uma ordem específica do presidente Lula, de acabar com a má fama de milícia governamental adquirida pela PF a partir da ditadura e reforçada, por conta de vários eventos, no governo Fernando Henrique Cardoso.<sup>23</sup>

Por esta razão, a Polícia Federal ganhou espaço na mídia como forma de mostrar à população sua atuação, de maneira mais transparente. Como será mostrado a seguir, a PF se

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

<sup>22</sup> FORTES, Leandro. O fator da Polícia Federal. **Carta Capital**, São Paulo, ano XII, n. 408, p. 28, 30 ago. 2006.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 30.

preocupa em desbaratar quadrilhas que possuam, como envolvidos, pessoas da elite sócio-econômica brasileira. Sob o comando do delegado Lacerda o número de operações cresceu consideravelmente, contabilizando um aumento de 70%, com uma média de 4 presos por dia, totalizando 6.730 pessoas.<sup>24</sup>

Ao considerar a PF como uma polícia de elite, faz-se necessário uma breve conceitualização. Segundo Johnson (1997), elite é “qualquer grupo ou categoria em um sistema social que ocupa uma posição de privilégio e dominação” (p.82).

Bottomore (1964) observa que a palavra “elite” foi utilizada inicialmente para diferenciar produtos de grande qualidade. Embora o termo se designe para demonstrar que há uma “pluralidade de elites” na sociedade moderna, grandes teóricos sobre Teoria das Elites, como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Raymond Aron, se ocupam com uma parcela da sociedade composta pela minoria que se sobrepõe à maioria, a elite que governa. No entanto, este estudo não se refere a esta concepção de elite, preferindo utilizá-lo como Bottomore quando se referiu “a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade” (BOTTOMORE, 1964, p.15).

Mills (1981) também se ocupa com a elite governante como sendo um grupo específico de uma variedade de elite. Assim, para o autor, as elites são reconhecidas pela riqueza, poder e prestígio, formando um grupo mais ou menos coeso, que se diferencia pela qualidade ao invés da quantidade.

As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não são, tem certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes (MILLS, 1981, p.20).

Já Heinz (2006) demonstra que a definição de elite está ligada com a “detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual” (p.8), fazendo parte da elite as pessoas que exercem certa influência, por seu poder ou riqueza, participando, desta forma, de um grupo privilegiado.

Assim, será considerada elite, para fins deste trabalho, uma parcela da população brasileira que se destaca ou exerce influência sobre as demais, seja por seu *status* econômico, político ou social.

---

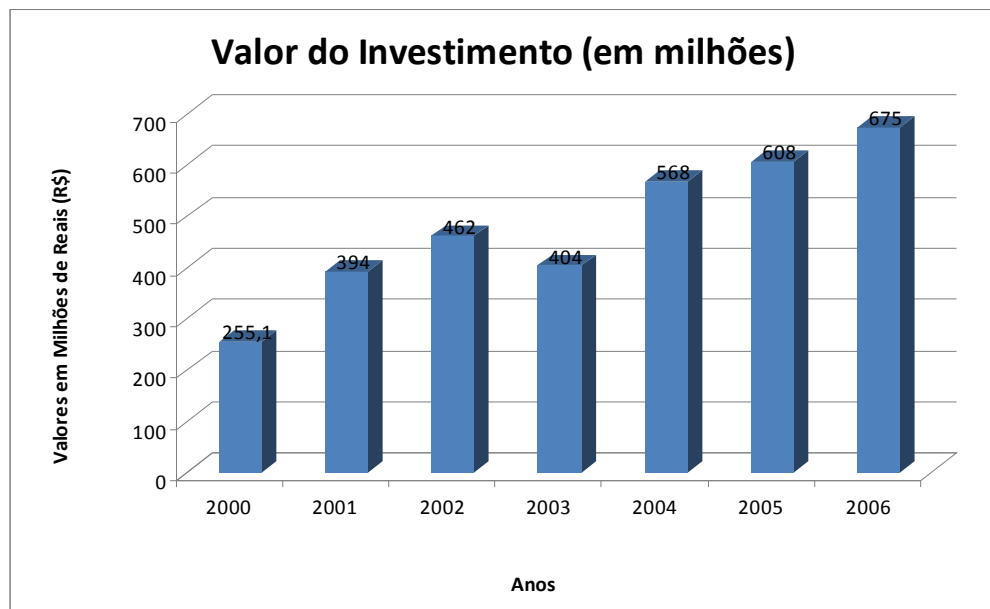
<sup>24</sup> Quase quatro por dia. **Zero Hora**, Porto Alegre, 03 jul. 2007. Política, p. 14.  
Corrêa vai comandar a PF. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 ago. 2007. Política, p. 54.  
Por trás da Satiagraha, **Zero Hora**, 03 ago. 2008. Reportagem Especial, p. 4-5.

Neste capítulo serão sistematizados os quatro aspectos que, juntamente com a remuneração dos profissionais, caracterizam esta polícia de elite: o alto investimento na instituição, a qualificação dos policiais, os tipos de crimes e o *status* social das pessoas investigadas.

### 3.1 OS INVESTIMENTOS

Todo o destaque verificado na mídia não seria possível sem um grande investimento feito na corporação. Conforme o *Jornal Zero Hora*<sup>25</sup>, a Polícia Federal já fazia parte da plataforma de governo dos candidatos à Presidência para 2003, como a grande responsável pelo combate ao crime organizado. Para isso, todos os candidatos prometiam investimentos na PF como o aumento no efetivo, melhores salários e reaparelhamento da polícia. Além do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, os outros candidatos (José Serra, Anthony Garotinho e Ciro Gomes) também esboçavam a intenção em promover melhorias na Polícia Federal.

O gráfico a seguir demonstra o crescimento na quantia do orçamento destinado à PF. Destaca-se que no ano de 2003 ocorreu a troca do governo federal, sendo que o valor destinado já havia sido estipulado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para o primeiro ano de mandato do governo Lula.



Quadro 9: Valor do investimento do governo federal  
Fonte: Revista Carta Capital<sup>26</sup> (gráfico adaptado).

<sup>25</sup> Crime organizado desafia candidatos. *Zero Hora*, p. 7, 23 set. 2002.

<sup>26</sup> FORTES, Leandro. O fator da Polícia Federal. *Carta Capital*, São Paulo, ano XII, n. 408, p. 32, 30 ago. 2006.



Os dados do gráfico acima mostram um acréscimo de aproximadamente 260% no investimento feito na PF. No ano de 2000 o gasto com a organização somou cerca de R\$ 255 milhões dando um salto considerável para R\$ 675 milhões em 2006. Todo este investimento serviu para uma mudança significativa na qualidade da instituição.

A aquisição de armamentos, viaturas e tecnologia propiciou uma melhora no trabalho da PF, sendo mais um dos motivos para o destaque na mídia e reconhecimento social. “Com mais dinheiro, a PF pôde viabilizar as operações e fugir da precariedade de tempos recentes, quando agentes e delegados eram obrigados a trabalhar sem a certeza de ter recursos para as diárias ou mesmo para o combustível dos carros.”<sup>27</sup> Além do orçamento do governo federal, a PF recebeu recursos da Alemanha e da França, mediante convênio firmado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Estes recursos somam U\$ 425 milhões para modernizar a instituição até 2010.<sup>28</sup>

Conforme mostra o Jornal O Sul, as melhorias na instituição não pararam de crescer. Em outubro de 2008 houve a aquisição de um sistema capaz de buscar e processar as mais diversas informações, com fotos, gráficos e dados. Esta tecnologia é capaz de captar desde ficha completa de um investigado até imagens de satélite de cidades, suspeitos ou acontecimentos em tempo real. É um banco de dados cadastrais e criminais “melhor do que o usado pelo FBI (a Polícia Federal dos Estados Unidos).”<sup>29</sup>

Outro fator que possibilitou este crescimento na organização foi a abertura de cargos policiais através de concursos públicos com o objetivo de aumentar o quadro de servidores da PF. “De 2003 a 2006, o número de agentes cresceu 88%, saltando de 7 mil pra 13.166.”<sup>30</sup>

Como consequência de todos esses incentivos, a instituição passou a estimular a qualificação do seu efetivo, tanto pela aquisição de equipamentos, como em treinamento. Os policiais federais entrevistados sentem a mudança estrutural na PF e percebem que a qualificação é valorizada. Para o grupo pesquisado, o investimento governamental e a qualificação são as causas diretas do bom momento que vem passando a instituição, conforme destaca um delegado.

Houve um aumento do efetivo, houve um investimento financeiro na Polícia Federal, hoje mesmo pela manhã, por isso até que eu estou vestido assim (*com a roupa operacional*), a gente teve um treinamento de tiro, então cada policial recebeu uma pistola. Antes não havia pistola pra todo mundo, o

<sup>27</sup> Ibid., p. 27.

<sup>28</sup> Ibid., p. 27.

<sup>29</sup> Polícia Federal inaugura sistema de rastreamento melhor do que o do FBI. **O Sul**, Porto Alegre, p. 7, 3 nov. 2008.

<sup>30</sup> Corrêa vai comandar a PF. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 ago. 2007. *Polícia*, p. 54.

peçoal tinha que comprar sua própria. Então hoje este problema está sanado. Existe armamento pra todo mundo, existe programas de treinamento pra todo mundo, houve uma renovação muito grande dos quadros da Polícia Federal (Del.4).

Um agente acrescenta, ainda, que para se obter resultados positivos da atuação policial, é primordial o investimento nas forças policiais, comparando a grande diferença entre a Polícia Federal e a Polícia Civil:

A Polícia Federal nos últimos anos teve, recebeu bastante investimento do governo. Então, são viaturas, são equipamentos, laboratórios, uma série de questões que tu vê que acaba sendo fundamental. Por melhor boa vontade que os policiais possam vir a ter, sem investimento a coisa não acontece. Então, a Polícia Federal nesse particular aí, serve de exemplo pra outras instituições. Com salário melhor, investimento maior, ela dá um resultado, não é de graça que se tem essa idéia. Agora tu vê o exemplo aqui, da Polícia Civil gaúcha, tá totalmente sucateada, um exemplo totalmente deturpado (...). O Estado deixa por conta, as viaturas sucateadas, informática, tem delegacia que não tem nem internet... se tu vai ver o resultado final disso aí é caos. Investimento faz parte e a Polícia Federal, nesses últimos anos, teve um aporte muito grande de investimento (Ag.6).

De acordo com o superintendente da PF do Rio Grande do Sul, chefe maior da PF no estado, delegado Ildo Gasparetto, a mudança estrutural foi muito significativa, sendo uma das responsáveis pelo nível de qualidade que se encontra a instituição atualmente.

Conversando com o pessoal mais antigo aí, há 20 anos atrás tu andava de Fusca, não tinha condições nenhuma, o prédio hoje mesmo dá condições para a gente trabalhar. No interior do estado, as 13 delegacias todas têm condições, condições materiais, e humanas nem se compara. A Polícia Federal passou dos concursos que eram de segundo grau, para nível superior em 98, acho que foi. Então do governo Fernando Henrique pro Lula, houve uma independência muito grande e uma qualidade forte aplicada na Polícia Federal. Isso tudo, a Polícia Federal saiu da água pro vinho, vamos dizer, e lógico que nós temos que reconhecer que teve um pessoal que fez essa estrutura antes de nós entrarmos na Polícia Federal. Só que nos últimos 5 anos, 6 anos, ela cresceu muito, deu um salto de qualidade muito grande (Delegado Ildo Gasparetto).

Conforme apresentado, o investimento governamental possibilitou uma transformação significativa na organização, sendo um dos fatores responsáveis para se designar uma polícia de elite. A seguir, será mostrado que a qualificação dos policiais se enquadra como um segundo fator para tal denominação, se concretizando na exigência do nível superior para o ingresso na PF, na dificuldade de aprovação no concurso, no conhecimento prévio antes de ser policial federal e na qualificação quando já incorporados na instituição.

### 3.2 VALORIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

Valorizar a qualificação é um tema constante para os policiais federais. A importância do nível superior é um dos aspectos positivos que fizeram a polícia “dar um salto de qualidade”. Conforme um delegado, o nível médio permitia a entrada de pessoas mais limitadas tanto em conhecimento, quanto em inteligência.

Olha, positivo acho que dá pra dizer que é... e que foi uma mudança que aconteceu em 96, que foi tornar o... que eu acho que foi um grande salto de qualidade na polícia, que foi exigir nível superior pra ingresso na carreira. Porque até então era nível médio e muita gente que entrou nessa época... claro, não vamos generalizar, mas havia uma tendência à acomodação. A pessoa estava contente, acabou não se fazendo depois, estudando mais, parou no segundo grau e a gente nota que são pessoas mais limitadas, até pra escrever... e com essa mudança é um problema que praticamente não se vê mais. Então já entram pessoas bem mais instruídas, com mais nível cultural, social melhor (Del.7).

Além da exigência do curso superior como requisito para ingresso, a qualificação também é sentida pelo conhecimento que o policial possui. Alguns salientaram que o quadro de pessoal tem um alto nível, em primeiro lugar pela dificuldade em passar num concurso de grande exigência intelectual, cuja concorrência a cada concurso que passa é mais acirrada: “*O nosso concurso é tão difícil quanto fazer um vestibular na universidade federal pra medicina. Então o pessoal que entra está muito preparado, tem um conhecimento bárbaro (...)*” (Ag.10). Em segundo lugar, o conhecimento adquirido antes de ingressar na carreira de policial colabora para elevar o nível intelectual. Os cursos frequentados, o domínio em línguas estrangeiras e os títulos obtidos possibilitam que o policial siga qualquer tipo de carreira, pela alta qualificação.

(...) entrou um pessoal extremamente qualificado, o concurso ficou mais visualizado, o que faz com que mais gente procure o concurso, fica mais difícil de passar, o pessoal que passa tá mais no top. Nós temos delegados da Polícia Federal, que nem o delegado \*\*\* e o \*\*\*, também é hiperinteligente. O \*\*\* podia passar no que ele quisesse, é só fazer, ele pode ser o que ele quiser da vida, tranquilamente. Eles gostam, acredito, de ser delegado da Federal, e tem muita gente boa entrando, tem cara entrando pra agente que podia ser o que ele quisesse, gente saindo de outras funções, pra agente, com uma qualificação impressionante. Peritos que não vamos nem... o grupo de peritos da Polícia Federal é excepcional. Eu brinco que na Academia eu conheci o meu primeiro PhD internacional, eu nunca tinha visto uma pessoa com PhD feito no exterior. Pessoal com livros, com 10 anos de carreira (...) (E.1).

Houve muita mudança, pra melhor, porque a polícia antes não era nível superior, então o grau intelectual não era o nível de hoje. Então, hoje nós

temos uma gama de funcionários do mais alto nível. E a gente brigou muito por isso há alguns anos atrás pra que fosse dessa forma. Os primeiros como nós brigamos pra que fosse de nível superior, com qualificações maiores e hoje é. Nós temos médicos, nós temos engenheiros, temos advogados... de outras forças aí, enfermeiros, temos até uma ex-freira no quadro. Então, mudou pra melhor, as pessoas que entraram são muito bem qualificadas, nós temos colega aí que chega a falar 7 línguas. Então mudou pra melhor e o resultado tá aí (Ag.9).

O enfoque dado pela instituição, segundo alguns entrevistados, também modificou, no sentido de valorizar o conhecimento, por isso a constante qualificação dos policiais através de cursos.

Acho que o órgão tá indo no caminho certo, que é investir em tecnologia, investir em treinamento dos policiais. Antes o policial não era muito valorizado pelo lado intelectual, hoje já tá mudando o foco, o policial está cada vez mais estudando mais, porque a própria organização criminosa depende da tua compreensão, da tua atualização do que tá acontecendo. Tu não pode ficar muito bitolado, sem conhecimento, a gente tá tendo seguido curso (...) (Del.3).

Nota-se inclusive a percepção de uma melhoria na PF através do tempo condizendo com os crescentes investimentos injetados na organização pelo governo federal. Em outras palavras, a valorização e investimentos na instituição nos últimos anos foram sentidos pelos policiais, não somente em relação à entrada de pessoas qualificadas.

(...) eu acho que a partir do momento em que se procurou qualificar os policiais para entrar na polícia, ela deu uma guinada muito grande. Mas é assim: indubitavelmente, com a entrada de pessoas mais qualificadas, eu acho que deu um crescimento muito maior na polícia (...), mas eu acho que ela teve uma evolução muito grande no tempo, principalmente nos últimos cinco a seis anos (E.5).

### **3.3 CRIME ORGANIZADO**

Os tipos de crimes investigados pela PF são outro elemento que caracteriza sua particularidade. Ao estudar a atuação da PF, através de um breve relato de cada operação, fornecido no site da instituição<sup>31</sup>, percebe-se que os crimes investigados são os mais diversos e envolvem tráfico de drogas, corrupção, contrabando, fraudes em geral, sonegação, desvio e lavagem de dinheiro, crimes pela internet, tráfico de animais, crimes ambientais, grilagem de terras, tráfico de pessoas, entre outros. Muitos desses delitos possuem uma especificidade que é o envolvimento com o crime organizado. Claro que nem todos os tipos penais da alçada da

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/>>. Acesso em: 0 jul. 2007.

Polícia Federal se enquadram nesta característica. No entanto, a justificativa para ter sido dado um destaque para este fato, nesta pesquisa, é a constatação de dados no momento da realização das entrevistas. Em outras palavras, a identidade partilhada pelos policiais federais, ao considerar a PF como a responsável pela prevenção e repressão dos crimes praticados pelas organizações criminosas, mais especificamente, em relação a quadrilhas ou grupos de pessoas da camada mais alta da sociedade, se torna presente na fala dos policiais como traço identitário em relação a atuação da Polícia Federal.

De acordo o grupo pesquisado, o “crime organizado” envolve um alto grau de complexidade, pois é mais “elaborado”, diferenciando-se dos crimes comuns, que seriam da alçada das Polícias Cíveis. Para os policiais, a PF lida com crimes complexos, geralmente envolvendo fraudes fiscais e tributárias, com altíssimas quantias em dinheiro: *“Até porque nós temos crimes de maior montante, crimes contra a União. Geralmente são crimes de repercussão maior, a gente não lida muito com assalto, roubo, essas coisas assim... poucas. Geralmente são crimes de milhões, pessoas de **graduação alta** (...)”* (Ag.1). Nota-se aqui, mais uma característica dos traços identitários dos policiais, uma vez que é presença constante em suas falas a diferença social das pessoas investigadas, seja pelo prestígio, poder ou dinheiro. Assim, a polícia de elite prende uma parcela da população também considerada uma elite, conforme será abordado no item 3.4 deste capítulo.

O trecho a seguir elucida o tipo penal em que a PF se ocupa e resume, de uma forma interessante, esta diferenciação entre os crimes e o “público-alvo” da PF:

É que a nossa, a investigação da Polícia Federal, ela é uma investigação mais, como vou dizer, é um nível mais alto que a gente atinge: tirando o tráfico de drogas, a gente pensa sempre as **quadrilhas**, e a Polícia Civil, o problema delas também é que eles trabalham muito no **crime de bagatela**, é mulher apanhando, é roubo de galinha, fazer o que, que fica difícil pra eles se organizarem tanto como a gente contempla pra ser organizado. Quando tu vai fazer uma busca tu já sabe quantos bandidos tem lá dentro, tu chega cedo, chega com mais gente do que eles tem, então não é o serviço de maior qualidade por causa disso. E também porque nós atingimos geralmente um crime mais de, dá pra dizer, um **crime de elite** (Del.6).

Sobre a tipicidade dos crimes, os policiais salientam as fraudes e a corrupção, geralmente envolvendo o crime organizado: *“(...) essas grandes operações, quando a gente consegue prender esse pessoal do crime organizado que acha que a gente nunca vai chegar”* (Del.6). Esta diferença se acentua quando comparada com a “violência” do crime, que seria mais da alçada da Polícia Civil: *“Via de regra a gente não lida com crimes violentos. Onde é que a gente vai encontrar situações de mais violência? No tráfico, por exemplo; o único*

*roubo que a gente investiga é roubo a entidades federais, que no caso nosso é a Caixa Econômica Federal. São estelionatos, são fraudes” (Del.4).*

Por estas razões, ao se “desvendar um esquema”, descobre-se o desvio de grandes montantes e, em conseqüência, se realiza a prisão de várias pessoas, como forma de desbaratar uma quadrilha: “A primeira operação que eu participei foi uma operação grande que eu fiz, em 2005 (...) aí a gente fez uma grande operação, a gente prendeu cerca de **40 pessoas** e desvendou um **esquema** aí que, a princípio era para gerar um rombo de mais de **um bilhão** (...)” (E.5). A partir desta visão sobre o crime organizado, apontada pelos policiais entrevistados, torna-se importante abordar alguns conceitos em relação a este crime.

Ao consultar a legislação brasileira<sup>32</sup> encontra-se uma lei referente à prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. No seu primeiro artigo lê-se:

Art. 1º Esta Lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo.

Porém, é importante destacar que em nenhum momento há o conceito de crime organizado e suas características, ou seja, falta a tipificação penal para tal crime. O que caracteriza quadrilha, bando, associações criminosas? Com isso, buscou-se, nas pesquisas a respeito do tema, um conceito que pudesse esclarecer este tipo de crime, mesmo porque, embora não esteja claro na lei, é um dos crimes investigados pela PF.

Segundo Oliveira (2004), virou senso comum considerar crime organizado como qualquer ato praticado por bando ou quadrilha. Entretanto, não é todo bando que pode ser classificado como crime organizado. De um modo geral, leva-se em consideração algumas características como o *modus operandi* dos agentes envolvidos, a estrutura do grupo criminoso, bem como as divisões de funções e seu tempo de existência. Oliveira realizou um levantamento conceitual e encontrou certa similitude na conceitualização de crime organizado. Com isso têm-se, de um modo geral, as características pontuais de organizações que praticam este crime:

- Funcionamento como uma empresa;
- Divisão aprofundada de tarefas;
- Hierarquia organizacional;
- Caráter duradouro;

---

<sup>32</sup> Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995.

- Influência de agentes do Estado;
- Uso da violência, da corrupção e da lavagem de dinheiro;
- Busca de lucro através de atividades ilegais;
- Objetiva poder econômico e político;
- Possui um controle territorial dentro de sua atuação.

O autor salienta ainda que a Academia Nacional de Polícia Federal do Brasil, ligada diretamente ao Departamento da Polícia Federal, enumerou dez características do crime organizado. São elas:

- 1) Planejamento empresarial;
- 2) Antijuridicidade;
- 3) Diversificação de área de atuação;
- 4) Estabilidade dos seus integrantes;
- 5) Cadeia de comando;
- 6) Pluralidade de agentes;
- 7) Compartimentação;
- 8) Códigos de honra;
- 9) Controle territorial;
- 10) Fins lucrativos.

Em vista da ausência de um conceito bem definido, o autor cria seu conceito de forma bem específica:

Crime organizado caracteriza-se por ser um grupo de indivíduos que tem as suas atividades ilícitas sustentadas por atores estatais (por meio do oferecimento de benesses ou atos de cooperação), onde os sujeitos criminais desenvolvem ações que exigem a presença do mercado financeiro, para que isso possibilite, às vezes, a lavagem de dinheiro, e conseqüentemente, a lucratividade do crime. Por fim, são grupos que relativamente atuam por um considerável período de tempo, tendo as suas funções estabelecidas, com hierarquia, para cada membro.<sup>33</sup>

Adorno (1994) mostra que as pesquisas de opinião pública demonstram uma crescente preocupação com o crime de um modo geral. Embora haja controvérsia a respeito das metodologias utilizadas na coleta de dados sobre criminalidade, pode-se constatar um aumento em todos os delitos, inclusive crimes como homicídios, roubos, seqüestros, e aqueles ligados ao crime organizado.

---

<sup>33</sup> Este texto não tem numeração da página, pois foi retirado da internet. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34coliveira.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

Esse crescimento vem acompanhado de mudanças substantivas nos padrões convencionais de criminalidade individual bem como no perfil das pessoas envolvidas com a delinqüência. Assiste-se hoje à generalização e internacionalização do crime organizado, constituído sobretudo às voltas do narcotráfico [...] (ADORNO, 1994, p.306).

Neste sentido, Adorno & Salla (2007) destacam que houve uma mudança no perfil da criminalidade e da violência no Brasil, especialmente a partir dos anos 1970. Com a globalização econômica, abriu-se um espaço para modificações no sistema financeiro, devido à desregulamentação dos mercados. Além disso, e conseqüentemente, modificaram-se também as fronteiras tradicionais dos Estados, acarretando a circulação monetária por paraísos fiscais, além de financiamento para tráfico de drogas, armas, fraudes, pirataria, falsificação, entre outras modalidades. Tudo isso só foi possível devido ao desenvolvimento tecnológico, principalmente no campo da informática e telecomunicações.

Embora estas organizações criminosas tenham se expandido, não há evidências de que haja uma conexão entre elas. Estas organizações agem de forma que confronta vários setores da sociedade, desde autoridades judiciais e policiais, até políticos, mídia e opinião pública.

A peculiaridade da criminalidade organizada no Brasil – e, de todo modo, seu enraizamento nas prisões – põe em evidência aspectos que o distinguem de outras modalidades existentes no mundo. Em diversos países, os componentes étnicos ou raciais, ou procedências nacionais [...] são, muitas vezes, decisivos para estabelecer laços identitários entre membros de uma associação delinqüente. Já no Brasil, a urdidura das relações de identidade de grupos criminosos está antes no próprio conteúdo da ação criminosa [...] (ADORNO; SALLA, 2007, p. 14).

Castells (2002) é outro pesquisador que observa a globalização como o grande fator responsável pela mundialização do crime, que ele denomina de crime global. O crime organizado passou a ter características em comum, pois o que está em jogo não são mais as fronteiras territoriais e sim, redes internacionais de atividades criminosas. A partir daí, novas características foram surgindo como a cooperação entre as organizações no lugar da competição. Além disso, o lucro globalizado se torna possível através da lavagem de dinheiro, na qual criminosos utilizam o dinheiro oriundo de atividades ilícitas para investir em atividades lícitas, tornando ainda mais difícil “rastrear” o caminho do dinheiro “lavado”. Vale destacar que estas transações se tornam viáveis por meio do “uso seletivo de violência e corrupção generalizada de funcionários do governo, banqueiros, burocratas e responsáveis pela fiscalização do cumprimento da lei” (CASTELLS, 2002, p. 206). Para o autor, o crime



tornou-e um ramo de atividades globais que além do tráfico de drogas, também inclui tráfico de armas, material nuclear e órgãos, contrabando de imigrantes ilegais, tráfico de mulheres e crianças e lavagem de dinheiro.

A chave para o sucesso e a expansão do crime global na década de 90 encontra-se na flexibilidade e versatilidade de sua organização. *A formação de redes é o seu **modos operandi***, tanto internamente, isto é, em cada uma das organizações criminosas [...] como em relação a outras organizações criminosas<sup>34</sup> (CASTELLS, 2002, p.216).

Esta flexibilidade, segundo Castells, diz respeito a uma hierarquia sem muita rigidez, uma vez que as organizações passam a se articular de forma a cooperar umas com as outras, dando a possibilidade de sempre encontrarem novas articulações e novas relações de poder.

Ao apostar na flexibilidade local e na complexidade internacional, a economia do crime escapa das tentativas desesperadas de controle por parte de rígidas instituições estatais circunscritas a suas fronteiras, que, por enquanto, sabem que estão perdendo a batalha. Com isso, perdem também um elemento fundamental da soberania e legitimidade do Estado: a capacidade de impor a lei e a ordem (CASTELLS, 2002, p.241).

Para Zaluar (2007), o crime organizado envolve várias práticas legais e ilegais e alguns setores como bancos, mercado imobiliário e companhias de transporte que fomentam estas práticas, através de lavagem de dinheiro. A autora salienta que o crime organizado perpassa todas as camadas sociais, se conectando com negócios legais, junto ao Estado. Em vista disso, muitos homens pobres entram no mundo do crime-negócio como único meio de prover seu sustento e de sua família. Além disso, os crimes financeiros, geralmente ligados ao crime organizado, são praticados por pessoas de classes mais altas. Além do setor econômico, como os paraísos fiscais e os crimes de colarinho branco, outro facilitador do crime organizado é a impunidade por parte do Judiciário.

Daí que um grande porcentual de bandidos nunca é preso nem punido, o que é para eles um encorajamento para repetir outros atos delinqüentes. E visto que o dinheiro pode garantir a impunidade, pois um policial não registrará o ato, começando o fluxo do processo jurídico, ou visto que advogados bem pagos sabem como evitar os processos e as condenações penais, reunir-se às quadrilhas de tráfico de drogas torna-se muito mais atraente (ZALUAR, 2007, p.44).

---

<sup>34</sup> Grifo do autor

Já Getúlio Bezerra Santos<sup>35</sup>, define o crime organizado como “crimes de grande potencial ofensivo, praticados por grupos criminosos organizados, permanentes ou duradouros, que buscam incessantemente vantagem financeira e que debilitam o Estado.” O tráfico de drogas é uma modalidade do crime organizado mais conhecida porque tem visibilidade. No entanto, há outras manifestações criminosas que se tornam difíceis reprimir devido sua sofisticação e seu alcance. Um exemplo são os crimes contra a administração pública e mercado financeiro.

Daí as críticas anteriormente feitas à Polícia Federal, por não ousar atuar em determinadas áreas contra determinados tipos de crime. Agora passamos a adotar uma nova postura sem medo de utilizar elevadores panorâmicos e realizar buscas em ambientes refrigerados. Essa foi a mudança na PF e em outras instituições que vêem que esses crimes não são intocáveis, mesmo porque hoje temos uma responsabilidade muito grande para com a sociedade.

Segundo o autor, antes não havia uma repressão a este tipo de crime, nem mesmo a polícia achava possível resolver crimes de grande potencial ofensivo. Agora, graças à tecnologia e à doutrina operacional, consolidada pela PF, o crime organizado passa a ser investigado com mais afinco e maior sucesso, pois prejudica a máquina estatal através da sonegação de impostos, desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro.

Torna-se importante destacar, neste momento, que o crime organizado, para Lucas (2007), não tem a intenção de formar um estado paralelo, muito pelo contrário, ele precisa do Estado para exercer suas atividades. Em vista disto, suas ações não recaem em violência e força, pois isso atrai a atenção das autoridades, da mídia e da sociedade. Além disso, não há como uma organização criminosa se manter se não houver essa conexão com o Estado, seja direta ou indiretamente.

Outra forte característica do Crime Organizado é a constatação de que a maioria de suas ações ilícitas cotidianas não apontem, de modo direto, para a existência de uma vítima individual. Deveras, quando se realizam o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, o contrabando de cigarros, o tráfico de armas, a corrupção etc. não se identifica imediatamente uma pessoa que tenha sido lesada no exato momento da realização de tais ações (LUCAS, 2007, p.112).

---

<sup>35</sup> SANTOS, Getúlio Bezerra. A hora e a vez de derrotar o Crime Organizado. Entrevistador: Marco Antônio Pinheiro. Dossiê Crime Organizado - Revista de Estudos Avançados, v.21 n.61, set/dez 2007.

Dessa forma, por não haver vítimas diretas, os prejuízos somente são notados a longo prazo. Por isso, quando se descobre a ocorrência criminosa, o dano é muito grande e quase sempre irreparável.

Outra característica da criminalidade organizada, segundo o autor, é a mutação de seus métodos para que as autoridades não se familiarizem com suas ações rotinizadas. Para isso, ocorre a abertura de empresas de fachada, várias contas bancárias e utilização de “laranjas”, que são pessoas que emprestam seu nome para que isto seja viável, dificultando a ação das autoridades e da polícia. Isso faz com que, no Brasil, a atividade criminal organizada seja de alta complexidade, se comparada com de outros países, uma vez que aqui é fácil abrir empresas “fantasmas”. Outra facilidade para estes criminosos se trata das fronteiras territoriais uma vez que para estes crimes não existem tais fronteiras e a atuação das autoridades e da polícia ainda dependem do território nacional. Assim, não há como combater o crime organizado de forma eficaz se há a conexão com o aparelho estatal.

Na mesma linha concordam Muniz & Júnior (2007), ao afirmar que o crime organizado possui certas características como: participação de agentes do Estado, vínculo de pertencimento dos membros, abrangência ou especialização das atividades, tipo de controle, controle de um território, gestão de uma rede, etc. Assim, no Brasil não há a figura de um “poderoso chefão”, pois o crime organizado depende da simbiose com o Estado.

Neste item procurou-se abordar o crime organizado, pois este tipo de crime, na medida em que representa a especificidade da atuação da PF, delimita o universo de atuação dos profissionais entrevistados e a identidade partilhada pelos policiais em relação a este crime. Pelo fato dos policiais federais não trabalharem com crimes mais violentos, como homicídio, por exemplo, a referência ao crime organizado é o pano de fundo da percepção que têm da própria atuação. Isto fica evidente no modo como se referem ao risco de vida que correm, conforme será apresentado no capítulo 4.

### **3.4 POLÍCIA QUE PRENDE ELITE**

Como consequência da melhoria na Polícia Federal, percebe-se um processo que funciona mais ou menos como “causa-consequência”: com altas quantias injetadas na instituição ocorrem mais investimentos na qualificação dos policiais e, conseqüentemente, um melhor trabalho realizado. Em relação aos alvos e tipos de crimes, torna-se relevante apresentar dados sobre as operações realizadas pela PF. Ao estudar a atuação da PF, nota-se que os crimes investigados são os mais diversos, como já destacado anteriormente.

A seguir alguns exemplos de operações que obtiveram relevância na mídia, retiradas do site da PF. Destaca-se que, primeiramente, as operações passaram a ser denominadas internamente com o objetivo de serem identificadas de forma rápida e sigilosa. Porém, mais tarde, ganharam notoriedade através da mídia, tanto nos noticiários televisivos, quanto em jornais e revistas.

Nome da Operação	Ano	Breve descrição <sup>36</sup>
ANACONDA	2003	Foram presos dois delegados da PF (um deles aposentado), um agente da PF, a esposa de um juiz federal e quatro empresários. O MP ofereceu denúncia pelos crimes de formação de quadrilha, prevaricação, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, facilitação ao contrabando, lavagem de dinheiro e concussão. Os membros da quadrilha atuavam na intermediação de sentenças judiciais favoráveis.
VAMPIRO	2004	A operação resultou no cumprimento de 17 mandados de prisão por acusações de fraude em processo de licitação de hemoderivados no Ministério da Saúde. As investigações começaram em março de 2003. Seis dos presos são funcionários do Ministério da Saúde.
NARCISO	2005	O objetivo da ação era impedir a continuidade do crime de sonegação fiscal da loja Daslu, localizada em São Paulo. Os produtos vendidos na loja eram adquiridos de empresas importadoras que subfaturavam as mercadorias estrangeiras para diminuir a incidência de Imposto de Importação, além do IPI. Os crimes verificados são: formação de quadrilha, falsidade material e ideológica, crimes contra a ordem tributária.
SANGUESSUGA	2006	Tinha o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada na prática de crimes contra a ordem tributária e fraudes em licitações na área da saúde que agia desde o ano de 2001. Foram cumpridos 53 mandados de busca e apreensão e efetuadas 48 prisões. Integravam a quadrilha funcionários públicos que atuavam no Ministério da Saúde e na Câmara dos Deputados.
HURRICANE	2007	O objetivo era desarticular uma organização criminosa que atuava na exploração do jogo ilegal e cometia crimes contra a administração pública. Foram cumpridos 70 mandados de busca e apreensão e 25 mandados de prisão contra chefes de grupos ligados a jogos ilegais, empresários, advogados, policiais civis e federais, magistrados e um membro do Ministério Público Federal.
NAVALHA	2007	O objetivo foi desarticular uma organização criminosa que desviava recursos públicos federais. Cerca de 400 policiais federais foram mobilizados nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão, São Paulo e no Distrito Federal para cumprir cerca de 40 mandados de prisão preventiva e 84 mandados de busca e apreensão.
SATIAGRAHA	2008	Desmontar um esquema de desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro. Cerca de 300 policiais cumpriram 24 mandados de prisão e 56 de busca e apreensão nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador.

Quadro 10: Descrição de algumas operações da Polícia Federal

Fonte: Site do Departamento da Polícia Federal

<sup>36</sup> Textos adaptados do site oficial do Departamento da Polícia Federal Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/DCS/>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

Estes exemplos servem para ilustrar o fato de que a Polícia Federal prende pessoas da elite social, ou seja, pessoas influentes ou que possuem algum tipo de poder, seja econômico, político ou social, como políticos, empresários, juízes, desembargadores, membros do Ministério Público e policiais federais, inclusive. “Foi a partir da Operação Narciso, na Daslu, em São Paulo, que a elite brasileira passou a se interessar, de verdade, pelas operações da Polícia Federal.”<sup>37</sup>

Foi há pouco tempo que as investigações passaram a ter como alvo a elite brasileira, por isso a notoriedade das notícias. Há incontáveis exemplos que demonstram quem são as pessoas incluídas nos inquérito policiais, como mostra a seguir:

(...) haja vista nunca ter feito parte da rotina policial ações como a Operação Narciso, que resultou na prisão da empresária Eliana Tranchesi, por contrabando e sonegação. Ela é dona da Daslu, a loja mais cara e luxuosa do país. Isso sem falar na Operação Sanguessuga, que resultou na investigação de quase uma centena de deputados e senadores acusados de participar de um esquema de compra irregular de ambulância.<sup>38</sup>

Outro exemplo também ilustra o perfil dos investigados.

(...) a Operação Hurricane (...) levou à prisão uma turma eclética, formada por banqueiros do bicho, desembargadores, delegados de polícia, um juiz trabalhista e um procurador da República. Pela complexidade, a extensão e o cargo dos denunciados, trata-se, sem sombra de dúvida, da maior ação da Polícia Federal contra o crime organizado em território brasileiro (...).<sup>39</sup>

Vale destacar que a Polícia Federal, desde que passou a ganhar destaque nas manchetes de notícias, ganhou também muitos críticos, em relação aos seus métodos e atuações, como abuso das interceptações telefônicas, vazamento de informações e uso das algemas.<sup>40</sup> No entanto, nunca se investigou, indiciou e prendeu tanta gente influente da administração pública, do Judiciário, empresários e políticos. “Desde 2003, a Polícia Federal, sob o comando do delegado Paulo Lacerda, realizou perto de 400 operações contra o crime organizado. No balaio de prisões entrou de tudo: empresários, políticos, policiais, socialites, assessores e, agora, um irmão do presidente da República.”<sup>41</sup>

Observa-se que esta elite apresentada pela mídia também é percebida pelos próprios policiais federais entrevistados, conforme salienta um agente: “*O pessoal elogia bastante,*

<sup>37</sup> FORTES, Leandro. Torneira aberta. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 449, p. 22, 20 jun. 2007.

<sup>38</sup> FORTES, Leandro. O fator da Polícia Federal. **Carta Capital**, São Paulo, ano XII, n. 408, p. 27, 30 ago. 2006.

<sup>39</sup> FORTES, Leandro; ERTHAL, João Marcelo. O silêncio por um fio. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 441, p. 25, 25 abr. 2007.

<sup>40</sup> FORTES, Leandro. Torneira aberta. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 449, p. 22, 20 jun. 2007.

<sup>41</sup> Ibid.

*acha que a gente tá trabalhando certo, porque entra aquela coisa assim, estão prendendo os **graúdos**, então isso aí acho que a gente ta muito bem nisso”* (Ag.4). Um delegado corrobora tal posicionamento:

(...) às vezes as pessoas pensam que a polícia é pra pobre, preto e prostituta. Só que aí tem alguns aspectos que merecem alguma reflexão. Primeiro, hoje a Polícia Federal busca justamente o que, fazer o contrário: pegar quem sempre achou que ia estar acima da lei. São pessoas que tem um grande trânsito nos meios políticos, tem **influência** e isso a gente está desmistificando (Del.4).

De acordo com outro delegado, as investigações da PF *“envolvem quadrilhas organizadas, quadrilhas **ricas financeiramente**, e/ou **pessoas com muito dinheiro**, com desvios muito grandes”* (Del.5). Na mesma linha de opinião argumenta um perito: *“Repercuta bastante também pelo tipo de crime que a gente combate, em geral contra a união, são coisas de valores altos, pessoal de **colarinho branco**, **político**, às vezes **juízes**, **cargo de expressão**... muitas vezes nunca foram presas e passaram a ser... combate nesse tipo de crime”* (Per.1). Este *status* social, resultante do fato de ser uma polícia que prende o rico, é muito presente na fala dos entrevistados, conforme opinam um delegado e um escrivão:

(...) essa sensação que hoje a gente tá tirando um pouco, que a população tem, com relação a essas grandes Operações que nós estamos fazendo e que a gente tá colocando o **rico também na cadeia**, e isso tira também um pouco essa sensação de impunidade, aquela sensação de que só o pobre ia preso a gente tá conseguindo mudar (Del.6).

(...) os trabalhos que a gente desenvolve, como eles tem uma abrangência nacional, eles aparecem muito mais na mídia e as pessoas, vendo aquilo, eu tenho certeza que a sensação de impunidade delas é muito menor. Elas vêem políticos sendo presos, elas vêem contrabandistas, elas vêem pessoas que fazem lavagem de dinheiro sendo presas. E a partir do momento em que tu vê **pessoas importantes** sendo presas, eu acho que a reação que a sociedade tem com isso é muito positiva porque ela começa a enxergar que as pessoas que estão no poder enfim, que tem uma capacidade financeira um pouco maior, elas não necessariamente vão passar impunes pelos crimes que elas cometem (E.5).

Portanto, as pessoas investigadas pela PF fazem parte de um grupo “privilegiado” na medida em que se vale de seu poderio econômico para influenciar pessoas, corromper funcionários ou contratar bons advogados conhecedores das leis para livrá-los da prisão.

### 3.4.1. IMPUNIDADE

Para os entrevistados, o fato de prender pessoas da elite brasileira está ligado diretamente com a sensação de impunidade. Em primeiro lugar, um dos motivos que gera a impunidade, de acordo com os policiais, diz respeito à complexidade dos crimes investigados, tornando difícil um esclarecimento imediato, pois pode levar meses ou anos para entender a rede de conexões entre os criminosos e os crimes cometidos, conforme observa um delegado:

Crimes como estes que foram objeto da operação Rodan, por exemplo, são extremamente **complexos**. Isso demanda... como houve uma investigação minuciosa, com muita gente... Então isso é bastante complicado. É muito mais simples punir alguém que foi flagrado furtando ali um toca CD, que foi pego na hora, do que punir crimes como estes que exigem **exame detalhado, acompanhamento, meses de investigação** (...) o tipo de crime que é cometido, que por natureza são crimes mais **difíceis de serem apurados** (Del.4).

Em segundo lugar a impunidade está relacionada com a classe da pessoa investigada e as lacunas das leis.

Olha, impunidade tá acontecendo hoje é na área do **colarinho branco**, isso realmente é péssimo. Com uma proteção muito grande. As doutrinas do Judiciário obedecem às normas pra determinados setores, não obedecem pra outros. Hoje a facilidade que um cara desses tem de sair é tão fácil quanto ele entrar. Agora não é a mesma coisa com o considerado o próprio diabo, aquele **coitado** que às vezes rouba pra comer, apesar de estar praticando um crime, mas às vezes é pra comer. E o preso que rouba um frango no mercado ele pode ser condenado por trinta vezes mais tempo do que o que **rouba milhões e milhões e a lei passa por cima** e está aí as CPIs que não dão em nada (Ag.10).

Assim, conhecer a lei é um artifício para a impunidade, fazendo com que haja um excesso de recursos impetrados pelos advogados de defesa, conforme argumenta um agente: *“O que existe é um sistema judicial que favorece muito o esgotamento dos recursos e coisa, até chegar na efetiva condenação demanda muito tempo”* (Ag.6). Salienta também outro policial:

Eu acho que a impunidade, ela existe, mas é pelo sistema. Pela forma como é o processo, como é distribuída a justiça. Eu acho que isso aí dá muita margem pra **excessivos recursos** e... dá pra falar que tem corrupção, isso aí é uma coisa que dá pra afirmar. Mas eu acho que tem impunidade sim (Ag.4).

Dessa forma, o conhecimento das leis faz com que os advogados considerem mais a formalidade dos processos, dificultando a “discussão” a respeito do mérito da questão, que

seria mais importante: “(...) porque o advogado de defesa (...) ele busca os aspectos formais ou toma assinatura em determinado termo que está invalidado. Então muitos advogados acabam nem entrando no mérito, eles ficam só nos periféricos ali, vendo o aspecto formal da coisa pra desconstituir todo um procedimento” (Ag. 6).

Neste sentido, na visão do grupo pesquisado, a impunidade existe também em decorrência de leis inadequadas. Esta inadequação pode ser fruto de uma inaplicabilidade efetiva, na medida em que não está em conformidade com a realidade, ou não é eficaz. Nesse contexto destaca uma escritvã: “Se você lê a Lei de Execuções Penais, é linda, perfeita, vale à pena a leitura, você fica encantada com a legislação, só que ela não existe, é fantasiosa” (E.1). Acrescenta ainda um delegado: “Quando tu consegue atuar, eu acho que a legislação deixa a desejar, um pouco em razão de eficácia... Os meios de punição não são, no meu ponto de vista, eficazes” (Del.3).

A não conformidade com a realidade é referida ao fato de haverem lacunas em algumas leis por serem ultrapassadas, pois foram criadas há muito tempo e não sofreram uma atualização, ou pelo excesso de leis. Estes “defeitos” poderiam ser causas da impunidade, na medida em que facilitam que a pessoa não permaneça presa. “A própria lei nossa é muito *fraca*, então, não se pode deixar muito tempo uma pessoa presa, por pior que seja o crime (...)” (Ag.10). Concorda outro agente: “(...) eu acho que a legislação penal está **ultrapassada**. Mas eu acho que a impunidade é por causa que tem uma legislação que é muito **falha** (...) É muita legislação no país” (Ag.5).

É por estas razões que, segundo os entrevistados, se torna mais fácil processar e julgar uma pessoa de classe social mais baixa, do que aquelas que possuem condições e conhecimento para protelar o processo na justiça.

(...) a grande dificuldade de por que é tão **difícil condenar um rico** e é mais fácil condenar um pobre: o rico, ele contrata três ou quatro advogados, ele chega perante o juiz e diz assim: - “Olha, eu tenho uma testemunha que mora no Acre”. Daí o juiz não pode cercear o direito de defesa e dizer: - “Não, nós não vamos ouvir essa testemunha”. Daí manda uma carta precatória pro Acre. Daí até que isso vá, chegue no Acre, que o juiz lá vá ouvir a testemunha, vá localizar, que às vezes não localiza e às vezes a testemunha até nem existe... Então eles usam de um **monte de estratégias**, que a pessoa, que é o pobre, que está na mão do defensor público, não tem (Del.4).

A Polícia Federal investiga, entrega tudo prontinho lá, mas no final de contas a gente continua com os presídios cheios de pessoas que cometem crimes comuns, e continuam todos os criminosos mais... de **maior porte**, continuam soltos, tem **melhores advogados, conhecem todos esses artifícios jurídicos** aí e continuam soltos (Per.2).



Assim, para os entrevistados, a diferença econômica entre os criminosos, faz com que a justiça também seja diferenciada entre os “crimes de elite” e os “crimes comuns”:

Então essa questão da impunidade também, mais na questão do crime de **colarinho branco**. Isso é o que machuca, a gente vê **pessoas humildes** aí, como aconteceu em São Paulo, a pessoa sendo presa porque roubou um iogurte, ficar 81 dias na cadeia, pra matar a fome, e ao passo que pessoas que desviaram milhões e milhões de reais, não ficam uma semana, duas, no máximo, presos pela polícia (...) Isso tem uma série de coisas pra analisar: é dinheiro, poder, claro isso aí tudo na questão da impunidade (Ag.9).

Esta questão dos “privilegiados” pela lei é salientada pelo fato das leis não terem sido feitas para todos de forma igual, facilitando a falta de punição para um grupo seletivo. A seguir a fala de uma escritora que aborda este assunto:

As leis são feitas, normalmente, pra **privilegiar** determinados setores, é a primeira preocupação: quando ela for feita pra privilegiar gente, aí ela tem um complicador. No momento em que os filhos dos legisladores usam maconha direto, fumam crack direto, eles fazem um projeto em que a penalização disso seja mais suave, um exemplo, meramente ilustrativo. Então eu acho que a impunidade começa pelos próprios legisladores, favorecem... eles fazem leis penais, principalmente processo penal, favorecendo sempre a defesa do bandido e não a da sociedade (E.1).

Todas estas falhas, apontadas pelos policiais, são motivo de frustração no trabalho, algumas vezes, pelo fato dos juizes se aterem em detalhes processuais e não no crime propriamente dito.

(...) está cada vez mais difícil colocar os bandidos na prisão e manter eles na prisão. Porque a gente vê aqui o esforço, aqui a gente trabalha, faz operações e tudo... tem operações em que já foram presas 70 pessoas e por causa de um **detalhezinho** foram soltas em 5 dias e com certeza essas pessoas, a gente tem dados, começaram a fazer tudo de novo e começou o ciclo todo novamente (E.2).

O que tira um pouco assim, a vontade de trabalhar da equipe, é a aceitação da impunidade que dá quando chega no Poder Judiciário. Às vezes, tipo, nós fizemos a Operação Patrimônio no ano passado, no final do ano, foram presas 77 pessoas envolvidas com uma quadrilha de roubo de carros, roubo armado principalmente com clone de carros. O desembargador, num canetaço, largou 56 (Del.6).

Entretanto, alguns policiais observaram que prender pessoas ricas e influentes faz com que a sensação de impunidade diminua perante a população, no sentido de que não somente as pessoas de baixo poder aquisitivo são punidas, mas também a elite. *“A impressão que dá que quando um juiz, por exemplo o \*\*\* foi preso, um cara corrupto, esse tipo de coisa assim, a*

*sociedade parece que tá junto... antes esse pessoal era intocável, agora não são mais”* (Per.1).

Para o grupo pesquisado, isso faz com que a população apóie o trabalho da polícia porque vê as pessoas que cometem crimes mais complexos, que não fazem parte do “dia-a-dia” da população mais pobre, sendo punidas: *“Tem um caráter educativo, de alguns crimes, por exemplo, eu acho que o povo precisa saber que as pessoas são presas, que é muito instrutivo tu ter, por exemplo, uma prisão de crime financeiro: o cara precisa saber que não é só o ladrão de galinha do lado dele que vai em cana (...)”* (E.1).

### 3.4.2 USO DAS ALGEMAS

A distinção social que caracteriza os presos pela Polícia Federal evidencia-se, também, quanto ao tema do uso de algemas que repercutiu fortemente na mídia. Após inúmeras aparições de imagens de operações e da elite sendo presa<sup>42</sup> pela Polícia Federal, o uso de algemas passou a ser discutido no ambiente político e jurídico. Este assunto, que aguardava regulamentação há pelos menos 20 anos, veio à tona a partir das ações da PF. A seguir um exemplo publicado na Revista Carta Capital: *“As pulseiras que envergonham os novos usuários, os criminosos de colarinho-branco, nunca mereceram qualquer nota restritiva quando ‘enfeitavam’ os punhos dos criminosos de colarinho-ruído.”*<sup>43</sup>

A discussão do uso ou não das algemas chegou até o Supremo Tribunal Federal como consequência de utilizar tal objeto em pessoas que até o momento não eram vistas socialmente como criminosas. Para isso o referido tribunal criou a Súmula Vinculante 11, aprovada em 13 de agosto de 2008 cujo texto explicita:

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Em anexo se encontra fotos que mostram o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, o banqueiro Daniel Dantas e o especulador financeiro Naji Nahas sendo presos pela Polícia Federal. Há também imagens interessantes como um carro importado de 1,2 milhões de dólares na sala de estar de um dos investigados pela PF, na operação Toque de Midas, bem como vários carros luxuosos confiscados, na operação Hurricane (ver imagens nos anexos B a E).

<sup>43</sup> FORTES, Leandro. Entre mimos e propinas. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 446, p. 26, 30 maio 2007.

<sup>44</sup> Disponível no site do Supremo Tribunal Federal:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumulaVinculante>> Acesso em: 05 dez. 2008.

Este fato gerou grande descontentamento por parte dos policiais federais. Em uma conversa informal, um agente relatou que a orientação dos superiores para evitar o uso das algemas era usar as técnicas aprendidas de defesa pessoal. No entanto, isto deixa uma margem muito maior para abuso da força porque, conforme relatou o agente, ele iria *“torcer o braço do preso e se quebrar eu não posso ser acusado, uma vez que estaria usando as técnicas de imobilização”*. O fato de prender a elite, segundo os policiais, foi o que levantou a discussão sobre o uso do objeto:

Outra coisa que é interessante também com relação à punição das pessoas ricas, uma grande questão que foi levantada foi aquela do uso das algemas, por exemplo, nunca nunca ninguém se incomodou com o fato do preto, do pobre e da prostituta serem transportados **algemados**, agora no momento em que se colocou algema em algum advogado ou em algum político em destaque, alguma pessoa economicamente poderosa, aí se levantou essa questão (Del.4).

Conforme destaca uma escritã, a elite sendo presa, exposta na TV, foi o que causou tal polêmica: *“Por causa da superexposição na mídia mesmo, e aí como tem esses crimes, a Polícia Federal trabalha muito com esses crimes de colarinho branco, então são pessoas importantes que acharam que seu direito estava sendo violado”* (E.2).

Este breve exemplo sobre a regulamentação do uso das algemas serve para uma reflexão a respeito da autonomia da Polícia Federal, isto é, sobre influências recebidas de outros órgãos. A esta questão será dado um maior destaque no item 4.1.2 do capítulo 4, mas no caso do uso das algemas, nota-se uma influência direta nas ações da polícia devido a uma decisão de um tribunal, ou seja, do sistema Judiciário. Observa, um delegado, que um dos motivos que gera este controle por parte de outros órgãos é o grande destaque da PF nos últimos anos.

Agora, claro, a gente tem que ver que quando a nossa atuação começa a ter muito destaque, começa a **prender muita gente importante**, começa a ter, de parte de quem não quer uma atuação tão forte, começa a ter represálias. Então já se discute se a Polícia Federal pode **algemar preso** ou não... Tu sabe que o objeto não é a questão de algemar ou não, a questão é **limitar poderes**, então, isso se tu conseguir acompanhar tu vê que já tem alguma coisa contra pra, de certa forma, diminuir a atividade da polícia (Del.3).

O mesmo delegado ressalta o fato de que tanto o Judiciário quanto o Legislativo estão limitando poderes da PF e isto tem como conseqüência, segundo o entrevistado, a diferenciação de tratamento perante os investigados, no sentido de que para alguns é permitido e para outros não.

O tribunal entendeu que a gente não pode mais indiciar quem tem foro privilegiado. Isso é uma limitação de poder nosso e isso acaba afetando o trabalho porque se tu não pode indiciar alguém, tu acaba dando **tratamento diferenciado** pra duas pessoas. Tem alguns pontos de vista que em razão do prestígio que a gente tá alcançando, tá tendo a resposta do ponto de vista legislativo prejudicando (Del.3).

Neste capítulo procurou-se abordar os aspectos que foram considerados essenciais para caracterizar a Polícia Federal como sendo uma polícia de elite. Por meio da pesquisa de campo e das reportagens analisadas na Revista Carta Capital, principalmente, concluiu-se que além da remuneração diferenciada em relação às outras polícias, outras questões também foram consideradas para tal denominação como o alto investimento governamental na instituição, a qualificação dos policiais, os tipos de crimes e o *status* social das pessoas investigadas que, da mesma forma, se enquadram como elite.

Assim, o capítulo seguinte apresenta a análise das entrevistas feitas com os policiais federais. Para tanto, as falas dos entrevistados foram classificadas em temas recorrentes e significativos do ponto de vista simbólico, buscando traços identitários do grupo. Com base na classificação produzida, a análise estrutura-se em torno de três grandes temas: 1) o que é o verdadeiro trabalho policial; 2) como se trabalha e 3) as conseqüências de se trabalhar na PF, conforme apresentado a seguir.

## **CAPÍTULO 4**

### **IDENTIDADE POLICIAL**

Como já foi apresentado brevemente na introdução, para melhor compreender a visão dos policiais, torna-se relevante destacar outros estudos também preocupados com traços identitários de policiais. Quanto a este aspecto, na presente pesquisa, partiu-se de três autores (MONJARDET, 2002; REINER, 2004 e BITTNER, 2003) que abordam, especificamente, o tema identidade policial. Vale destacar que estes autores utilizam os termos “cultura” e “identidade” de forma equivalente.

Para traçar a identidade dos policiais franceses, Monjardet (2002) detém-se no modo como executam suas tarefas, mostrando que isto depende da visão que eles mesmos possuem quanto à importância e conteúdo de cada tarefa. Esta visão é consequência das representações de cada indivíduo, com base em seu sistema de valores, sua posição na unidade policial e sua visão sobre a profissão. Assim, o policial classifica suas atividades como mais ou menos importantes e isso faz com que não haja homogeneidade nas prioridades e ações policiais.

O autor destaca que no universo policial há certas regras de comportamento, compartilhadas pelos policiais. Estas regras informais podem acarretar sanções que os próprios policiais aplicam aos colegas quando infringirem certas normas como: não fazer demais, não fazer corpo mole e não atrair a atenção dos superiores. Outra regra é em relação à solidariedade entre os membros do grupo, isto é, além do espírito corporativo, a confiança é de extrema importância na medida em que os riscos individuais e coletivos são relevantes. É esta regra que sobressai as demais, pois numa situação de imprevisto, cada um deve fazer sua parte tanto individualmente quanto em relação ao grupo em sua totalidade.

Monjardet observa que o aprendizado das tarefas policiais ocorre de duas maneiras: uma formal (formação propriamente dita, mecanismos de transmissão do saber) e uma informal (socialização dos usos, costumes e normas coletivas). Dessa forma, há uma clara diferenciação entre os novatos e os mais antigos. Enquanto os primeiros estão mais “abertos”, os mais antigos já se encontram acostumados com a realização rotineira de suas tarefas, se recusando às inovações. É nesta socialização que os novatos compreendem que o que se aprende na academia não condiz com a realidade, ou seja, o ofício do policial se aprende na prática: há regras informais que precisam ser respeitadas. Assim, para “ser policial”, deve-se levar em conta a valorização da experiência; o tempo de serviço; a aprendizagem no trabalho

prático, oposto ao ensinamento teórico; a negação de uma tecnicidade das atividades; as qualidades pessoais; a solidariedade e a homogeneidade da corporação.

Neste sentido, Monjardet argumenta sobre a possibilidade de haver uma “cultura policial”. Primeiramente, ele salienta que os policiais possuem certos interesses coletivos como interesses materiais (condições de trabalho, de remuneração), interesses corporativos (situação de trabalho – ex: patrulhamento a pé e motorizado) e interesses profissionais (o que é valorizado no trabalho policial – ex: autoridade, respeito). Por isso, a cultura profissional possui traços partilhados pelos policiais, independente da posição hierárquica e da função.

Assim, se vê constituírem-se alguns “traços” que, apesar de não serem partilhados por todos no sentido estrito, não deixam de formar a trama de uma consciência coletiva, centrada em três aspectos: a incompreensão (recíproca) da mídia e do público, a preocupação relativamente a uma eficácia dificilmente mensurável e a demonstração de uma exigência mínima de honestidade (MONJARDET, 2002, p.168-169).

Outros traços também podem ser destacados, como a referência à luta contra o crime, um dos aspectos mais valorizados pelos policiais; o sentimento de isolamento social, compensado pela solidariedade interna; o machismo, o preconceito étnico, o sigilo, etc.

No entanto, por trás destes traços partilhados, encontra-se uma diversidade de características vistas como sendo uma cultura comum. Um exemplo desta pluralidade é a visão do policial frente ao perigo, isto é, dependendo das expectativas de cada um, o perigo está sempre presente ou quase nulo. Outra diferença é em relação às leis. Enquanto para uns a lei é apenas uma coerção, para outros, é vista como enquadramento necessário e, num terceiro grupo, a lei é compreendida como um contrato.

A identidade policial também aparece quando se confronta com o outro, o não-policial:

E essa diferença não é de grau, não se pode experimentá-la *um pouco*, à maneira do leigo que pode se instruir o suficiente para tentar compreender o que faz o letrado, ela é absoluta. Não poderia haver autodidata das coisas policiais. Se é policial ou não se é. Por isso, a relação com o outro só pode se estabelecer em termos não de proximidade, de compreensão ou de troca, mas em termos *de alianças*: o outro é *a favor ou contra* a polícia e os policiais (MONJARDET, 2002, p.200).

Assim, Monjardet comenta que a polícia se encontra entre seus interesses (que divide o grupo) e a condição policial (que une). Há em todo policial um conflito entre a identidade do segmento (guarda, inspetor, etc.) e o conjunto policial (identidade de policial). Esta divisão

só é superada quando for confrontada com o “exterior”, o qual, nesta situação, as categorias se unem.

Reiner (2004), ao analisar as polícias inglesas e norte-americanas, também faz uma análise da “cultura policial” salientando que, para entender a visão de mundo dos policiais deve-se levar em consideração o que os policiais fazem e qual a sua função política perante a sociedade. Assim como Monjardet, Reiner afirma que não há uma cultura policial única. Há variantes, dando espaço a subculturas decorrentes de experiências pessoais, posições estruturais de acordo com a hierarquia no trabalho, trajetória na carreira, personalidade, dentre outras. No entanto, segundo o autor, há traços comuns entre os policiais que podem ser observados. Estas características padronizadas fazem com que os policiais se ajustem às pressões do seu trabalho. Isto ocorre através da transmissão, entre os próprios policiais, de histórias, mitos e piadas e da socialização entre os mais antigos e os mais novos. Esta cultura, socialmente gerada, possui certas peculiaridades como o perigo, a autoridade, a suspeição, o isolamento, a solidariedade, o machismo e o conservadorismo.

No caso da suspeição, por exemplo, se desenvolve na rotinização de dar atenção a possíveis problemas de perigo e crime. Quanto ao isolamento, os policiais possuem dificuldade em se relacionar com pessoas “de fora” de seu meio de trabalho. “Tais dificuldades se originam dos turnos de trabalho, da falta de horário, das dificuldades em se desligar das tensões geradas pelo serviço, de aspectos do código de disciplina, e da hostilidade e do medo à polícia que os cidadãos podem mostrar” (REINER, 2004, p. 140).

Devido a este isolamento, cria-se uma solidariedade interna. Mas, cabe destacar aqui que, conforme o autor, esta solidariedade também é fruto da confiança entre os pares, tanto em relação a situações difíceis, como na forma de proteção perante o público, numa espécie de código informal entre os policiais. No entanto, esta solidariedade não impede que ocorram conflitos internos, muito pelo contrário, principalmente quando se trata de posições hierárquicas e funções desempenhadas. “É verdade que, quando se enfrentam ataques externos, tais conflitos internos quase sempre podem ser sobrepujados pela necessidade de apresentar uma frente unida. Mas nem sempre é assim” (REINER, 2004, p.141).

Um dado importante a ser destacado que contraria certos aspectos da cultura policial diz respeito ao preconceito racial e ao autoritarismo. Reiner demonstra que os recrutas da polícia não possuíam personalidade racista e autoritária, se identificando e partilhando valores de grupos sociais dos quais eles provinham, geralmente classe média e classes operárias. Entretanto, Reiner aponta para um duplo sentido desta questão, isto é, os policiais podem não ser autoritários, mas o grau de autoritarismo se diferencia, na medida em que eles podem

exercer poder sobre as minorias. Dessa forma, o autor comenta que a cultura da polícia depende não de atributos pessoais, mas dos próprios elementos da função policial. Embora haja traços em comum nesta cultura construída, gerando um padrão cultural típico, a cultura policial possui variações como consequência de reflexos das estruturas de poder de cada sociedade.

Dentro desta perspectiva a respeito da “cultura policial”, é importante destacar também o estudo feito por Bittner (2003) que pesquisa sobre a polícia dos Estados Unidos, suas características, suas atribuições, dificuldades, representações, bem como a forma como os cidadãos comuns enxergam o trabalho policial. O autor busca mostrar que a sociedade deseja uma polícia eficaz, sem precisar usar a força, isto é, quando o governo e os cidadãos se relacionavam de forma mais direta, havia a necessidade da presença física do poder armado. Na medida em que esta relação foi se distanciando, houve a necessidade de uma intervenção mais pacífica. A partir deste raciocínio, o autor demonstra que há um espírito de corporativismo, de solidariedade entre os policiais. No entanto, ao mesmo tempo em que este espírito fraternal une os membros da polícia, ele proporciona uma segregação frente à sociedade, ou seja, a tendência dos policiais é se relacionar com os membros de “dentro”, tendo dificuldade de se socializar com os de “fora”, conforme já salientado por Monjardet.

Bittner mostra que, embora este espírito corporativo faça com que os policiais se unam frente ao “exterior”, também proporciona rupturas e conspirações internas, ou seja, grupos segregados pela função ou hierarquia dificultam a integração e o controle por parte dos superiores. Embora a “desintegração” interna seja um fato, os policiais dão grande valor à confiança, alegando a importância em se trabalhar com pessoas que eles podem confiar. Esta confiança se consolida com o silêncio e o segredo. Em outras palavras, não há comentários internos a respeito do trabalho de um ou outro policial, quando se trata de hierarquia de posto ou funcional, nem em relação a equipes diferentes, muito menos em relação às pessoas de fora. O mesmo ocorre com o segredo em relação à omissão de informações.

Mas o fato de que cada policial individual tenha informações importantes, que ele não compartilha com ninguém, praticamente nunca é mencionado na literatura. No entanto, esse é um fato central do trabalho policial, que cada policial aprende no seu primeiro ano de serviço (BITTNER, 2003, p.156).

O autor destaca que, para que um trabalho seja bem feito, o policial muitas vezes mantém um relacionamento com pessoas que exerçam alguma ilegalidade. Qualquer informação que seja divulgada pode prejudicar o andamento da investigação. No caso da polícia norte-americana, é comum que os policiais possuam informantes, e para que haja



cooperação por parte destes, é necessário que eles se sintam seguros em relação à sua identidade. “Tal método de trabalho geralmente é aceito pelos policiais como uma parte rotineira de sua ocupação, e aqueles que dele dependem fecham fileiras para defendê-lo contra outros policiais do departamento cujos interesses a ele se opõem” (BITTNER, 2003, p.159). Assim, as unidades de informação dos departamentos de polícia nos Estados Unidos, freqüentemente são isoladas e vistas com desconfiança.

Segundo Bittner, isto pode ocorrer também devido ao fato de que não há controle profissional entre colegas de profissão, no caso dos policiais. “A única regra que deve observar escrupulosamente é não ir contra sua espécie” (BITTNER, 2003, p.162). A partir daí, e juntamente com a regra do segredo, cria-se uma tolerância quase que ilimitada: não há reclamações sobre seus pares.

Os estudos aqui apresentados, e que abordaram o tema da identidade policial, serviram como base para a análise das entrevistas realizadas no trabalho de campo. No que segue, alguns aspectos discutidos por estes três autores serão retomados a partir dos discursos dos policiais federais entrevistados acerca da profissão.

## 4.1 O TRABALHO POLICIAL “MESMO”

### 4.1.1 LINHA DE FRENTE x TRABALHO BUROCRÁTICO

Durante o trabalho de campo percebeu-se que os policiais dividem o seu trabalho em dois grupos: as tarefas que fazem parte do trabalho policial em si e as tarefas burocráticas. Esta subdivisão “nativa” merece análise, pois a sociedade em geral pode considerar policial federal todo aquele que trabalha na instituição, independente do cargo que ocupa. No entanto, esta identidade policial é percebida de forma diferente pelos entrevistados, pois há, de um lado, a atividade policial “mesmo” e, de outro, as atividades que não são “de polícia”.

Quando eu vi eu tava fazendo **serviço de polícia**, investigando, prendendo, indo atrás, virando noite no relento, fazendo vigilância... daí tu começa a ganhar cancha nisso aí (...). Eu tenho me voluntariado aí pra fazer eventualmente algum ou outro serviço de... dar algum apoio em alguma investigação, **trabalho policial mesmo**, então agora to indo dar apoio na delegacia \*\*\*, que é fazer esse **serviço de polícia mesmo**: ir pra rua, fazer vigilância, fazer investigação, fazer levantamento (...) (Ag.3).

As tarefas “de polícia” fazem parte do simbólico do cargo de agente, que seria o cargo por excelência que representa a atividade fim. É o agente quem realiza as investigações, vai para a rua, não tem horário, nem rotina: “(...) *os guris ali da parte de inteligência, sem noção, os guris saem daqui dez da noite, cinco da manhã já estão no monitoramento de novo. Daí o*

*alvo se movimenta e eles saem correndo pra rua... Olha, duas da manhã, três, eles vão lá fotografam, filmam (...)* (Del.2). Segundo os entrevistados, depende muito das características pessoais para o policial realizar um trabalho de investigação, de rua, conforme um agente relata, *“tem gente na polícia que cumpre realmente horário quase que bancário, tem ‘n’ funções, mas a minha opção é justamente por estar na chuva pra me molhar”* (Ag.6).

Já as atividades que não são “de polícia” se resumem a tarefas mais burocráticas, “de escritório”, que seria a redação e o acompanhamento de inquéritos, representadas pelos demais cargos, como o de escrivão: *“O trabalho de escrivão, o que acontece, ele é um trabalho muito mais interno do que externo, então a gente trabalha, na verdade, com a parte burocrática da investigação policial, ou seja, que é o inquérito policial”* (E.5).

Contudo, estas atribuições não são rígidas, isto é, há uma grande possibilidade de se realizar tarefas que não sejam especificamente de seu cargo. Embora não seja tão comum, um escrivão pode trabalhar na investigação ou um agente pode ter funções “de escritório”, mas esta divisão é percebida claramente pelos policiais. Destaca-se que esta flexibilidade é uma característica positiva salientada pelos entrevistados e já referida anteriormente. Um papiloscopista se refere ao cargo que ocupa como interessante pelo fato de poder trabalhar *“tanto no balcão do escritório quanto na linha avançada”* (Pap.1), sendo esta, a atividade policial em si. Uma escrivã compara seu perfil como *“um pouquinho mais linha de frente”* (E.1) em relação aos demais colegas que ocupam o mesmo cargo.

Observa-se, também, que alguns policiais salientaram o fato de que as policiais mulheres, em regra, não gostam da atividade de “linha de frente” e por esta razão procuram os cargos mais burocráticos: *“(...) depende da mulher, da situação, mas geralmente elas preferem ficar mais na parte administrativa, por isso que geralmente elas fazem mais concurso ou para escrivã ou para delegada”* (Del.6). Dessa forma, segundo os policiais, há uma carência de mulheres na parte operacional, inclusive pelo fato de não levantarem suspeitas em relação aos investigados.

(...) faz falta o trabalho feminino na investigação também. Porque nesse **trabalho de campo, de rua mesmo**, uma investigação, com um homem, uma mulher, na rua, chama muito menos atenção do que dois homens dentro de um carro, parado num lugar meio suspeito, fica mais suspeito ainda. Agora um casal dentro de um carro é diferente. Então chama menos atenção (Del.7).

Este interesse pelo trabalho burocrático é visto por parte dos entrevistados como uma particularidade inerente à característica feminina, ou pelo fato de estarem realizando um trabalho com menos risco, ou por poderem ser mães, após obter uma estabilidade financeira.

Na prática, com raras exceções, a maioria das mulheres acaba procurando trabalhar em áreas consideradas de menor risco, atividades mais **administrativas**, mais **burocráticas**... acho que é uma coisa natural, acho assim, da **própria mulher**... e a questão de ser mãe, gestação, amamentação (...) (Del.7).

Apesar de eu ser escritã, eu viajo bastante, ao contrário da \*\*\*, que tem a desculpa do nenê pequeno, eu não tenho (risos). Então eu ralo pra caramba, porque não tem muita mulher, tem poucas mulheres, e muitas na situação da \*\*\*: mulheres jovens, entraram agora, e aí foram ter filhos porque tão numa situação estável. Então a grande parte do efetivo feminino não participa das operações, o que faz com que meu nome esteja comumente encabeçando as listas (E.1).

Pelo que foi exposto acima, a identidade profissional se mostra independente dos cargos que cada um ocupa e vincula-se às tarefas que se executa. Assim, o que se caracteriza como “trabalho de polícia” está relacionado a dois momentos. Primeiro, com o trabalho investigativo, de “rua”, geralmente realizado pelos agentes. Esta tarefa seria a “parte mais operacional”, denominada por alguns policiais como “linha de frente” e é ela que representa o simbólico do verdadeiro trabalho policial: “(...) nós (papiloscopistas) *também realizamos inúmeras atividades que são da **linha de frente** da atuação da polícia federal, que é a investigação e atuação diretamente em operações*” (Pap.1).

Num segundo momento, marcado inclusive pela troca de roupa, a atividade policial se concretiza com a realização das operações, isto é, quando se encerram as investigações e os policiais vão para “rua” realizar mandados de busca e apreensão ou mandados de prisão.

Agora, em várias atividades nós saímos no cumprimento de ordens de missão. É comum isso aí, não trabalho só **atrás de mesa**, atrás da mesa eu vou orientar o inquérito, vou coordenar. Mas nós saímos para a **prática**, em prisões, buscas e apreensões, é bem freqüente na Polícia Federal, sai todo mundo. Bota a **roupa operacional** e vai para a **atividade de rua**, com todo o risco inerente a atividade policial (Del.5).

Vale destacar que o aspecto simbólico da roupa operacional se faz muito presente na atividade policial em si<sup>45</sup>. Pode-se inferir que a “roupa preta”, mencionada por alguns policiais, traz o *status* de policial federal e é pelo “uniforme” que o policial se reconhece:

---

<sup>45</sup> Em anexo se encontram fotos que mostram situações em que os policiais vestem a roupa operacional (ver imagens nos anexos F a I).

“Daí tu vê teus colegas saindo pra rua: - ‘Hoje tem operação... **tudo de preto**, tudo armado, não sei o que’... daí dá aquela: - ‘Deixa eu ir junto!’” (Ag.3). Ou é reconhecido: “Tem um grande amigo meu de brincadeira ele diz: - ‘Ah, vocês pegam o fuzil, metralhadora, se **vestem de preto**, não sei o que’ (...)” (Ag.3).

A roupa preta como forma de “ser reconhecido” é uma das maneiras que faz com que as pessoas diferenciem a Polícia Federal e aprovelem suas ações, como relata um escrivão: “Eu acho que a sociedade aprova, gosta e admira também. Quando eu entrei, nas primeiras operações, que a gente sai, de **roupa preta**, viatura ostensiva e tal, a gente passa pelas ruas o pessoal nos sorri, nos abanam, falta só bater palma” (E.4).

Dessa forma, esta subdivisão interna não está relacionada diretamente com as funções dos cargos, pois, conforme já relatado, há uma grande flexibilidade nas funções exercidas, por isso não há o impedimento de que um perito ou um papiloscopista possam fazer o trabalho policial “mesmo”, embora isso não seja o comum. No entanto, pode também haver essa diferenciação entre atividade exercida e o cargo correspondente:

Minha atividade como sendo papiloscopista, eu mesclo tanto um pouco do perito, quanto um pouco do **policial federal em si**. Então, minha atividade ela se assemelha um pouco ao perito, ela tá no meio termo entre o perito e um policial federal, um agente, que é o que todo mundo conhece (Pap.1).

Outra questão levantada diz respeito à diferença entre o trabalho realizado nas cidades de fronteira ou no interior, onde há delegacias da Polícia Federal, com o trabalho nas capitais, onde se encontram as Superintendências Regionais. Alguns entrevistados destacaram que este trabalho policial “mesmo” pode ser vivenciado nas fronteiras, pois é onde o policial se depara com os mais diversos crimes e as mais diversas situações da alçada da Polícia Federal.

(...) existe uma idéia assim: o cara que quer ser policial tem que ir pro **interior**, pra uma **fronteira**. Ali ele vai ter situações que vão exigir dele, claro vão ensinar o que é que exige do policial, do que fazendo trabalho administrativo, ou aqui, numa capital, numa delegacia aqui dentro. Então é diferente. O cara que tá na delegacia na fronteira tem aquela vivência de uma **atividade fim mesmo**, com imigrante, com estrangeiro, com tráfico, enfim, essas coisas que são atribuições da Polícia Federal (E.3).

(...) logo que eu tomei posse fui pra \*\*\*, que eu considero ter dado muita sorte. É **fronteira**, é uma escola muito boa em termos de polícia, porque tu trabalha... fronteira tem tudo quanto é tipo de rolo: é droga, é tráfico, é lavagem de dinheiro, é crime financeiro, é isso aí tudo (Ag.3).

A zona de fronteira e o interior são, geralmente, a primeira lotação, ou seja, o primeiro local de trabalho que os policiais são designados após concluírem o curso de formação na

Academia da Polícia Federal. Aqui, mais uma vez, nota-se uma contradição no sentido de que o “trabalho policial mesmo” pode ser vivenciado numa zona de fronteira, pois é uma escola, é onde se aprende a trabalhar como policial. No entanto, ser lotado na fronteira é encarado como um “preço” a pagar, como algo difícil, mas todo o policial deve passar para adquirir o *status* de policial. “*Mas ele pagou um preço também* (pessoa de suas relações que também é da PF). *Passou um tempo em \*\*\*, interior do Pará. Eu paguei um preço também, logo que eu tomei posse fui pra \*\*\* (cidade de fronteira), que eu considero ter dado muita sorte*” (Ag.3).

Outro agente também comenta sobre a primeira lotação:

Aí eu fiquei um ano no \*\*\* e depois voltei pra cá. Até que fiquei pouco tempo fora: o pessoal geralmente fica mais tempo (...). Eu vim por remoção. Paguei um pedágio pequeno, assim de um ano, não é muita coisa (risos) (Ag.2).

Outros estudos mostram que a “essência” da profissão, da identidade profissional, também pode ser percebida em outros setores que não são da área de segurança. Em outras palavras, os policiais identificam as atividades, funções ou atribuições como sendo o “verdadeiro trabalho”, assim como outras profissões também o fazem. Um desses estudos foi o que Castro (1990) realizou com alunos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Nesta instituição os cadetes (como são chamados após concluir o curso de quatro anos) aprendem os valores, atitudes e comportamento apropriados à vida militar. Embora o cadete escolha entre uma das Armas (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Intendência, Comunicações ou Material Bélico) e cada uma delas possua um “espírito próprio”, o autor comenta sobre um “espírito militar” que se sobrepõe ao “espírito das armas”.

Fazendo uma analogia com a Polícia Federal, pode-se comparar esta essência das características militares que o autor denominou como “espírito militar”, com a identidade coletiva dos policiais federais. Em outras palavras, o “ser militar” em oposição aos “paisanos” (forma como os militares denominam os civis) de certa forma se assemelha ao “ser policial”. Castro salienta que uma característica muito presente entre os militares é a vocação para ser militar. E esta vocação é constantemente colocada à prova aos novatos que chegam à Academia: somente aqueles que possuem vocação permanecem. Neste sentido, para os policiais federais, como foi destacado anteriormente, embora muitos tenham salientado ter entrado na PF por “acaso”, a vocação se torna presente no sentido de que tem que ter “tino”, “gostar do que se faz”. No entanto, também pode ocorrer da pessoa não ter vocação, mas permanecer na instituição: “*muitos passam nesses psicotécnicos (no concurso) e não têm aquela vocação, outros não passam e têm a vocação*” (Del.6).

No estudo de Castro, embora a “vocação” para ingressar no Exército, alegada pelos cadetes, seja quase unânime, é comum o fato de muitos terem tentado ingresso nas escolas da Marinha e da Aeronáutica, ou em universidades civis. Nisto, também, há certa semelhança com os “concurseiros” que entraram na PF, isto é, tentaram outros concursos e ingressaram naquele que obtiveram êxito. Apesar disso, alguns policiais fizeram a opção pela polícia, uma vez que consideravam se identificar com a profissão.

Um delegado destaca que passou em um concurso público na área jurídica na mesma época que foi aprovado na PF, mas resolveu ingressar na polícia, mostrando as desvantagens caso escolhesse o outro cargo.

É tu quem acaba por decidir uma lide (*no cargo da justiça*), uma demanda entre pessoas e... Mas tu fica estaque porque tu não pode agir, só pode agir quando tu recebe essa demanda. E na polícia não. Tu pode ir atrás e de certa forma tentar mostra aquilo que tu acha que ta errado (...) entre \*\*\* e a polícia, eu achei que o trabalho da polícia é muito mais gratificante (Del.3).

Um agente, que desistiu de trabalhar na iniciativa privada, buscou um concurso na qual quisesse atuar e que mesclasse os atributos que ele achava necessário para exercer a profissão: “(...) *me chamava à atenção pelo que eles faziam, por um monte de outras coisas, e realmente eu optei por essa carreira e se eu soubesse tinha entrado muito antes*” (Ag.5).

Outra característica marcante no meio militar, observada por Castro (1990), é a hierarquia. Como em qualquer ambiente militar, os subordinados devem obediência aos seus superiores hierárquicos. No caso dos cadetes da AMAN os tenentes e capitães são os oficiais que estão mais em contato com os alunos. E é neste contato mais próximo que eles passam a diferenciar os “bons” e “maus” oficiais. O “bom” oficial é aquele que sabe diferenciar o que pode e o que não pode ordenar e a forma como ordena, além de tratar com respeito seus subordinados, dando o exemplo e despertando confiança. O “mau” oficial é aquele que não segue estas características.

Na Polícia Federal, também há uma diferença entre o “bom” e o “mau” policial. Esta classificação está ligada, sobretudo, à corrupção, isto é, um “mau” policial é aquele que é corrupto, que deve ser extirpado da instituição. Entretanto, também se pode identificar como “mau” policial aquele que não faz um bom trabalho, que não “pega junto”, que faz apenas o trabalho rotineiro e necessário.

Quanto ao “espírito das armas”, apresentado pelo referido autor, é atributo que os integrantes de cada arma devem apresentar. No entanto, isso só faz sentido quando relacionado com o conjunto, a totalidade. Por exemplo: a Infantaria é a arma que tem o

contato mais direto com o adversário, ao passo que a Cavalaria tem a missão de fazer o reconhecimento avançado, a Artilharia atua afastada da linha de combate, e assim por diante. Cada arma possui seus símbolos partilhados, sua conduta própria. Cabe destacar aqui uma “rixa natural” entre as armas, cada uma mostrando qual é a mais importante. Porém, a Infantaria é a arma “mais militar”, por ser a que entra em combate direto com o inimigo. “Os infantistas costumam dizer que ‘os melhores são apenas bons para a Infantaria’, que pertencem à ‘Rainha das Armas’, a Arma mais vibradora, disciplinada e ‘guerreira’: a *mais militar*”<sup>46</sup> (CASTRO, 1990, p.67).

Assim como há uma diferenciação entre as armas, no caso dos militares, também se percebe um “conflito” entre os cargos da PF. No discurso dos entrevistados, o ambiente de trabalho é muito bom e as “brigas”, geralmente, se resumem às unidades sindicais ou a pessoas pontuais, sendo que no trabalho policial, como uma operação, por exemplo, estes conflitos não seriam levados em consideração e todos realizariam um trabalho em equipe. Contudo, notou-se haver uma “divisão” entre o cargo de delegado em relação aos cargos de agente e escrivão. Um dos motivos que veio à tona, na pesquisa de campo, foi que a forma de ingresso na PF dá espaço a um recém concursado delegado exercer um cargo de comando aos agentes e escrivães mais antigos.

O recrutamento somente externo nos traz prejuízo, traz prejuízo, e também desestimula o policial que está há 20 anos e não tem forma de subir. Nós deveríamos até ter três formas: uma reserva de vagas, uma maneira de promoção e o externo. Aí nós teríamos uma polícia excelente. Porque teria aquele policial que tem a aspiração pra chegar à posição de comando, a delegado, mas não tem condições de competir com jovens que tem os pais para financiar o dia inteiro estudando. Aí o que acontece, ele fica que não consegue ascender porque o concurso é só externo, e a experiência dele vai embora com ele, o estímulo também (Del.5).

Outra característica percebida em alguns policiais foi considerar o seu cargo como “o melhor”, e isto se deve às atribuições de cada cargo, à diferença de remuneração ou à posição de autoridade, como observam um agente e uma escrivã:

O escrivão quer ser agente, **todos escrivães querem ser agentes**. A grande maioria. Até por que escrivão tem uma carga de trabalho cartorial muito alta. Porque **agente eu acho que é o melhor dos cargos** que tem investigação, não tem tanto compromisso com papel, até melhor do que delegado e perito. Só que **o pessoal que é agente quer ser delegado** por causa da remuneração, entendeu. E até pela autoridade. Mas isso eu não posso te generalizar, nem colocar isso como receita (Ag.5).

---

<sup>46</sup> Grifo do autor

Tem gente que reclama, porque “ah, os **delegados ganham bem mais**, tem agente que é mais velho e daí tem o **delegado bem novinho mandando nele**”. Eu acho que não é por aí, eu acho que tem que ter bom senso, eu acho que a gente ganha um bom salário. Se quiser ser delegado, faz de tudo pra ser. Então, eu me dou bem com todo mundo, não sinto que as pessoas sabe: “ah, sou escrivão, tu não é operacional”... porque tem essas diferenças... um agente... **eu faço o que o agente faz mas ele não faz o que eu faço**. Mas eu fico na minha, tranqüilo, mas existe muito aqui dentro esse negócio das diferenças, é bem claro. Mas aí vai de cada um. Eu acho que, na verdade, os escrivães e os papiloscopistas são os que mais... são os mais neutros, sabe (E.2).

Outro estudo que relata a “essência” identitária de um grupo profissional é o realizado por Müller (1989) sobre os publicitários. Sua pesquisa demonstra que há uma divisão entre as “categorias” de publicitários, como por exemplo, os que trabalham no atendimento ou na pesquisa de mercado ou, ainda, os que trabalham na criação. Os profissionais da criação são os publicitários por excelência, uma vez que detêm uma característica legítima como parte do simbolismo da profissão, isto é, a criatividade. Dessa forma, aqueles que não fazem parte da criação tentam valorizar seu trabalho atribuindo a ele certa criatividade: “Se os profissionais da criação tornaram-se as estrelas da publicidade por serem os legítimos portadores da competência criativa, aos outros grupos restou a tentativa de valorizar a sua participação atribuindo, na medida do possível, um componente criativo a sua atividade” (MÜLLER, 1989, p.112-113). Assim, o estudo relata que os publicitários da criação fazem parte de um grupo cuja identidade corresponde como o “verdadeiro” trabalho na área de publicidade.

#### 4.1.2 DO CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES

O grupo pesquisado demonstrou sua visão em relação ao seu próprio trabalho, diferenciando as funções “de polícia” das demais funções realizadas. O mesmo ocorreu com as atividades da PF, ou seja, oficialmente, a Constituição Federal designa quais as atribuições de cada polícia brasileira. Entretanto, o que se buscou compreender foram as atribuições da Polícia Federal a partir da visão dos policiais.

Assim, conforme a Constituição vigente, cabe à Polícia Federal, principalmente, as funções de polícia judiciária na União, apurando infrações contra a ordem política e social em detrimento do Estado.

As atribuições vistas pelos policiais não contradizem as atribuições “oficiais”, conforme descrito acima. Mas, os policiais enxergam seu trabalho com algumas características peculiares, mais voltado para a prática da atividade policial, como por



exemplo, a independência do órgão em relação às pessoas que são investigadas pela PF. Conforme observa um delegado: “(...) *se tu for perguntar pra qualquer policial federal aí: - ‘Ah, e se for o irmão do Lula que tiver envolvido?’ Todo mundo vai dizer: - ‘Azar o dele!’ Isto também foi uma cultura que se desenvolveu dentro da Polícia Federal, que **a gente faz não quer ver a quem***” (Del. 4). Uma escrivã também destaca:

Agora, **influência política, ela não existe**. O Ministro da Justiça não pega o telefone e liga pro superintendente e o superintendente pega o telefone e liga pro delegado e o delegado diz pro agente assim: “Não, assim não vai dar”. Não existe isso, nunca, desde que eu entrei aqui, ninguém falou nada nem parecido, nem subliminar, nada. Diferente do que acontece um pouco na Civil, se o delegado começar a encher demais, ele é retirado daqui e colocado lá adiante. Aqui não acontece isso (E.1).

Segundo o delegado Ildo Gasparetto, “(...) *teve uma época aí que no Nordeste estava mais difícil de trabalhar, tinha um pouco de **indicação política**, acabou isso*”. A independência também está ligada à estrutura operacional, isto é, às condições de trabalho que se refletem nas investigações, não levando em conta a “importância” dos investigados, segundo uma conversa com o superintendente.

(...) e aí entra uma parte política, e hoje no Governo Federal não tem isso, eu entendo que a linha do Ministro da Justiça (*Tarso Genro*) hoje é pensar a longo prazo (...) e **evitar a política**, evitar... tipo, nós não temos **intervenção nenhuma**, a Polícia Federal é considerada hoje **independente total**, mas a independência, aí que entra o mais importante, isso que é grave: não adianta tu dar independência pra uma polícia, tipo a Polícia Civil, e não dar as condições. Então, tu dá independência com viaturas, pessoal, equipamento de inteligência, e isso é independência para investigar, independente de quem tu vai investigar (Delegado Ildo Gasparetto).

De acordo com alguns policiais, a independência alude ao fato de que a PF é uma polícia de Estado e não de governo, ou seja, ela atua independentemente de quem está no poder, sem levar em conta os interesses de cada governo. Além disso, os policiais salientam que, de certa forma, as atuações policiais fazem com que o governo ganhe votos:

Nós não somos uma polícia muito dependente, porque a **polícia ela não pode ser do governo ela tem que ser do Estado**. E o Estado quem governa na realidade é a sociedade, o governo só dita normas. E hoje um governo que privar ou tentar inibir uma ação da polícia, acho que ele perde uma posição de votos no Brasil todo, porque as coisas estão funcionando e o pessoal gosta. E as operações que tem feito, todas com sucesso (Ag.10).

Corroborar tal afirmação outro agente quando compara a PF nos anos de ditadura e atualmente: “*E se saiu muito daquela coisa de, no início ela era usada politicamente mesmo, repressão, ditadura... E hoje já não é mais assim. Hoje ela é voltada para os crimes e não pro governo*” (Ag.4). E em relação às pessoas investigadas o mesmo agente comenta que a PF “*está fazendo um trabalho de doa a quem doer, não importa quem seja. A gente ouve o pessoal dizer: ‘Ah, não vão apurar porque não sei o que, por que é ligado a esse ou àquele’(...) Quando cai um trabalho pra gente fazer, a gente não quer saber com quem é, a gente vai fazer*” (Ag.4).

Entretanto, percebe-se que a autonomia e a independência sentida pelos policiais federais não é absoluta, pois praticamente todas as suas ações necessitam de ordens judiciais. Muitas vezes os policiais federais precisam “driblar” os pedidos negados como mostra um trecho de uma reportagem:

A PF tentou prender Dantas (*investigado na operação Satiagraha*) durante a operação, por envolvimento em organização criminosa. Entretanto, o juiz Luiz Renato Pacheco, da 5ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, negou o pedido. Liberou apenas os mandados de busca e apreensão na casa de Dantas e nas empresas dos envolvidos (...). Os 16 mandados de busca e apreensão autorizados pela Justiça resultaram em uma montanha de mais de 500 quilos de papéis, CDs e computadores.<sup>47</sup>

Além disso, nota-se uma interferência política, quando interesses do Executivo e Judiciário, principalmente, se confrontam. Em uma declaração o Ministro da Justiça Tarso Genro argumentou que “é preciso esclarecer que não cabe ao governo determinar a ocorrência, nem o trancamento, de nenhum tipo de investigação. Os poderes de controle do Estado, assim como a ação da Polícia Federal (...) dão-se em cima de fatos concretos.”<sup>48</sup>

No entanto, há dois fatos que exemplificam a interferência nas ações da PF. O primeiro, conforme já mostrado anteriormente, diz respeito à limitação do uso das algemas por parte dos policiais. O segundo foi o afastamento do delegado responsável pela operação Satiagraha, na qual havia o envolvimento de nomes do Executivo e do Judiciário, como o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, responsável por liberar duas vezes, em menos de 48 horas, o banqueiro indiciado no inquérito. O argumento para o afastamento do delegado era de que ele faria um curso de aperfeiçoamento na Academia Nacional de Polícia, centro de treinamento da PF com sede em Brasília. Ao mesmo tempo, o referido delegado negou informações ao Diretor-Geral Luiz Fernando Corrêa sobre a

<sup>47</sup> FORTES, Leandro. A ponta do iceberg. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 504, p. 26-27, 16 jul. 2008.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p.28.

operação. Assim, não há como desarticular estes acontecimentos como uma forma de retaliação, mostrando mais uma vez o controle sobre a instituição. Além disso, “optou-se” pelas “férias” de Luiz Fernando, em um momento em que se instalara uma crise na PF.

No dia anterior, terça-feira 15, o Brasil soubera do afastamento do delegado Protógenes Queiroz, presidente do inquérito que resultou na Operação Satiagraha e na prisão da quadrilha do banqueiro (*Daniel Dantas*), como resultado de um processo interno de franca divisão da Polícia Federal e de súbito recuo do governo. A desculpa apresentada, antes de esfarrapada, é risível, segundo nota oficial, e sucessivas entrevistas do ministro Genro, o delegado Queiroz havia se afastado do inquérito para se dedicar a um curso (...), obrigatório para quem completa dez anos de serviço na corporação.<sup>49</sup>

Assim, o trabalho da Polícia Federal, conforme os entrevistados, envolve a subdivisão entre as tarefas de policial e as tarefas burocráticas. Essas atribuições se referem ao modo de trabalhar, sendo que não é levado em consideração o *status* social dos investigados, porque o importante, para os policiais, é realizar um trabalho bem feito para chegar ao objetivo maior, que é dismantelar as organizações criminosas. Além disso, embora os exemplos da mídia demonstrem claramente haver interferências na instituição, o que se observa é que estas influências não são percebidas pelos entrevistados. Em outras palavras, pode-se inferir que tais acontecimentos não são sentidos no dia-a-dia dos policiais mas somente em cargos mais altos na hierarquia da instituição ou quando há envolvidos em casos específicos, como o ocorrido com o delegado Protógenes.

## 4.2 COMO SE TRABALHA

### 4.2.1 SEGREDO E INTOLERÂNCIA COM POLICIAIS CORRUPTOS

Uma das preocupações na realização das entrevistas foi tentar fazer com que os policiais relatassem o universo policial, repleto de “mistérios” para quem não está inserido no meio. A atmosfera que circunda o ambiente policial é cheia de segredo. Fica evidente que a atividade policial, para obter êxito, necessita de extremo sigilo, pois lida com situações de investigação e qualquer informação “vazada” pode prejudicar o trabalho policial que, às vezes, requer muito tempo de dedicação, podendo levar até anos levantando informações. Assim, as entrevistas demonstraram que o sigilo é algo que está sempre presente: “*Aí, quando chamaram pra operação ninguém sabia o que era. Um dia anterior: -‘Amanhã, às 4 da*

<sup>49</sup> FORTES, Leandro. Contra-ataque. *Carta Capital*, São Paulo, ano XIV, n. 505, p. 20, 23 jul. 2008.

*manhã, Fulano, Fulano e Fulano aqui”* (Ag.3). Corrobora para a importância do segredo a fala de um delegado:

(...) daí me convocaram pra operação e **eu não sabia nem pra onde que eu ia**. Daí disseram: - “Ah, tu tem que ta tal hora na base aérea de Canoas”. Daí no avião me disseram: - “Vocês vão pro \*\*\*, se tiverem algum parente no \*\*\*, não entrem em contato com ninguém” (Del. 4).

Este tema se torna muito importante na esfera policial de tal forma que, até mesmo após ingressar na Polícia Federal, ainda há restrições no que o policial pode saber: *“Acontece o seguinte, que quando a gente faz o curso (na academia de polícia), o curso é considerado uma etapa do concurso, então os alunos que estão lá não são policiais e **algumas coisas são restringidas por causa disso**”* (Del. 1). Segundo um delegado, há um princípio na PF de restrição de informações, denominado de “compartimentação”. *“Quem não tem interesse no que tu tá fazendo não precisa saber. Quanto mais gente souber e que não tem interesse, mais chance de tu ter um vazamento antes de se tornar público. Dentro da polícia tem esse princípio que é a compartimentação, **só sabe quem precisa saber**”* (Del.3).

Estes procedimentos para evitar frustrar operações ou investigações fazem parte da vida profissional do policial federal que, muitas vezes, sai de casa sem saber qual destino o aguarda. A seguir um exemplo da mídia.

Na calorenta manhã de 13 de abril, 105 agentes gaúchos da Polícia Federal embarcaram num avião Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira, em Canoas. **Não sabiam o destino**. Quando a aeronave pousou em Curitiba, pensaram que o alvo era ali. Engano. Era um simples reabastecimento. A manhã terminaria com os policiais no Rio de Janeiro, prendendo colegas suspeitos de envolvimento com a máfia dos caça-níqueis, na Operação Hurricane (Furacão, em inglês). Os agentes gaúchos **não sabiam os nomes de quem iriam prender**. Apenas os chefes de equipe ganharam, na última hora, relações de endereços que constavam nos mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal. Tudo para **evitar vazamentos**. A operação teve tamanho sucesso que o furacão se abateu sobre policiais, juízes, promotores e bicheiros, sem distinção.<sup>50</sup>

O segredo também está ligado diretamente com o clima de “controle” dentro da instituição. Em outras palavras, muitas vezes quem investiga os policiais federais, suspeitos de algum procedimento ilícito, são seus próprios colegas. O exemplo a seguir demonstra a importância do segredo, quando se trata de levantar informações sobre seus pares.

<sup>50</sup> TREZZI, Humberto. *Jogo de Espiões. Zero Hora*, Porto Alegre, 27 maio 2007. Reportagem especial, p. 5.

Foram **presos vários policiais federais** do interior e aqui da capital e um deles era um delegado, também meu chefe na delegacia \*\*\*. E foi uma coisa que me chocou, primeiro porque todo mundo que trabalhava comigo foi pego de surpresa. Era uma operação até que foi muito bem feita, foi longa a investigação e não houve **vazamento** nenhum de informação. **Trabalhando do lado da pessoa investigada**, se conseguiu manter o **sigilo** e fazer todo o trabalho correto (Del.7).

Assim, a fala anterior contribui para a compreensão da visão dos entrevistados referente aos crimes cometidos por policiais. A grande maioria salientou que a corrupção policial é algo que deve ser combatido veementemente. Aqui merece destaque a opinião de que na Polícia Federal, segundo o grupo pesquisado, não há corrupção e, se ocorre, é extirpado da instituição o policial que comete tal crime, isto é, não há tolerância alguma em relação aos policiais corruptos.

Se forem comparadas as estatísticas dos últimos anos, conforme o quadro a seguir<sup>51</sup>, houve um acentuado decréscimo de policiais presos entre os anos de 2003 e 2004, um leve aumento em relação aos anos de 2006 e 2007, decaindo novamente em 2008. Destaca-se o fato de que, se for levado em consideração o número crescente de servidores públicos presos, a desproporção em relação à quantidade de policiais criminosos, se torna ainda maior. Em outras palavras, há mais servidores e menos policiais envolvidos com crimes.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de servidores públicos presos	122	143	219	385	310	396
Número de policiais federais presos	39	9	9	11	15	7

Quadro 11: Número de servidores públicos e de policiais federais presos

Fonte: Site do Departamento da Polícia Federal

Há inúmeros exemplos de operações que deflagraram a prisão de policiais federais como as operações: “Planador” e “Anaconda” (2003), “Lince II” (2004), “Terra limpa” (2005), “Cerol” (2006), “Hurricane” (2007), entre outros. Nesta perspectiva, os dados corroboram a intolerância com policiais que cometem crimes, conforme salientaram os entrevistados. Para o grupo pesquisado, a Polícia Federal efetua a prisão de seus policiais, extirpando do meio policial aquele que foge aos princípios de um “bom policial”. Conforme destacou um delegado: “(...) onde existir homem e dinheiro, vai existir corrupção, em maiores níveis ou menores, mas sempre vai existir. Só que o que também diferencia a Polícia Federal algumas vezes das outras? A Polícia Federal tu nunca vai ver a convivência de ninguém” (Del. 4).

<sup>51</sup> Quadro criado a partir de informações do site oficial do Departamento da Polícia Federal: Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/>>. Acesso em 02 fev. 2009.

A grande maioria dos entrevistados salientou que policiais que se envolvem com o crime são piores que os criminosos não-policiais, por se valerem de uma posição social em que deveriam coibir atos criminosos e por se valerem de todo um aparato institucional (carteira funcional, arma, estrutura, informações privilegiadas, etc.) para “trair” os colegas, a instituição e a própria sociedade.

Eu acho que é o **pior tipo de criminoso** que pode existir, porque ele está investido dessas prerrogativas de policial, e aí passando para o outro lado, torna-se um risco potencial “n” vezes mais forte do que um criminoso que não seja policial. Um criminoso policial é terrível. A definição que eu posso dizer: é o pior bandido (Del.5).

Então no momento em que ele vai pra criminalidade, eu acho que ele tá pecando duas vezes: **ele não tá cumprindo o papel dele, de proteção**, de garante, e tá usando de uma função que ele tem, mal usando aquela carteira que ele tem ali, aquela prerrogativa de policial que ele tem, pra cometer um ato ilícito (Ag.2).

Dessa forma, os policiais não consideram como colega aquele que se envolve com a corrupção, pois não está em conformidade com os princípios da instituição e com os princípios de um bom policial: *“É muito triste ter que prender um, entre aspas, colega, mas é um alívio também quando isso acontece”* (Del. 4).

Neste contexto, a própria Polícia Federal, segundo o grupo pesquisado, se responsabilizaria em banir o policial criminoso: *“(...) tu pode ter certeza que todo o desvio que é encontrado dentro da Polícia Federal, ele é **punido pela própria Polícia Federal**. A Polícia Federal se encarrega de fazer isso”* (Del. 4). Para os policiais entrevistados, é a própria Polícia Federal que investiga, que prende, que “corta na própria carne”, conforme expressão usada por alguns dos entrevistados:

Um colega especificamente foi preso por nós, porque quando a gente saía pra rua, pra fazer serviço de fechar bingo e apreender caça-níqueis, essas coisas, o cara avisava, entendeu. E aconteceu, eu fui num lugar que cheguei lá não tinha nada de caça-níqueis. Daí tu vê que o cara não é policial, entendeu. Ele é um **bandido com a carteira de policial**. Um bandido que passou num concurso. Foi preso, já tava aposentado, mas, enfim, é a história que dizem que **a Polícia Federal corta na própria carne** (Ag.3).

(...) não vou dizer que dentro da Polícia Federal não exista corrupção, não exista pessoas que possam se corromper ou que são corrompidas, mas pode se ver nessas operações da própria Polícia Federal, muitas vezes, nós mesmos, tem um delegado nosso que diz assim: - **“A gente corta na própria carne”**. Então a gente não tem problema nenhum de extirpar do nosso meio **pessoas que não compactuam com nosso modo de agir**. Pessoas que se deixam levar pela corrupção são expulsas do órgão, presas,

colocadas pra fora (...). A gente prima muito por esse lado... manter fora a corrupção de dentro do nosso meio (Ag.1).

A expressão de “cortar na própria carne” também aparece na mídia. Ao relatar algumas operações policiais, as reportagens utilizam termos que legitimam a expressão e enfatizam o fato que a instituição “não poupa nem seus pares.”<sup>52</sup> “A corporação, inclusive, **cortou na própria carne**: seis delegados federais foram presos na Operação Cerol.”<sup>53</sup>

Destaca-se, aqui, que alguns salientam a importância de uma penalização mais severa para os policiais criminosos, justamente por estarem numa posição em que podem se valer de aparatos institucionais para cometerem crimes:

Que tem policial que não é policial é bandido que tá sob o abrigo de uma instituição. Esses aí eu acho que inclusive merecem uma penalização maior do que qualquer outra pessoa. Que na verdade usa da cobertura da instituição, faz parte da polícia até pra obter informação privilegiada e usar os meios, treinamento, uma série de coisas, pra cometer o crime (Ag.6).

Olha... e a gente comenta aqui que o policial que comete crime, seja de que tipo for, eu acho que ele deveria ser penalizado de uma forma mais severa, porque ele é o garante da sociedade, ele, a princípio, protege a sociedade, que deveria proteger (Ag.2).

Assim, a identidade policial mostra a não-convivência com policiais que cometem crimes, principalmente aqueles que são corruptos, foram corrompidos e não merecem ser intitulados policiais federais, pois para o grupo, a integridade é um valor essencial. Não haver corporativismo e convivência com estes policiais, por parte de seus colegas, é algo destacado como meio de manter a integridade da corporação, como relata um delegado: “*é papel fundamental se fazer essa purificação*”.

O bom da polícia é que não tem tido corporativismo, o pessoal tá sendo preso mesmo. Tu sai da linha e tiver mal intencionado tu vai acabar sendo preso, pelo menos aqui. É só o tempo de descobrir porque ninguém vai te proteger, eu acho que isso é fundamental aqui dentro porque a hora que for diferente vai ficar ruim de trabalhar aqui dentro (Del.3).

Entretanto, um caso curioso, relatado na Revista Carta Capital, vai de encontro ao que os policiais entrevistados declararam: a não-convivência com policiais corruptos. A Operação Hurricane, deflagrada em abril de 2007, prendeu três delegados federais. A favor dos delegados houve a manifestação de solidariedade do presidente da Federação Nacional dos

<sup>52</sup> TREZZI, Humberto. *Jogo de Espiões*. Zero Hora, Porto Alegre, 27 maio 2007. Reportagem especial, p. 5.

<sup>53</sup> FORTES, Leandro. O fator Polícia Federal. *Carta Capital*, São Paulo, ano XII, n. 408, p. 31, 30 ago. 2006.

Delegados da Polícia Federal.<sup>54</sup> Em outras palavras, a solidariedade com os delegados presos não condiz com a identidade coletiva do grupo pesquisado, que é contra policiais que cometem crimes. Além disso, a referida revista mostra que em 2006 a Polícia Federal contava com um efetivo de aproximadamente 13.200 policiais, instalando 703 sindicâncias internas<sup>55</sup>. Destas averiguações resultou a demissão de seis servidores. Embora a publicação não tenha especificado o conteúdo das sindicâncias, o número de demissões é relativamente pequeno se comparado com o número de sindicâncias.

A maioria das vezes quem investiga policiais federais, quando suspeitos de estarem envolvidos em algum crime, são os próprios colegas. Isso é comum, embora seja uma situação difícil investigar alguém com quem se trabalha, sem dar indícios da tarefa. Um caso relatado no Jornal Zero Hora mostra como se dá este trabalho. O exemplo a seguir se refere ao próprio Diretor-Geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, quando era delegado na superintendência gaúcha.

(...) Luiz Fernando Correa (...) foi encarregado logo de início de vigiar dois colegas delegados. Situação delicada, pois eram seus vizinhos de prédio na Avenida Paraná e muitas vezes tinham almoçado juntos. Assim foi feito. A ação culminou com os dois delegados e outros cinco agentes da PF presos. Não foi um fato isolado. É comum delegados da PF serem encarregados de presidir inquéritos contra colegas que trabalham em salas contíguas. Isso poderia ser feito pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP), braço operacional da corregedoria que funciona em cada superintendência. Mas policiais que atuam apenas na caça a criminosos comuns também são chamados, esporadicamente, para essas ações. É uma espécie de teste de fidelidade à corporação.<sup>56</sup>

Além dos crimes propriamente ditos, há casos em que policiais suspeitos de vazarem informações são afastados. Em decorrência de uma frustração nas operações, pode haver mudanças nos nomes de “batismo”. O exemplo a seguir mostra o possível comprometimento com uma operação, devido ao vazamento de informações. Como consequência, houve o afastamento do Diretor-Executivo da PF, em 2007, considerado como o segundo na hierarquia da instituição, ficando logo abaixo do Diretor-Geral que, à época, era o delegado Paulo Lacerda.

<sup>54</sup> FORTES, Leandro; ERTHAL, João Marcelo. O silêncio por um fio. Carta Capital, São Paulo, ano XIII, n. 441, p. 27, 25 abr. 2007.

<sup>55</sup> ERTHAL, João Marcelo; ATHAYDE, Phydya de. Criminosos fardados. Carta Capital, São Paulo, ano XIII, n. 457, p. 44, 15 ago. 2007.

<sup>56</sup> TREZZI, Humberto. Jogo de Espiões. Zero Hora, Porto Alegre, 27 maio 2007. Reportagem especial, p. 5.



Suspeitos de vazar informações sigilosas, dois delegados da Polícia Federal (PF), entre eles o segundo na hierarquia da instituição, foram afastados do cargo por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). (Eles) teriam revelado a colegas que estes eram alvo de investigação em uma operação denominada Octopus. A operação tinha o objetivo de colher provas contra policiais federais suspeitos de receberem vantagens de empresários baianos. **A Octopus acabou sendo comprometida e deu lugar à Operação Navalha**, que mudou o escopo da investigação e acabou desbaratando uma quadrilha envolvendo um empresário e vários políticos.<sup>57</sup>

Nesta perspectiva, salienta-se que um trabalho de corregedoria é uma forma de controle interno da instituição, como maneira de coibir aquilo que os policiais federais tanto condenam. Segundo o superintendente da PF gaúcha, uma polícia forte e “bem sucedida” depende de três fatores e um deles é a atuação constante da corregedoria, por isso a importância, segundo os policiais, de não apoiar qualquer ato criminoso por parte de quem deveria combatê-lo.

Tem que trabalhar em três ordens, que a gente defende: **integração entre os órgãos**, pra evitar inclusive que a polícia, já que é pouco, faça serviço duas ou três vezes, isso pode ser entre a Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar, integração então, entre os órgãos; **inteligência policial** (...), que é a valorização da inteligência como inteligência policial no combate ao crime organizado em todas as suas formas de verter; e **corregedoria forte**, para evitar que haja desvio de conduta dentro das organizações policiais (Delegado Ildo Gasparetto).

#### 4.2.2 RELAÇÕES DE CONFIANÇA

A confiança é algo sublinhado como um dos principais elementos para realizar o trabalho policial. As relações de confiança dizem respeito tanto aos colegas de trabalho, como a outros profissionais ou órgãos governamentais.

Numa conversa informal com um agente, percebeu-se uma espécie de “código” profissional entre eles, ou seja, eles só trabalham com colegas em que confiam. Colegas que não inspiram confiança, que prejudicam o andamento do trabalho, que não se interessam e não “pegam junto”, não participam das operações. Ocorreu, certa vez, deste policial dizer ao delegado, seu superior: *“Se a agente \*\*\* participar desta operação, eu não vou”*. Por isso, o delegado também designa às operações os policiais mais qualificados, segundo sua opinião, e de sua confiança.

---

<sup>57</sup> STJ afasta nº 2 da Polícia Federal. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 maio 2007. Política, p. 9.

O pessoal trabalha profissionalmente, tem senso de que pra ti ter resultado tu tem que **trabalhar junto**. E até porque eu acho que quem não se enquadra muito nisso aí acaba se sentindo meio escanteado assim. Aí vai fazer uns **serviçinhos mais sem graça**. Ninguém quer trabalhar com Fulano, Cicrano (Ag.3).

Percebe-se que a confiança também está ligada com o sentimento de colocar em risco a vida de um colega. Ao falar de um policial corrupto, um delegado observa o perigo de tal atitude:

Na verdade o cara não é policial porque acaba colocando em risco a vida de todos os colegas. Esse que foi preso, por exemplo, contava quando ia ter operações pra um determinado grupo criminoso. Aí tu imagina, um monte de colega indo lá cumprir um mandado de busca e eles já sabendo que tu tá indo lá. No caso eles só tiravam os produtos do crime do local pra não ter flagrante. Mas e se fosse um negócio mais pesado e quisesse sacanear, podia atentar a vida dos colegas (Del.3).

Na mesma linha de raciocínio, em uma conversa informal com um agente, ele relatou o caso de uma colega que ao realizar um treinamento de tiro, ainda no curso de admissão da Academia, errou o alvo e não se acusou. Para este agente, a atitude da colega não inspira confiança. Ela poderia ter colocado em risco a vida de outras pessoas, caso não fosse um simples treinamento.

Outra relação de confiança importante de ser destacada é a que trata dos cargos de delegados, agentes e escrivães. Nas operações, sempre há o acompanhamento de um delegado, responsável pela equipe. Isso inspira credibilidade a seus subordinados, porque o policial que está em uma hierarquia superior “pega junto” com os demais policiais.

E o que faz tu ter a confiança de teus agentes, de teus escrivães? É justamente assim, tu pode ver que todas as operações da Polícia Federal, todas as equipes que cumprem ou busca ou prisão, todas elas fatalmente têm um delegado. Então o fato do delegado estar junto, chutar a porta junto, estar ali empunhando a arma com os colegas, isso aí também faz com que os agentes depositem a confiança no delegado (Del. 4).

Esta confiança também diz respeito a outros órgãos com os quais a Polícia Federal realiza alguma interação profissional. Conforme destacou um papiloscopista: *“Policial não confia em outros órgãos, policiais de outros órgãos”* (Pap.1). Com isso, a relação ocorre mais com pessoas específicas e não através de instituições, como declara um delegado:

Nós temos trabalhado com as outras polícias, mas com **pessoas pontuais** das outras polícias... nós procuramos contatar com **aqueles que confiamos**, que não quer dizer que vamos desconfiar de todos, mas temos tratado com

peças pontuais, e aí feito as operações, trocando informações, mas com peças pontuais (Del.5).

Este fato de confiar em determinadas peças, principalmente em relação a outros órgãos, faz com que os policiais considerem importante conhecer as peças pessoalmente. Segundo alguns entrevistados, isso facilita o trabalho no sentido de que, se houvesse somente um relacionamento burocrático, muitas missões estariam prejudicadas. É por isso que, sempre que possível, os policiais procuram manter um contato real com outros funcionários públicos. *“É muito mais fácil de tu trabalhar com um juiz que te conhece que sabe que tu não vai entrar com um pedido de escuta pra sacanear alguém, que fica muito mais na confiança, do que mandar só no papel”* (Del.3). Dessa forma, conhecer as peças pessoalmente facilita na comunicação a respeito de assuntos referentes a algum trabalho em parceria.

O trabalho que eu desenvolvo, a gente tem uma relação muito próxima com o Banco Central e a Receita Federal. Realmente, nesse caso específico, dessas três instituições, a Polícia Federal, o Banco Central e a Receita Federal, muitas vezes tu não tem como desenvolver um trabalho sem fazer uma parceria muito grande com as outras instituições, tanto a gente quanto eles, a gente depende muito de informações uns dos outros, então até se procura fazer seminários em que participam peças das três instituições, cursos, **a gente procura conhecer as peças pessoalmente**, pra quando tu fizer alguma coisa, poder falar e ter uma abertura (E.5).

Outro exemplo desta confiança necessária para a realização do trabalho policial saiu nas páginas de jornais e em telejornais do país todo. O delegado responsável pela Operação Satiagraha negou informações a seus superiores alegando o receio de prejudicar a operação, uma vez que não confiava no Diretor-Geral Luiz Fernando Corrêa, sucessor de Paulo Lacerda que apoiava o delegado, inclusive intercedendo por ele junto ao novo diretor. *“Às vésperas da ação policial, ele (Luiz Fernando), iria exigir essas informações do subordinado e não as teria. O presidente do inquérito, simplesmente, não confiava no novo diretor-geral (...).”*<sup>58</sup>

Müller (2006) realizou uma pesquisa com peças que trabalham na bolsa de valores em São Paulo e com corretoras que operam nessa área, mostrando que, em outras profissões, relações de confiança também são base para um trabalho bem feito. A autora relata que, no mercado financeiro e de ações, a confiança dos investidores em determinadas empresas é o que impulsiona, de certa forma, seu investimento. Embora esta confiança não se baseie na relação direta e pessoal, pois os investidores acreditam na empresa enquanto instituição,

---

<sup>58</sup> FORTES, Leandro. Enredo Dantesco. **Carta Capital**, São Paulo, ano XV, n. 513, p. 24, 17 set. 2008.

para que as relações de confiança se sustentem a longo prazo, é preciso que elas estejam, em algum nível, ancoradas em “compromissos com rosto”. Isto é, mesmo no interior de sistemas altamente complexos, é necessário que eventualmente ocorram contatos com pessoas que encarnem ou com situações que ritualizem a confiabilidade do sistema (MÜLLER, 2006, p.56).

Dessa forma, a pesquisadora apresenta a necessidade de se manter relações tradicionais como maneira de “fortificar” a confiança, mostrando que o relacionamento baseado na confiança implica num compartilhamento de valores entre os indivíduos envolvidos num grupo no qual se reconhecem mutuamente (MÜLLER, 2006, p.70). O caso dos policiais federais, que procuram um relacionamento mais pessoal com as pessoas que fazem parte de seu círculo de trabalho, seja dentro da instituição ou de outros órgãos governamentais, demonstra que os códigos partilhados se orientam na conduta de cada agente na medida em que cada um tenta deixar claro a certeza de um bom caráter, de ser merecedor de um “voto” de confiança, como observa um delegado: *“O Judiciário tem confiado bastante no nosso trabalho. A gente percebe que, o juiz, pra assinar um decreto de 40, 70 prisões, ele tem que estar muito seguro do que está fazendo e isso foi uma coisa que a Polícia Federal conseguiu conquistar: a confiança do Judiciário”* (Del.4).

As relações de confiança, destacadas pelos policiais, vem ao encontro do que Monjardet havia constatado na polícia francesa, conforme descrito na introdução deste capítulo. O que o autor demonstra é que a confiança entre os pares está relacionada com a solidariedade interna do grupo e estas características também podem ser percebidas aqui, na medida em que os policiais só trabalham com colegas que eles confiam. A solidariedade referida por Monjardet vai além do “espírito corporativo”, pois passa a ser uma exigência funcional: “o comportamento de cada um está estritamente ligado à confiança que ele considera poder ter nos outros, e vice-versa” (MONJARDET, 2002, p.62). O mesmo acontece quando se compara os policiais federais com outros grupos, seja policial ou não, isto é, conforme destacou o delegado acima, o trabalho se realiza com pessoas específicas, com as quais já se construiu um elo de confiança.

Vale salientar que, para os policiais federais, as relações de confiança estão intimamente ligadas ao segredo inerente à profissão. Este dado corrobora o que Bittner percebeu entre os policiais norte-americanos. Com isso, pode-se inferir que a confiança se constrói com pessoas pontuais, porque fica mais fácil o controle das informações. Como já foi mencionado, o sigilo acontece até mesmo entre colegas, para evitar o vazamento de dados, e só tem conhecimento de algum fato quem realmente precisa saber.

### 4.3 CONSEQÜÊNCIAS DE SE TRABALHAR NA PF

#### 4.3.1 “A CACHAÇA”

Os policiais entrevistados relataram estar muito satisfeitos em fazer parte de uma instituição como a Polícia Federal. Ao contarem suas atividades, vários usaram uma expressão curiosa, comparando o trabalho policial à cachaça, isto é, algo que vicia, algo que não se pode largar com facilidade depois de já ter “experimentado”.

Esta identidade partilhada não se dá de forma progressiva, mas é apresentada a quem entra e o policial acaba incorporando esta fala, utilizando a metáfora como algo com a qual se identifica. Um exemplo disto está no relato de um agente, que escutou tal expressão de um professor no curso de formação da Academia de Polícia:

(...) e eu comecei a ver uma coisa que eu não acreditava, quando eu tava na academia, os professores diziam assim: –“Vocês vão ver. Vocês vão entrar na polícia... **polícia é uma cachaça**”. E eu pensava: –“Ah, pra cima de mim isso aí não vai funcionar!”. E hoje eu tô vendo e realmente é assim. Eu tô lotado hoje na \*\*\*, mas, tudo que é operação eu participo, vou pra rua junto, fazendo serviço de polícia (...) (Ag.3).

Este prazer pelo trabalho policial também faz com que muitos policiais com tempo de serviço para se aposentar, acabem por optar em continuar na ativa. Como foi o relato de um agente que estava para entrar para a inatividade, quando o superintendente sugeriu a participação do policial em um novo projeto implementado: *“Na época eu estava saindo pra advogar, tava montando escritório, e o superintendente me chamou aqui e me provocou e realmente, a **Polícia Federal é uma cachaça**. E ele disse: - ‘Eu acho que tu não vai te dar bem’”* (Ag.9). Contribui um delegado:

E é um negócio que todo mundo diz: - **Polícia é um cachaça**. É um negócio que vicia e não quer largar mais. E a Polícia Federal tem muito disso, sabe, a gente vê as pessoas que tão na Polícia Federal, estão aqui por um ideal. Aqui na delegacia mesmo, tem uns cinco ou seis com tempo pra se aposentar e não vão embora. As pessoas têm orgulho de fazer isso aqui e a gente tem uma resposta muito boa da sociedade (Del. 4).

Esta “cachaça” também pode ser vista no orgulho de trabalhar em uma instituição reconhecida pela sociedade, que tem credibilidade perante a população.

Então eu digo assim: tudo o que os colegas fizerem bem feito, eu vou colher os frutos lá... não sou eu que tô colhendo, sou apenas um representante da polícia. Eu me sinto plenamente gratificado e recompensado e cada vez pensando assim: –“Será que eu vou conseguir sair algum dia daqui?” (Ag.9).

#### 4.3.2 RISCO E VULNERABILIDADE

Torna-se interessante destacar este tema porque a sociedade, de um modo geral, pode reconhecer a profissão do policial como sendo de risco. De fato, pouquíssimos entrevistados alegaram não sofrer nenhum risco pelo fato de serem policiais. No entanto, embora a grande maioria tenha salientado sofrer este risco inerente à profissão, ele é percebido de uma forma peculiar.

Em outras palavras, eles percebem o risco por estarem sempre armados ou por terem o dever de agir em alguma situação que requeira sua atuação. Porém, surpreendente foi o fato dos policiais enxergarem o perigo não no ambiente de trabalho, mas fora dele. O exemplo citado por muitos entrevistados diz respeito à identificação do policial, através de sua arma e sua carteira profissional, em um assalto comum, e não participando de atividades policiais, como uma operação. *“Eu acho que o risco maior que eu corro é de sofrer um assalto aleatoriamente na rua e durante o assalto constatarem que eu sou policial. É o único risco que eu acho que eu corro a mais que tu”* (Del.2).

Conforme um perito salientou, as operações realizadas pela Polícia Federal são muito bem planejadas, por isso o risco de alguém sair machucado fica bastante reduzido. Assim, através da fala dos policiais, pode-se inferir que sua maior preocupação gira em torno desta “vulnerabilidade” de ser um policial sozinho, enquanto cidadão comum, isto é, de ser policial sem estar com a “proteção” de uma instituição, com o respaldo de outros colegas.

Tem um risco sim, sem dúvida. A gente trabalhando aqui em Porto Alegre talvez não seja tão grande quanto trabalhar em um outro grande centro, Rio, São Paulo, que **ser reconhecido como policial** já pode ser pego, ser objeto de morte, muito mais complicado, no Rio, principalmente. Aconteceu com um colega, identificaram como policial... em assalto, essas coisas. É um risco maior, mas como eu falei das operações, os riscos são reduzidos ao mínimo, sempre em função do planejamento (Per.1).

Um agente sublinha:

Polícia, sempre tem o risco... claro, tu corre o risco muito maior, na maioria das vezes, de tomar um tiro em uma assalto, vindo do trabalho pra casa ou ser assaltado ali, o que seria um assalto comum, como qualquer outra pessoa, como tu é policial tem um risco maior de **alguém te matar quando descobre que tu é policial** e tal. E na operação também, claro, mas o risco de tu te machucar, tomar um tiro, é fora de serviço... isso a gente sabe (Ag.3).

É importante destacar, neste momento, o que Monjardet observou dos policiais franceses a respeito deste tema. O autor comenta que o perigo é percebido de forma diferenciada como “uma construção que tal ator efetua em função de suas expectativas em

relação ao ofício que escolheu exercer” (MONJARDET, 2002, p.165). O que Monjardet sublinha é que o perigo está diretamente relacionado aos motivos que levaram cada policial a escolher a profissão. Em outras palavras, o perigo pode estar sempre presente para aquele que procurou um emprego público visando uma estabilidade, ou pode ser quase nulo para o policial que buscou a corporação como vocação.

Neste sentido, o que há em comum com a presente pesquisa é que não se pode afirmar haver uma identidade homogênea em relação ao perigo, pois ele é sentido diferentemente por cada um. O que os policiais federais demonstraram foi que esta percepção não está relacionada com o ingresso na Polícia Federal, mas com os cargos e, mais especificamente, com as funções que cada policial exerce. Em outras palavras, o perigo pode ser sentido de forma diferente por aqueles que trabalham mais “na rua” ou realizando um trabalho “burocrático”. No entanto, destaca-se que, embora haja diferentes visões, o perigo percebido pela grande maioria está relacionado não com a atividade policial, mas com o mundo “exterior”, em momentos em que o policial não está protegido pelos aparatos institucionais, como ocorre nas operações, por exemplo, na qual há um planejamento antecedente às ações.

#### 4.3.3 SACRIFÍCIO E RENÚNCIA

O trabalho de policial federal, segundo o grupo entrevistado, também pode ser apontado como responsável pela renúncia à vida privada em favor da atividade policial. Isto porque, muitas vezes, há a necessidade de viajar para missões ou operações que exigem a permanência de longos períodos afastados de casa, do convívio com a família. Aqui se destaca novamente a necessidade da “vocação” para ser policial, pois ele acaba abdicando muitas vezes de assuntos particulares. *“A pessoa que quer um emprego não deve ser da polícia, porque é trabalhoso. O trabalho é árduo, é cansativo, exige muito da gente, tem que estar disposto a **renunciar** um pouco da vida privada”* (Del. 4).

O sacrifício também pode ser interpretado na medida em que, quando se entra para a polícia, não tem como ignorar o fato de ser policial, pois quem é policial, o é em tempo integral.

É bastante desgastante, mas tem esse reconhecimento, então isso motiva a gente. E tem uma mudança drástica na vida (...) tua vida muda toda, tu anda 24h por dia armado, se acontecer qualquer coisa, tu tem que agir, tu tem que tomar uma postura, telefone 24h por dia ligado, tu tá dormindo de repente te chamam de madrugada pra ti trabalhar (Del. 4).

Embora alguns tenham relatado que o fato de ser policial não influencia na rotina familiar, a maioria comentou a dificuldade de compreensão, por parte dos familiares, de uma atividade que muitas vezes não tem rotina, e, conseqüentemente, não há planejamento de atividades, festejos e datas comemorativas inerentes a qualquer família, interferindo até mesmo nos casamentos. *“Porque muitos casamentos se desfazem aqui. Tem uns colegas que costumam viajar, e ficam quinze dias fora, trinta dias fora, noventa (...)”* (Ag.2).

Assim, torna-se mais fácil o relacionamento com alguém da área de atuação, por compreender as funções do policial:

(...) atualmente a minha mulher é \*\*\* da Polícia \*\*\*. Acabou ajustando nisso. Eu já tive dois relacionamentos praticamente destruídos em função... não foi pela polícia, na verdade, foi por mim mesmo. Porque como eu sempre gostei de estar participando de operações, e viajando muito e dedicando de uma forma mais acentuada pra profissão, prejudica sim. Se tu pode que nem, no final do mês agora, possivelmente eu viaje de novo e tinha uma data pra comemorar aqui e vou estar viajando então, tem coisas que a outra parte não entende as tuas escolhas, traz esses atritos (Ag.6).

Neste item apresentado, os dados coincidem com as pesquisas realizadas por Monjardet, Reiner e Bittner quanto ao isolamento social. Aqui foi abordado o tema família, mas o mesmo vale para relações de amizade, por exemplo. Embora muitos policiais tenham declarado ter um círculo social diversificado, percebeu-se que há um isolamento em decorrência tanto de sua falta de rotina no trabalho, quanto das suas funções.

No presente trabalho procurou-se demonstrar a visão que os policiais federais possuem em relação ao seu trabalho. Para isso, foram abordados alguns aspectos que envolvem desde o motivo que os impulsionou a ingressar na carreira, até suas percepções em relação às suas funções e atividades. No entanto, o que se pôde perceber não condiz com as pesquisas realizadas pelos três autores citados acima, pois constatou-se uma identidade policial comum a todos os policiais pesquisados, uma identidade partilhada e reconhecida por eles. Estes traços de identidade podem ser vistos como aquilo que eles reconhecem enquanto grupo, ou seja, conforme denominou Cuche, seria sua auto-identidade.

A seguir, a análise desenvolvida tem como base uma comparação da auto-identidade dos policiais federais com os policiais civis, por meio da diferenciação mostrada pelo grupo pesquisado quando comparado a outros grupos, estabelecendo-se, desta forma, a fronteira criada pelos policiais federais em relação aos demais.



## 4.4 NÓS, POLICIAIS FEDERAIS, E OS OUTROS

### 4.4.1 PF COMO ESPELHO

*“(...) nosso telhado vira uma vidraça, porque é todo mundo querendo isso aí também” (Ag.3).*

Outra característica abordada pelos entrevistados foi em relação ao “bom momento” da Polícia Federal devido, basicamente, a fatores já apresentados anteriormente: a) o grande investimento do governo em viaturas, armamento, tecnologia, enfim, estrutura operacional; b) a alta renovação do efetivo, através de concurso público; e, c) a valorização da qualificação do pessoal.

Neste contexto, a Polícia Federal cresceu como instituição e, conseqüentemente, seu trabalho ganhou mais visibilidade. Com esta visibilidade, outros órgãos teriam passado a “se espelhar” na Polícia Federal. *“Eu acho que boa parte das instituições se espelha, se inspira, gostaria de ser como é a Polícia Federal (...). A Polícia Federal hoje, a relação que tem com outras instituições é muito de servir como exemplo” (Ag.3).*

Este crescimento da instituição também dá margem para que outros órgãos desejem os mesmos investimentos ou uma posição positiva na sociedade. Ou até mesmo reivindique as mesmas atribuições: *“(...) eu nunca tive contato direto (com o Ministério Público), mas é que eles querem obter todo esse reconhecimento social que a gente tem, então, querem investigar a mesma coisa que nós (...).” (Ag.3).*

Esta credibilidade por parte da sociedade faz com que a auto-estima do policial federal seja bastante elevada e este “espelho” também se destaca ao se compararem com a Polícia Civil.

*Eu acho que eles (policiais civis) enxergam a Polícia Federal como um objetivo pra eles alcançarem, por exemplo. É assim que eu enxergo. Tipo assim, como vou te dizer, fazer uma analogia: é como se fosse um jogador do interior do Rio Grande do Sul, jogando num time e querendo jogar no Grêmio ou no Inter, por exemplo (E.5).*

O destaque da Polícia Federal também se concretiza na forma de trabalho e na maneira de realizar as operações, na qual é seguido por outras instituições.

*Primeiro quando se falava em operação policial a gente associava imediatamente à Polícia Federal, hoje já começa a ver algumas operações organizadas assim por outras polícias civis. Então a gente começa a sentir isso que o nosso trabalho também está tendo uma importância pras outras corporações (Del. 4).*

O aparato institucional também se destaca em qualidade, servindo como exemplo para o mundo todo.

E a academia é uma referência dentro da América Latina. Se tu for na academia e ficar lá uma semana, provavelmente tu vai ver algum dinamarquês, suíço, as pessoas vem do mundo inteiro pra conhecer o trabalho que é feito dentro da academia (Del. 4).

Baseando-se nas opiniões dos entrevistados, algumas delas destacadas neste trabalho, e no entusiasmo demonstrado por alguns policiais, percebeu-se que os policiais federais consideram a Polícia Federal como um ótimo órgão para se trabalhar: *“Eu acho que dentro do contexto das instituições policiais é a melhor dentro do Brasil, talvez uma das melhores do mundo”* (Del. 2).

Eu acho que ela é uma instituição muito forte, é uma instituição que procura se impor pelas atividades que ela desenvolve de maneira qualificada, ela, pela atribuição que ela tem, de crimes federais, ela é uma instituição que tem uma visibilidade muito maior do que as outras polícias, ela desenvolve operações nacionais e isso tem uma relevância e uma importância pra mídia, muito grande, que faz com que ela fique muito mais reconhecida do que as outras polícias, eu acho que ela trabalha muito bem a questão da infraestrutura, a questão do treinamento de pessoal, e isso é muito importante, ela procura desenvolver os policiais e procura criar e desenvolver técnicas de investigação que muitas vezes são reconhecidas por outros países do mundo como pioneiras e como revolucionárias (E.5).

#### 4.4.2 A POLÍCIA FEDERAL E AS OUTRAS POLÍCIAS

Após a apresentação do que pensam os policiais federais enquanto grupo detentor de traços identitários construídos coletivamente, faz-se necessário ainda, uma explanação da percepção do grupo frente a outros órgãos policiais. Esta etapa de análise também serve para uma compreensão da identidade policial federal, visto que, conforme observado anteriormente, a identidade de um grupo delimita-se pelas fronteiras estabelecidas por quem faz parte e quem não se enquadra nas características da coletividade.

Destaca-se o fato de que tanto a Polícia Federal como a Polícia Civil (PC) são polícias judiciárias, diferentemente da Polícia Militar (PM), que é ostensiva. Assim, procurou-se compreender a delimitação que os policiais federais entrevistados estabelecem entre as diferentes forças policiais, mais especificamente em relação à Polícia Civil, por se assemelharem na forma: ambas são polícias civis, possuem cargos semelhantes e usam a investigação como instrumento de trabalho.

Muitas das opiniões apresentadas pelos entrevistados se referem à sua percepção frente a Polícia Civil. Entretanto, cinco policiais federais já fizeram parte da Polícia Civil do estado do Rio Grande do Sul, por isso, suas declarações estão baseadas numa experiência anterior nesta instituição. Nota-se que os que não tiveram tal vivência não se distanciam dos argumentos apresentados pelos ex-policiais civis, mostrando, mais uma vez, a identidade coletiva do grupo pesquisado.

A primeira grande diferença destacada é em relação às atribuições entre a Polícia Federal e a Polícia Civil. Os entrevistados alegaram que a natureza do trabalho é similar, mas o objeto é diferente, sendo o único ponto em comum a investigação referente ao tráfico de drogas. *“A demanda, o rol de atribuições da Polícia Civil é maior que o da Polícia Federal, porque é muito mais comum os crimes que a polícia investiga, por exemplo, um roubo, um homicídio, são crimes mais comuns, e isso te traz uma demanda maior”* (Del.3).

Além disso, conforme um agente comenta, o número de crimes da civil é muito maior, dificultando a realização de um bom trabalho, ou seja, encerrar um inquérito com êxito. Os policiais civis *“trabalham com um leque muito maior de crimes, então pra eles fica pior ainda, dar conta. Por que tem menos gente e mais crimes. Não só em quantidade de crime, mas como tipos. Então a abrangência deles é muito maior”* (Ag.4).

Dessa forma, os tipos de crimes e a quantidade são apontados como elementos de diferenciação entre PF e PC, ou seja, como o número de crimes da alçada da PF é menor, há certa facilidade em se obter êxito. A seguir, as falas de um perito e de um papiloscopista ilustram esta diferença.

(...) o volume de trabalho da Polícia Federal é muito menor do que da Polícia Civil. Então, obviamente, quanto mais trabalho se tem, menos atenção se pode dar pra cada um deles. Então, o trabalho da Polícia Federal acaba sendo um pouco mais efetivo, porque a gente tem mais tempo pra nos dedicarmos ao que aparece e temos mais meios também (Pap.1).

Eles têm uma carga muito pesada, os crimes comuns aí, um volume imenso de coisa, acidente de trânsito, dentro da rodovia estadual eles têm que fazer tudo, qualquer crime e eles não tem gente preparada, são mal remunerados, de uma maneira geral. Então o resultado é difícil de se chegar nele. O delegado trabalha com 500 inquéritos na mão do cara, tudo quanto é tipo de crime, então é difícil trabalhar (Per.1).

Neste sentido, a atribuição está diretamente ligada com os tipos de crimes, isto é, a PF trabalha com crimes interestaduais e internacionais, enquanto a PC investiga crimes comuns, como o homicídio, por exemplo.

Outra diferença diz respeito ao território de ação. A Polícia Civil atua num espaço geográfico limitado, o estado, enquanto que a PF tem trânsito livre em todo o território nacional. Por esta razão, as informações fluem com maior facilidade para os policiais federais, em todo o país. Estes fatores influenciam também no modo como se trabalha, devido ao conhecimento da localidade.

Então tu sai pra fazer um trabalho na Polícia Civil, o teu porte de arma não é válido além das fronteiras do Rio Grande do Sul. Então, se tu tiver fugindo (*em decorrência do trabalho*) e entrar em Santa Catarina, tu vai ter que fazer contato pra poder entrar. Aqui tu liga pra um colega e (*diz*) “nós estamos acompanhando um caminhão”, se faz esse tipo de coisa, trabalho integrado, em **nível nacional** (E.1).

(...) eles (*policiais civis*) tem mais conhecimento do local, quando é do detalhe sabe, é melhor, quando é do geral a gente tá bem acima, tem Polícia Federal no Brasil inteiro e a informação de Alagoas eu consigo em dois minutos, eles já tem mais dificuldade. Já local, tipo a rua tal aqui da Vila Cruzeiro eles vão lá, sabem, vão de primeira, não precisam nem tomar algumas precauções que eu teria que tomar (Ag.8).

Entretanto, a grande diferença destacada por todos é a disparidade salarial. Conforme já apresentado no quadro 4, a remuneração de um policial civil fica muito aquém de um policial federal. Segundo um escrivão, que também foi da PC:

Lá eu ganhava mil reais, aqui eu ganho cinco mil. E se tu pegar na Polícia Civil, com mil reais uma pessoa solteira tem dificuldade pra viver. Se tiver que sustentar família e tal aí não consegue mesmo. Então tem sempre aquela preocupação de como é que vai pagar as contas no outro dia. Se tem uma coisa que faz a maior diferença é o salário (E.4).

A diferença salarial é tão importante que os policiais civis que abandonaram a instituição para fazer parte do quadro de policiais federais, o fizeram em busca de melhores condições de vida.

Eu tenho amigos na Polícia Civil até hoje, eu ganho **seis vezes** o que eles ganham. Isso, claro, influencia na **qualidade de vida** das pessoas diretamente. Mas a grande maioria da turma que passou comigo, já saiu para outros concursos, porque o salário é muito baixo. Aí o pessoal, a gente brinca que o último apaga a luz (E.1).

Esta grande diferença na remuneração seria um dos motivos que levam policiais civis e militares a se corromperem. Assim, o baixo salário seria o principal fator de corrupção dos policiais.

Eu acho que isso faz com que pessoas **optem pelo crime** em vez de ter uma atividade econômica legal e aliado a isso o combate ao crime fica dificultado

porque como é que um cara vai sustentar uma família e **trabalhar dignamente** ganhando mil reais? É muito difícil, é trabalhar como policial militar ou civil... eu não me imaginaria trabalhando como policial ou como perito ganhando esse salário (Per.2)

O trecho a seguir, embora seja um pouco longo, deixa clara a relação percebida entre salário - vida digna - corrupção. A percepção da corrupção nas polícias civis e militares estaria diretamente ligada à necessidade, à falta de um salário compatível com uma vida melhor, diferentemente da corrupção dos policiais federais. Em outras palavras, o policial federal que se corrompe é um “bandido”, porque de acordo com a remuneração que recebe, não tem necessidade para cometer crimes. Já os policiais civis e militares não são considerados desta forma, pois como não podem prover o sustento da família, é a única razão que os fazem passar para o mundo do crime.

Um salário digno, honesto, diminui a corrupção, aumenta a produtividade, porque eu acredito que, talvez não seja o caso da Polícia Federal hoje, mas já teve situações caóticas. Hoje, por exemplo, tu pega um militar, um policial militar, ele mora dentro de uma vila, os filhos estudam em colégios péssimos, convivem com a marginália, porque não tem condições de sair daquele local. Então eu acho que a parte salarial começa... Diminuindo a corrupção já diminuiria bastante a criminalidade, porque a proteção da polícia em cima de muitos e muitos contraventores é em virtude da falta de dinheiro. Uma pessoa que precisa comprar um pedaço de pão, um pedaço de carne para levar pra casa. É muito mais fácil de tu corromper pela necessidade. E não pelo... claro que existe o que vem de dentro da pessoa, que é a má índole. Tem gente rica aí que não vale nada. Mas o policial, por si só essa é a opinião formada que eu tenho. Um cidadão que trabalha o dia inteiro, que corre risco, não tem condições de levar um pedaço de carne pra um filho, à noite, em casa, é complicado. Eu acho que começa por aí (Ag. 10).

Um segundo aspecto referente à corrupção é o fato de que na Polícia Federal, segundo os entrevistados, não há um “contágio” entre os colegas para se corromper, o que pode acontecer na PC. Segundo uma escritã, que foi policial civil, o controle entre os próprios colegas na PF é maior, separando o trabalho em dois “mundos”, o correto e o errado, o mundo “do crime” e o mundo “honesto”.

(...) aqui um colega cuida o outro e na Civil acontece o contrário, **há um contágio ao invés de um controle**. É mais fácil lá, tu ir pro outro lado, do que tu ficar aqui. Aqui é mais fácil tu ficar do lado certo. E isso também influencia, tu acaba tendo mais gente sempre desse lado, mais gente sempre desse lado, dizendo “cara, não faz ó, fica aqui”. Tu sai numa equipe de quatro pessoas, dificilmente tu vai conseguir fazer alguma coisa errada, porque dificilmente tu vai conseguir quatro **pessoas tortas** numa equipe, não vai conseguir. Então os outros não vão deixar fazer (E.1).

A mesma escrivã ainda mostra a separação entre os policiais corretos e corruptos, na Polícia Civil:

Lá (*Polícia Civil*) acontecia isso, o delegado separa a equipe dos tortos que não quer trabalhar comigo (*exemplificando*), porque sabe que o cara vai chegar pra mim e dizer “ó, tem 30 cd aqui na casa do Fulano, mas faz o seguinte: apreende só 10 aí”. E o cara não vai me pedir, porque eu vou dizer pra ele “não, me dá os 30 aqui”. Então ele não vai pedir pra mim, ele não vai querer sair comigo na equipe, então acaba tendo a **equipe dos tortos** e a **equipe dos decentes** (E.1).

Outra grande característica que opõe a PF às demais polícias são as condições de trabalho. Enquanto a PF possui uma estrutura adequada para o trabalho policial, com viaturas, computadores, tecnologia, as outras polícias não possuem nenhuma qualidade institucional. Uma escrivã que trabalhou três anos na polícia civil compara a diferença estrutural:

Agora a condição de trabalho é horrorosa mesmo, de tu não ter papel pra imprimir as coisas, horrível. Então eu mudei em prol de melhores condições salariais e de trabalho mesmo, cheguei aqui e fiquei apaixonada, porque todo mundo tinha uma mesa e um computador, coisa que não tinha na delegacia onde eu trabalhava... tu tinha três computadores em toda a delegacia (E.1)

Corroborando uma delegada: “(...) *a gente tem estrutura, a gente tem material de informática, tem viaturas boas... tem que investigar lá em Carazinho pega a viatura e vai... a Polícia Civil não tem, tem carência disso tudo*” (Del.2). A falta de uma estrutura adequada, segundo os entrevistados, tem como consequência o maior risco de vida dos policiais das polícias civil e militar porque

(...) existe um baixo investimento na questão de polícia mesmo, de atualização, de equipamentos modernos, é comum o bandido estar melhor armado do que a polícia. No âmbito da Polícia Civil e da Brigada Militar então, isso é indiscutível, o brigadiano anda com um 38 na rua, não existe mais bandido de 38 a não ser guri de 12 anos, eles andam de pistola (E.1).

Além disso, em consequência dos baixos salários, os policiais das outras forças muitas vezes moram em locais onde se encontram os mesmos criminosos que eles enfrentam, por isso o risco é maior. “*O policial militar vive com um salário baixíssimo, sofre uma dificuldade imensa e chega na favela, depois de trabalhar o dia todo, lava a farda dele e tem que colocar a farda pra secar dentro de casa... porque se souberem que ele é policial podem matar ele*” (Del.4).

Neste contexto, há um reflexo direto no trabalho policial, que, em virtude de tantas dificuldades, como baixos salários e precariedade estrutural, no caso das polícias civis e militares, influenciam na auto-estima, na imagem que o policial tem de si e da sociedade:

As pessoas lá, também tem muita gente boa, e as pessoas estão quase pedindo desculpas por dizer que são policial civil: “desculpa aí, é que eu sou policial civil, tá aqui meu contra-cheque”... já tá quase pedindo desculpa, e não era pra ser assim. Brigadiano então, Deus o livre, é que eles põem o uniforme pra ficar dentro de casa (...). Acho que não é só a questão do salário, eu acho que tem muito de auto-estima. O policial civil e o policial militar, eles tão com uma visão na sociedade muito ruim, e eles tem uma visão deles mesmos muito ruim. Polícia Civil só sai na mídia quando faz errado, tu entende... e os caras tão trabalhando todos os dias (E.1).

Outro ponto interessante de se destacar é a percepção dos policiais federais quanto à qualificação do pessoal que entra na Polícia Civil e à qualificação que é dada a estes policiais depois de ingressarem. A grande maioria dos entrevistados alegou não ser muito bom o nível dos candidatos para o concurso da civil, porque é exigido somente o ensino médio (antigo segundo grau), diferentemente do que ocorre na PF, onde a exigência é curso superior completo para todos os cargos, desde 1996, segundo Rocha (2004). Alguns salientaram que o nível médio ainda é exigido e outros afirmaram que esta mudança ocorreu somente no último concurso, em 2005. “(...) só recentemente, se não me engano, na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, só no último concurso teve exigência de nível superior, enquanto na Polícia Federal, se não me engano faz mais de dez anos que tem essa exigência” (E.5).

Porém, o mais interessante é que na página da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul<sup>59</sup> encontram-se os editais dos concursos de anos anteriores e constatou-se que, embora a regulamentação exigindo curso superior se encontre na lei 12.350, de 26 de outubro de 2005, ou seja, é relativamente recente, desde o concurso de 1998 já era exigida a formação de terceiro grau.<sup>60</sup> Em outras palavras, a exigência de nível superior completo é, praticamente, da mesma época para ambas as polícias, civil e federal e, mesmo assim, os policiais federais se diferenciam dos civis por possuírem melhor qualificação ao ingressar: curso superior completo.

Outro diferencial é a preocupação com a constante qualificação dos policiais, após o ingresso na instituição. Segundo os entrevistados, os policiais civis não possuem um treinamento periódico: “(...) o pessoal sempre tem algum tipo de treinamento que não tem na polícia civil” (Per.1). No mesmo tema discorrem um agente e um delegado:

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

<sup>60</sup> Disponível em: <[http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital\\_1998\\_29.pdf](http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/documentos/edital_1998_29.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2008.

(...) já tive oportunidade de dar aula pra policiais de polícias estaduais, tem policial que termina um curso de formação e dá meia dúzia de tiros. Então tu colocar esta pessoa desqualificada pra proteger a sociedade, com uma arma na cintura e uma carteira no bolso é uma temeridade (Ag.6).

Então existe essa preocupação em qualificar o pessoal dentro da polícia. Essa semana toda, hoje fui eu, nós fizemos treinamento com as pistolas novas que a gente recebeu, então passei a manhã inteira atirando. Agora foram adquiridas novas viaturas e vão dar um curso de como utilizar a tração 4x4. Então tá existindo muito essa preocupação em investir na qualificação do policial. E isso também é uma coisa que vai influir no resultado ali adiante (...) (Del.4).

Neste contexto, os policiais federais possuem a representação que de os policiais civis enxergam a PF como a polícia-modelo, ou a polícia-ideal, porque, além de receberem uma remuneração bem melhor que a dos policiais civis, também possuem condições de trabalho como equipamentos e treinamento constante. A seguir dois policiais que já fizeram parte da PC:

*(os policiais civis vêem os federais)* como ídolos, eu acho, como ídolos. É tudo que eles queriam ser, é a polícia que eles queriam ser, é a polícia que tem uma auto-estima elevada, é a polícia que o pessoal respeita um pouquinho mais, que sofre um pouco menos desse contra, é a polícia que tem um poder aquisitivo suficiente pra sustentar seus filhos, botá-los numa escola particular, coisas, não tô falando nem de luxo, tô falando de tu ter uma escola, ter um plano de saúde, de tu ter uma coisa assim, um carro legalzinho e tal, eu acho que é a polícia que eles queriam ser (E.1).

(...) todos eles (*policiais civis*) querem entrar pra Polícia Federal, deixar a Polícia Civil e vir pra Polícia Federal. Eu tenho contato com alguns colegas, às vezes eles querem saber como é que é, como são as operações, que às vezes acompanham no jornal, na TV e tal. Então é um sentimento de admiração e de querer fazer parte (E.4).

Conforme o que foi exposto, os policiais federais possuem uma identidade coletiva que delimita o grupo e estabelece fronteiras de diferenciação quando comparados com demais grupos, como a Polícia Civil, por exemplo. Neste sentido, vale destacar alguns pontos apresentados na pesquisa de Hagen (2006) sobre os policiais civis do Rio Grande do Sul. Nota-se uma grande semelhança na identidade dos policiais civis em relação aos policiais federais em alguns pontos levantados pela pesquisadora.

O primeiro aspecto abordado que se aproxima em relação à PF, diz respeito ao motivo de ingresso na carreira policial. Assim como os policiais federais, os civis também responderam que o ingresso se deu ao “acaso” ou “nunca haviam pensado” em ser policial ou ainda devido à “aprovação em um concurso público” (HAGEN, 2006, p.80). Neste tema,



encontra-se um diferencial entre aqueles que sempre tiveram a vontade de seguir a carreira policial. Alguns policiais civis, conforme Hagen, tiveram uma grande influência familiar, geralmente do pai que havia sido policial civil ou militar. Já a grande maioria dos policiais federais, conforme já apresentado, não possuía o desejo de trabalhar na polícia, ingressando na profissão em cujo concurso haviam obtido êxito. No entanto, destaca-se novamente o fato da vocação estar presente após o ingresso, pois somente quem possui vocação, será um bom policial.

A segunda característica em comum entre as forças policiais civil e federal se refere à diferenciação dada por eles entre o “trabalho de rua” e o “trabalho burocrático”. (HAGEN, 2006, p.168). “Estar na rua” realizando diligências ou investigações também foi denominado pelos dois grupos como “linha de frente”. Entretanto, enquanto para os policiais federais a linha de frente seria o verdadeiro trabalho policial, para os policiais civis, representa um trabalho no sentido pejorativo, dificultoso. Esta dificuldade se concretiza, segundo o estudo de Hagen, nas situações que requerem do policial civil uma boa estrutura psicológica, principalmente pelos exemplos dados, geralmente em relação aos crimes de homicídio ou enfrentamento direto com criminosos. Dessa forma, este simbolismo diferenciado entre os dois grupos também está relacionado com as atribuições de cada polícia, uma vez que os crimes de homicídio não fazem parte do rol das atribuições da Polícia Federal.

Neste contexto, destaca-se o estudo de Nummer (2005) que pesquisou sobre os policiais militares do Rio Grande do Sul. A autora salienta que para o grupo pesquisado o “serviço na rua” seria o trabalho ideal para a Polícia Militar. Diferentemente da forma pejorativa encarada pelos policiais civis, os policiais militares alegaram satisfação com o “serviço na rua”, sendo um dos motivos para o ingresso na corporação, além de estarem em contato direto com as pessoas, como forma de garantir segurança e proteção à sociedade. “O trabalho de *Polost* (Policimento Ostensivo) é visto como uma doação à comunidade e à vida dos *cidadãos de bem*, um dever que deve ser cumprido (...)”<sup>61</sup> (NUMMER, 2005, p.47).

O terceiro tema abordado é a diferenciação entre o trabalho na capital e o trabalho no interior, em relação à PC (HAGEN, 2006, p.178), podendo fazer um paralelo entre o trabalho nas superintendências e nas fronteiras ou no interior, no caso da PF. Os policiais civis destacam que o trabalho no interior é mais difícil porque não tem tanta estrutura como ocorre na capital, muitas vezes por falta de equipamento ou número reduzido de policiais. Já os policiais federais salientam que o trabalho de fronteira ou no interior, é uma escola, o local

---

<sup>61</sup> Grifo da autora.

onde o policial pode aprender e realizar várias atividades inerentes à carreira. De certa forma, mais uma vez há a distinção entre o trabalho ruim (no interior), no caso da PC e o trabalho bom, simbolizado como uma escola (na fronteira), no caso da PF.

Um dado interessante, já demonstrado anteriormente pela fala de alguns policiais federais, é o fato de muitos policiais civis buscarem melhores remunerações em outros concursos, principalmente aqueles que ingressaram nos concursos cuja exigência era graduação em terceiro grau.

A formação escolar de nível superior, apesar de mais comum do que há algumas décadas, ainda abre outras possibilidades de emprego, e o trabalho na Polícia Civil não é mais encarado como algo definitivo. Tendo a possibilidade de outras escolhas, este agente mais qualificado só permanecerá na instituição enquanto estiver satisfeito e/ou enquanto não encontrar outra colocação. Considerando os salários relativamente baixos e os riscos da atividade, estas pessoas não valorizam o trabalho policial da mesma forma que os agentes com menos capital, para os quais a posição atual é uma das mais elevadas às quais poderiam aspirar (HAGEN, 2006, p.187).

A autora demonstra que há um alto percentual de desistência dos cargos, exemplificando que, dos inspetores nomeados em 2001, 25% já não se encontram mais na instituição. Embora não haja dados oficiais sobre os motivos que levaram estes policiais civis a sair da corporação, Hagen (2006) relata que eles obtiveram empregos nas quais fossem melhor remunerados (p.198).

Um último ponto a ser observado relaciona-se à imagem da polícia. Enquanto a Polícia Federal possui uma imagem extremamente positiva perante a sociedade e a mídia, conforme já apresentado, a Polícia Civil não conta com esse apoio da população e com a “propaganda” dos meios de comunicação. Segundo Hagen (2006), a imagem dos policiais civis envolve “a idéia de um comportamento violento e a participação em delitos como concussão e prevaricação” (p.228). Além disso, os policiais procuram não se identificar enquanto policiais, tanto pela segurança pessoal e familiar, como pelo fato de que “a condição de policial provoca nos interlocutores reações desagradáveis, seja um afastamento, reclamações quanto a experiências negativas em contatos com a polícia ou a solicitação de favores (...)” (HAGEN, 2006, p.228).

Conforme observou um escrivão federal que já foi policial civil: “*A Polícia Civil não aparece (na mídia)... quando aparece é alguma coisa ruim que aconteceu, corrupção, alguma coisa... e a Polícia Federal não, aparece o tempo todo e aparece mostrando que está trabalhando, mostrando coisas boas*” (E.4). Neste sentido, há um apoio e reconhecimento

constante da sociedade, conforme destacou um perito: “(...) *tive situações de... de manifestações de apoio da população (...) no final do dia, enquanto a gente tava voltando pro hotel, o pessoal aplaudindo na rua*” (Per.2). Uma delegada também já passou por situação semelhante que a marcou:

Eu mesmo no dia a dia já fui três vezes, prender gente, cumprir busca e na saída tem gente **batendo palmas** e às vezes eu estou conversando numa roda de amigos e comento que eu sou da polícia, (*dizem*) “mas que maravilha, **parabéns** pelo que vocês têm feito”. Hoje mesmo eu fui no médico (*ele disse*): “fui fazer meu passaporte, **vocês me trataram tão bem**, a moça lá em baixo sorria”. Todas as áreas de atuação da Polícia Federal eu acho que a população tem sentido confiança, credibilidade (Del.2).

Este reconhecimento não é percebido por outras forças policiais, conforme mostra uma pesquisa realizada com policiais militares de Sergipe. O estudo foi feito durante um curso desenvolvido pela Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe com praças, sargentos, cabos e soldados de diferentes batalhões da Polícia Militar. Durante o curso, os pesquisadores perceberam um tema recorrente em todos os debates: a relação entre sociedade e polícia. O que se destaca é que os participantes percebem esta relação “como causa de desgaste, descontentamento e insatisfação com o trabalho” (NOBRE; PINHEIRO, 2002, p. 171). Este relacionamento, conforme os autores notaram durante as discussões, é consequência das atribuições da Polícia Militar, isto é, o constante contato com a população, pois, como se trata de uma polícia ostensiva, enfrenta as mais diversas situações, desde a ocorrência de crimes até conflitos sociais, briga entre vizinhos ou protestos públicos.

Analisando essas diversas situações, podemos constatar que o desempenho profissional do policial está ligado a um grande número de situações delicadas e controversas de nossa organização social, ao mesmo tempo em que exige uma ação de resultado imediato, que pode, muitas vezes, resultar tanto em cumprimento da lei como em agressão a direitos civis, em salvar vidas ou precipitar mortes (NOBRE; PINHEIRO, 2002, p. 171).

Esta explanação demonstra a diferença marcante entre a Polícia Federal e as demais polícias brasileiras, no caso do exemplo citado, da Polícia Militar de Sergipe, uma vez que enquanto para a primeira o apoio da população é uma das “recompensas” do trabalho, para a segunda o relacionamento é conflituoso e desgastante. Corroborando estes dados, Nummer (2005) observa que para os policiais militares gaúchos o lado negativo na profissão diz respeito “ao fato de que qualquer atitude ilícita das polícias como um todo recai sobre a

Brigada (*forma como se denomina a Polícia Militar do RS*), justamente por ser esta que mais aparece nas atividades diárias de segurança pública” (NUMMER, 2005, p. 47).

Neste capítulo procurou-se abordar os aspectos que configuram e delimitam a identidade partilhada pelos policiais federais, bem como o que os diferencia enquanto grupo quando comparados com as demais polícias. Os dados da pesquisa de campo, conforme relatados em algumas falas dos policiais, corroboram o bom momento em que passa a Polícia Federal, concretizado na auto-estima dos policiais federais em relação a sua profissão.

## CONCLUSÃO

A pesquisa realizada com policiais federais traz, à luz da discussão acadêmica existente sobre o tema, alguns aspectos que confirmam o que já foi apontado pela bibliografia consultada e outros que, pela novidade, instigam a continuar aprofundando as análises aqui apresentadas. Isto através de novas pesquisas e da comparação com o que foi produzido sobre polícia em outros contextos e sobre identidades profissionais. Vários aspectos ainda podem ser explorados. Entre eles a relação dos policiais com a família, a questão de gênero dentro da instituição, o curso de formação, a relação entre o Judiciário e as ações policiais são alguns temas que merecem destaque. No âmbito deste trabalho o tema da identidade policial foi o foco que permitiu pensar sobre a instituição Polícia Federal do Brasil.

Em primeiro lugar, destaca-se a observância de uma identidade partilhada pelos entrevistados. Diferentemente dos autores estudados que abordam o tema, como Monjardet, Reiner e Bittner, que afirmam não haver uma “cultura policial”, percebe-se uma identidade em comum, isto é, uma construção simbólica que configura uma identidade coletiva entre policiais federais. Estas características se encontram presente em suas falas e posicionamentos, já que todos reconhecem o que é comum para o grupo e o que os diferencia dos demais grupos sociais.

Assim, a identidade partilhada pelos policiais se concretiza em algumas características como a) a concepção do que seria o verdadeiro trabalho policial, b) a forma de se trabalhar, como a não convivência com policiais corruptos e a constante presença da confiança como fator essencial para o trabalho policial e c) as conseqüências de se trabalhar na PF, como o vício ao se tornar policial federal, a percepção do risco inerente às funções e a renúncia da vida particular. Vale destacar, ainda, a identidade policial em relação ao alto reconhecimento social; ao bom salário e à estabilidade no funcionalismo público; à constante preocupação com a qualificação; à prisão da elite social e desmantelamento das organizações criminosas como o principal objetivo da Polícia Federal; e, à diferenciação da PF em relação àqueles que não fazem parte da instituição ou que não comungam da mesma identidade.

Em segundo lugar, torna-se importante salientar o bom momento da Polícia Federal uma vez que a instituição possui atualmente o respaldo da sociedade brasileira, com forte prestígio social. Destaca-se o fato de que a sociedade apóia as atuações da PF e recrimina os atos das polícias estaduais (civil e militar), mostrando que há uma diferenciação clara de quem é quem para a população. Considera-se que este comportamento social ganha força com

a constante aparição da PF na mídia, que, diferentemente das outras polícias, também recebe o apoio dos meios de comunicação.

Entretanto, este reconhecimento do trabalho policial não se deu instantaneamente, e sim, foi algo construído na medida em que os investimentos na organização cresceram consideravelmente. A partir disto, foi possível uma melhoria na PF como um todo, ou seja, além de equipamentos modernos, também houve, e continua havendo, uma preocupação constante com a qualificação de seu contingente de policiais. Em outras palavras, é com uma polícia bem equipada e qualificada, com salários dignos e boas condições de trabalho que está sendo possível realizar um trabalho eficiente e confiável. Assim, uma polícia bem estruturada, com uma crescente qualificação de seu quadro de pessoal, mostra que com o planejamento de suas ações, o risco de haver algum erro se reduz consideravelmente. Pensa-se que por estas razões as operações da PF tenham obtido grande sucesso.

Dessa forma, o presente estudo mostra que há possibilidades realizáveis e concretas, no caso brasileiro, para uma política de segurança pública eficaz. Para isto, revela-se fundamental o planejamento estratégico dos governos em todas as esferas. Claro que cada polícia possui suas atribuições específicas, mas o destaque da PF é uma consequência de uma preocupação governamental em qualificar o órgão.

O terceiro ponto a se destacar diz respeito à Polícia Federal como uma polícia de elite em duplo sentido: de um lado, por tratar-se de uma polícia estruturada, com todo o aparato operacional necessário para a realização de um bom trabalho; do outro, por ser uma polícia que através de técnicas específicas, como a investigação, prende uma parcela da sociedade, considerada privilegiada, seja por seu *status* econômico ou social, ou sua influência política. Portanto, a Polícia Federal pode ser dita “de elite” também porque prende a elite. Este é um fator extremamente importante e talvez uma das causas do apoio popular, uma vez que a população vê que o topo da pirâmide social também pode ser alvo da “justiça”. Entretanto, esta especificidade a mantém distante da grande parcela empobrecida da população brasileira, o que a torna menos degradada simbolicamente.

Ao término deste estudo que envolveu leituras de diferentes fontes, escuta de profissionais da PF e um trabalho de sistematização das informações coletadas e de cruzamento com dados produzidos por outros pesquisadores, cabe a elucidação de alguns posicionamentos acerca, sobretudo, da relação entre a polícia brasileira e o sistema judiciário. Sabe-se que apesar de prender ricos, a Polícia Federal não possui a competência de manter estas pessoas presas. Esta tarefa cabe ao Judiciário, sendo o órgão responsável pelo andamento e decisões dos processos. E o que se percebe, com isto, é a reprodução da

desigualdade social. Em outras palavras, o jargão “a polícia prende e a justiça solta” se torna presente quando se compara o perfil sócio-econômico dos presos brasileiros, ficando clara a inexistência da elite nos presídios do país. Um trecho da Revista Carta Capital ilustra a parcialidade da justiça quando entra em jogo o *status* social e econômico: “Há praticamente uma unanimidade ao se afirmar que há uma Justiça que funciona para os abonados e outra para os desafortunados.”<sup>62</sup>

A mesma revista mostra dados do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, salientando que 80% dos presos brasileiros, de um total aproximado de 360.000, são analfabetos ou fizeram no máximo até o ensino fundamental. Outro dado, segundo a mesma fonte, é o crime de furto simples (tipo penal onde não há violência ou outro fator agravante), na qual há cerca de 11.200 condenados.

Se a Justiça se sustenta na crença da imparcialidade, por que se vêem casos como o de Antonio Pimenta Neves<sup>63</sup> e o do juiz aposentado, Nicolau dos Santos<sup>64</sup>, ambos condenados e em casa, ou o do prefeito Paulo Maluf e dos donos da butique Daslu – beneficiados em algum momento pela boa condição financeira? Por que pessoas que furtam uma barra de chocolate ou uma lata de leite em pó são presas em flagrante pela polícia, têm de aguardar o julgamento na cadeia e, na maioria das vezes, são condenadas?<sup>65</sup>

É claro que o Judiciário não agiria de tal forma se não houvesse brechas na lei, mas como explicar a prisão de pessoas que cometeram crimes menos graves, se comparados com milhões desviados em fraudes e corrupção, sendo que estes criminosos passaram ilesos? Que exemplo está sendo dado à população quando um órgão que deveria ser imparcial e aplicar a lei igualmente para todos, cultiva as desigualdades, acentuando cada vez mais a diferença entre ricos e pobres? Como explicar às camadas sociais mais desfavorecidas da população a impunidade daquelas pessoas que desviam milhões de verbas públicas, prejudicando um número extraordinário de pessoas, pela falta de investimentos em educação, saúde, segurança pública, empregos?

Em vista disto, considera-se primordial que todos os órgãos governamentais trabalhem em prol de uma sociedade em que realmente haja justiça, em que possa haver uma punição

---

<sup>62</sup> PACHECO, Paula. Justiça sem venda. **Carta Capital**. São Paulo, ano XII, n. 402, p.17, 19 jul. 2006.

<sup>63</sup> Jornalista de 69 anos, condenado em maio de 2006 a 19 anos e 2 meses pela morte de sua ex-namorada, obteve o benefício da prisão domiciliar durante quase todo o tempo em que esperava o julgamento. PACHECO, Paula. Justiça sem venda. **Carta Capital**. São Paulo, ano XII, n. 402, 19 jul. 2006.

<sup>64</sup> Condenado a 48 anos de prisão pelo desvio de R\$ 169,5 milhões de verbas públicas. Também usufruiu da prisão domiciliar. PACHECO, Paula. Justiça sem venda. **Carta Capital**. São Paulo, ano XII, n. 402, 19 jul. 2006.

<sup>65</sup> PACHECO, Paula. Justiça sem venda. **Carta Capital**. São Paulo, ano XII, n. 402, p.17, 19 jul. 2006.

justa para cada tipo de crime e, se isto não está ocorrendo, em algum lugar do longo caminho percorrido está havendo graves falhas. Pensa-se que realmente a Polícia Federal tenha tentado contribuir para amenizar desigualdades, incentivando a punição das pessoas das altas classes sociais. Seu trabalho nos últimos anos tem demonstrado que a punibilidade pode ser viável, mas para isso ocorrer, deve haver maior colaboração por parte de outros órgãos.

Apesar do volume de provas e indícios contra quadrilhas entranhadas no poder público, os acusados deixam a prisão antes mesmo de os investigadores concluírem o exame dos documentos apreendidos, deixando no ar a desagradável, porém familiar, sensação de impunidade.<sup>66</sup>

Uma sociedade em que a sensação de impunidade está presente constantemente não tem como progredir, pois todos se acharão no direito de cometer crimes, na certeza de que a justiça falhará. Quando parlamentares se conscientizarem que as leis devem ser feitas para todos e não para uma parcela da população, ou quando o Poder Judiciário perceber que todos os tipos de crime colocam em risco uma sociedade, talvez a sociedade comece a se modificar, na certeza que crimes serão punidos.

Há um descompasso entre as ações policiais e o desenrolar dos casos na Justiça brasileira (...). Exemplo é a Operação Vampiro, deflagrada em 2004, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. A ação resultou em 17 prisões por acusação de fraude em processos de licitação de hemoderivados no Ministério da Saúde. Foram cumpridos, ainda, 42 mandados de busca e apreensão e encontrados 29,7 mil reais, 120 mil dólares e 7 mil euros. Passados três anos, todos os envolvidos estão soltos sem jamais terem sido julgados.<sup>67</sup>

Casos como o desempenho do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes, não deveriam se repetir. Há os mais variados exemplos da desastrosa atuação do ministro como a liberação de Daniel Dantas<sup>68</sup>, duas vezes seguidas em menos de 48 horas, a Súmula Vinculante que regulamenta o uso das algemas, as críticas constantes à PF e ao Poder Executivo e as constantes concessões de *habeas corpus* para os investigados.

Limitar a ação policial, como foi o caso da regulamentação do uso das algemas, é engessar a polícia, é limitar sua atuação e incentivar, mais ainda, a desigualdade, uma vez que o rico não deve ser algemado e o pobre sim, porque é um perigo social mantê-lo solto.

<sup>66</sup> ERTHAL, João Marcelo. A PF prende, a lei solta. **Carta Capital**, ano XIII, n. 446, p. 25, 30 maio 2007.

<sup>67</sup> FORTES, Leandro; ERTHAL, João Marcelo. O silêncio por um fio. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 441, p. 26, 25 abr. 2007.

<sup>68</sup> Banqueiro influente acusado de vários crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e espionagem.



Salienta-se o fato de que o policial que não proceder de forma correta ao utilizar seu objeto de trabalho, corre o risco de ser punido. Fala-se em autonomia policial, mas como a polícia pode atuar se há um limite para a realização de seu trabalho? Em entrevista à Revista Carta Capital, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro declara:

Quando a Polícia Federal enfrenta o criminoso de colarinho-branco que, para mim, é o verdadeiro crime organizado, há uma reação dos mesmos setores que clamam por punição e se mobilizam porque um determinado engravatado foi algemado (...). A decisão (*Súmula do Supremo Tribunal Federal regulamentando o uso das algemas*) prejudica a capacidade de discernimento do agente policial.<sup>69</sup>

Todas essas reflexões levam a outra dimensão do trabalho policial. A Polícia Federal usa métodos investigativos que muitas vezes levam meses ou mesmo anos até obterem provas concretas e suficientes para a acusação dos indiciados. Como se sentem os policiais ao verem seu trabalho questionado pela falta de confiabilidade nas provas, ou verem seus investigados soltos devido às concessões de *habeas corpus* por juízes que muitas vezes desconhecem o caso, ou pareceres injustificáveis do Supremo, pelo simples fato de discordarem da ação policial? É necessário que haja uma mudança nas leis e na postura jurídica para que instituições de confiabilidade como a PF sejam respeitadas. A atuação da PF mostra a possibilidade de mudança na postura policial, na realização de um trabalho confiável e eficaz, bem como na mentalidade social como um todo, na medida em que o cidadão passa a acreditar na polícia, por sua ética profissional, pela confiabilidade de suas investigações e porque vê nela uma instituição capaz de transformar os conceitos errados e vícios de procedimentos do passado, em uma instituição profissional, correta e ética.

---

<sup>69</sup> Wadih Damous. Ativismo Judicial [17 set. 2008]. Entrevistador: Maurício Dias. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 513, p. 25.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Dossiê Crime Organizado - Revista de Estudos Avançados, v. 21 n. 61, set./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Cidadania e administração da justiça criminal. IN: **O Brasil no rastro da crise**. DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (org.). São Paulo: ANPOCS/HUCITEC/IPEA, 1994.

BEATO FILHO, Cláudio C. **Políticas públicas de segurança e a questão policial**. IN: São Paulo em Perspectiva. v. 13, n. 4. São Paulo, out./dez. 1999.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. IN: PANDOLFI, Dulce Chaves [et al.]. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CASTELLS, Manuel. A conexão perversa: a economia do crime global. IN: \_\_\_\_\_. **Fim de milênio**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. IN: GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GRIZA, Aida. **Polícia, Técnica e Ciência**: o processo de incorporação de saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

HAGEN, Acácia Maira Maduro. **O trabalho policial**: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

HAGUATTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. IN: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KAHN, Túlio. **Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por cauda do crime no Estado de São Paulo**. IN: São Paulo em Perspectiva. v. 13, n. 4. São Paulo, out./dez. 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LEMBGRUBER, Julita. **Violência, omissão e insegurança pública**: o pão nosso de cada dia. Disponível em: [www.ucam.edu.br/cesec/publicacoes](http://www.ucam.edu.br/cesec/publicacoes). Acesso em: 07 nov. 2007.

LUCAS, Flávio Oliveira. **Organizações criminosas e Poder Judiciário**. Dossiê Crime Organizado - Revista de Estudos Avançados, v. 21 n. 61, set./dez. 2007.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. IN: THIOLENT, Michel J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: EDUSP, 2002.

MÜLLER, Lúcia Helena Alves. **A alma do negócio**: um estudo antropológico sobre o uso da pesquisa de mercado na publicidade. 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mercado exemplar**: um estudo antropológico sobre a Bolsa de Valores. Porto Alegre: Zouk, 2006.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; JÚNIOR, Domício Proença. **Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são**. Dossiê Crime Organizado - Revista de Estudos Avançados, v. 21 n. 61, set./dez. 2007.

NOBRE, Maria Teresa; PINHEIRO, Frederico Leão. Superando a dicotomia sociedade x policial militar: relato de uma experiência. IN: NEVES, Paulo Sérgio da Costa; RIQUE Célia; FREITAS, Fábio. **Polícia e democracia**: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EdUFF, 2005.

OLIVEIRA, Adriano. **Crime organizado: é possível definir?** Revista Espaço Acadêmico – n. 34 – março/2004.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

ROCHA, Bruno Lima. **A polícia federal após a Constituição de 1998**: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ROCHA, Luiz Carlos. **Organização policial brasileira**: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares, guardas municipais. São Paulo: Saraiva, 1991.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A arma e a flor**: formação da organização policial, consenso e violência. IN: Tempo social. São Paulo v. 9, n. 1, maio 1997.

SILVA, José Geraldo da. **O inquérito policial e a polícia judiciária**. 4.ed. Campinas: Millennium, 2002.

THIOLLENT, Michel J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. IN: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. Dossiê Crime Organizado - Revista de Estudos Avançados, v. 21 n. 61, set./dez. 2007.

## APÊNDICE A

### Roteiro de Entrevista

#### 1. DADOS GERAIS

- Data e local de nascimento
- Estado civil
- Tem filhos?
- Formação
- Cargo na PF
- Ano de ingresso na Polícia Federal

#### 2. INTRODUÇÃO AO TEMA

- O que você acha do cenário brasileiro a respeito da segurança pública.
- O que você considera como “o mais grave” dentro dessa realidade.
- Você acha que existe impunidade no Brasil e o que você pensa a respeito disso?
- Como você se sente em relação a isso, levando em consideração o seu trabalho.

#### 3. A CARREIRA/ SER POLICIAL

- Qual foi a razão que fez você entrar na Polícia Federal?
- Tem policiais na família?
- Fale-me um pouco sobre sua rotina de trabalho.
- O que você mais gosta na profissão?
- Houve alguma situação profissional que você enfrentou que mais lhe marcou ao longo de sua carreira, tanto positiva quanto negativamente?
- Em sua opinião, quais as características que uma pessoa deve ter para ser um bom policial federal?
- Como é a relação de trabalho entre os colegas, levando em consideração os diferentes cargos?
- O que você acha do ingresso de mulheres na Polícia Federal?
- Se você não fosse policial hoje, qual outra profissão você escolheria?

- Quem são as pessoas com que você mais se relaciona fora do seu local de trabalho?
- Você já sofreu algum preconceito por ser policial?
- Você costuma dizer que é policial?
- Ser policial influencia na vida familiar?
- Você acha que corre algum risco pelo fato de ser policial?
- O que você pensa a respeito de policiais que cometem crimes?

#### 4. A INSTITUIÇÃO

- Fale-me um pouco sobre a Polícia Federal enquanto instituição.
- Comparando a instituição ao longo de sua existência, você acha que houve mudanças?
- Fale-me sobre sua experiência na Academia.
- Você acha que a experiência na academia condiz com a realidade?
- Qual a relação da PF com os outros órgãos do governo? E como se dá esta relação?
- Qual a grande diferença que você destacaria entre Polícia Federal e Polícia Civil já que ambas trabalham com investigação?
- Qual a grande diferença que você destaca entre polícia federal e polícia civil, já que ambas trabalham com investigação?
- Como você acha que os policiais civis enxergam a Polícia Federal?
- Como você acha que a sociedade vê o trabalho da Polícia Federal?
- O que você acha dessa visibilidade diária da PF na mídia?

## APÊNDICE B

### Perfil dos Entrevistados

CARGO	SIGLA	NOME	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	ANO DE INGRESSO	TEMPO NA PF
Agente	Ag.	1	Masculino	39 anos	Casado	Sim (1)	1996	12 anos
Agente	Ag.	2	Masculino	37 anos	Casado	Sim (2)	2005	3 anos
Agente	Ag.	3	Masculino	31 anos	Solteiro	Sim (1)	2003	5 anos
Agente	Ag.	4	Masculino	37 anos	Divorciado	Não	2003	5 anos
Agente	Ag.	5	Masculino	34 anos	Casado	Sim (1)	2006	2 anos
Agente	Ag.	6	Masculino	44 anos	Separado	Não	1988	20 anos
Agente	Ag.	7	Feminino	32 anos	Solteira	Não	2002	6 anos
Agente	Ag.	8	Masculino	45 anos	Casado	Sim (1)	1997	11 anos
Agente	Ag.	9	Masculino	±50 anos	Casado	Sim (2)	1981	27 anos
Agente	Ag.	10	Masculino	51 anos	Casado	Sim (2)	1971	27 anos
Delegado	Del.	1	Feminino	31 anos	Casada	Sim (1)	2003	5 anos
Delegado	Del.	2	Feminino	32 anos	Casada	Não	2006	2 anos
Delegado	Del.	3	Masculino	30 anos	Casado	Não	2006	2 anos
Delegado	Del.	4	Masculino	31 anos	Casado	Não	2003	5 anos
Delegado	Del.	5	Masculino	42 anos	Companheira	Sim (3)	1998	10 anos
Delegado	Del.	6	Masculino	46 anos	Casado	Sim (3)	1996	12 anos
Delegado	Del.	7	Masculino	39 anos	Casado	Sim (1)	1995	13 anos
Escrivão	E.	1	Feminino	41 anos	Divorciada	Sim (1)	2003	5 anos
Escrivão	E.	2	Feminino	35 anos	Solteira	Sim (2)	2003	5 anos
Escrivão	E.	3	Feminino	49 anos	Casada	Sim (2)	2003	5 anos
Escrivão	E.	4	Masculino	31 anos	Solteiro	Não	2007	1 ano
Escrivão	E.	5	Masculino	31 anos	Casado	Não	2003	5 anos
Papiloscopista	Pap.	1	Masculino	28 anos	Solteiro	Não	2005	3 anos
Perito	Per.	1	Masculino	54 anos	Casado	Sim (3)	2006	2 anos
Perito	Per.	2	Masculino	34 anos	Separado	Sim (1)	2004	4 anos

## ANEXO A - Reportagem do Jornal Zero Hora

44 | Polícia &gt;

ZERO HORA &gt; TERÇA | 4 | SETEMBRO | 2007

**Brasília** Gaúcho, Luiz Fernando Corrêa tomou posse ontem como diretor-geral da Polícia Federal prometendo mais rigor técnico nas investigações e menos espetáculo no desfecho das operações

## Uma PF com menos “pirotecnia”

CAROLINA BAHIA

Brasília

Biscaia assume Senasp

Mais rigor nas investigações e menos espetáculo.

Esses deverão ser dois dos principais eixos de trabalho do novo diretor-geral da Polícia Federal, o gaúcho Luiz Fernando Corrêa.

À o tomar posse ontem, o delegado, especialista no combate ao crime organizado, anunciou mudanças na cúpula da corporação e avisou:

– A Polícia Federal vai trabalhar com rigor técnico e profissionalismo. Mais do que ver uma pessoa presa ser jogada em um camburão, o importante para a sociedade é o conteúdo e o impacto da investigação.

Corrêa deixa a Secretaria Nacional de Segurança Pública para assumir o comando da PF no lugar do também delegado Paulo Lacerda. Com um saldo de 390 operações de repercussão, Lacerda vai para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e deixa uma herança de ações conhecidas por nomes curiosos, como Anaconda, Sanguessuga e Navalha. Muitas delas, porém, receberam críticas por abusar da pirotecnia, em especial no momento das prisões. Assessores de Corrêa confirmam que haverá continuidade na política das grandes operações, mas com mais cautela, em especial no vazamento de informações. Consagrado pela atuação na coordenação da segurança nos Jogos Pan-Americanos no Rio, Corrêa chega com aval para impor seu estilo.

– A linha de comando continua basicamente a mesma, mas haverá uma disciplina mais rígida – adianta um interlocutor do novo diretor.

A expectativa dentro da PF é que Corrêa represente a chegada de uma nova geração no comando, com uma gestão mais descentralizada e garantia de qualificação profissional. Ele aproveitou o seu discurso para mandar recados aos funcionários, que

> O secretário nacional de Justiça, Antônio Carlos Biscaia, vai assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) nos próximos dias. Ele disse ontem que precisa apenas acertar alguns detalhes com o ministro da Justiça, Tarso Genro, por quem foi convidado para o cargo. Biscaia assume o lugar que era de Luiz Fernando Corrêa.

Segundo Biscaia, uma de suas prioridades será dar continuidade ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que ficou conhecido como o PAC da Segurança. O programa reúne 94 projetos que propõem o combate à violência com a execução de ações sociais.

Ex-deputado do PT e ex-procurador-geral do Rio, Biscaia liderou ações de combate ao jogo do bicho. Na Câmara, ele assumiu uma posição mais independente em relação ao PT.



Para um auditório lotado, Corrêa prometeu, em seu discurso de posse, a elaboração de uma lei orgânica para a PF

ajudaram a lotar o auditório da sede da PF em Brasília – planejado para acomodar 450 pessoas. Corrêa se comprometeu com a elaboração de uma lei orgânica e com um planejamento estratégico de longo prazo.

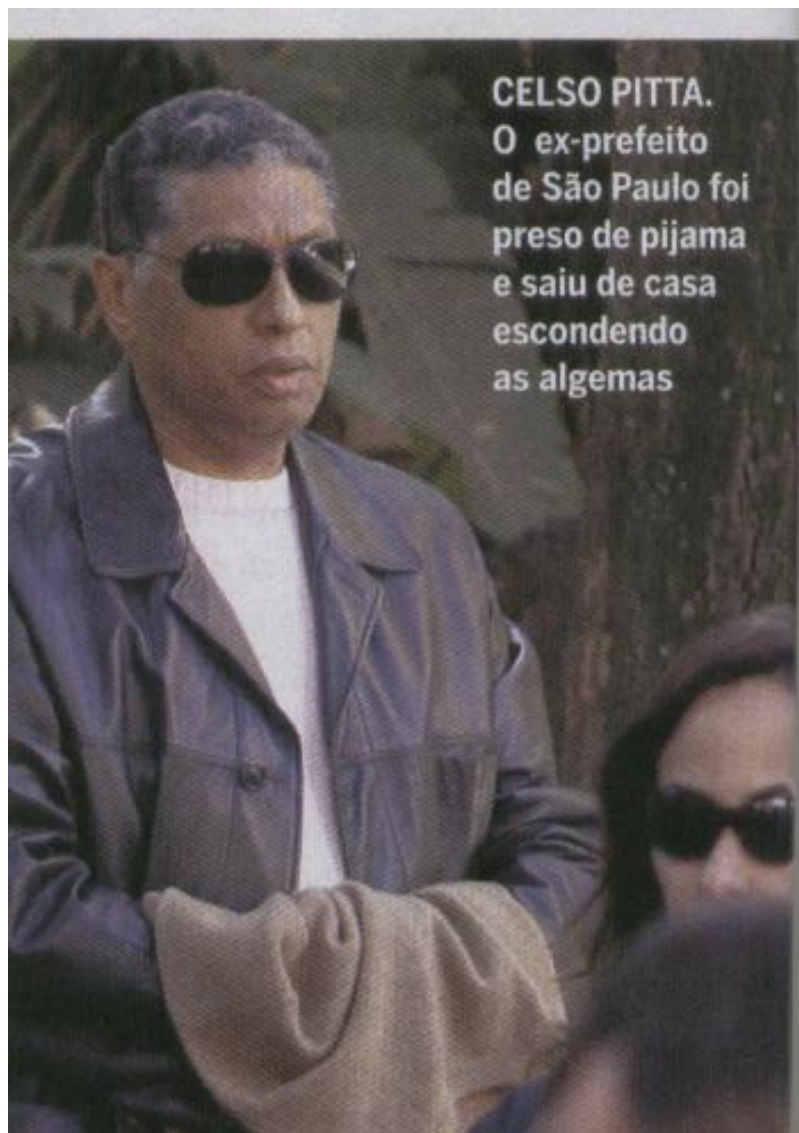
Na presença do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e do atual, Tarso Genro, Corrêa aproveitou para rechaçar os boatos de que tenha sido indicado para o cargo por questões políticas. Natural de Santa Maria, ele fez questão de lembrar que construiu a sua carreira ao longo de 27 anos de trabalho à frente da corporação.

Na primeira fila da plateia, a emoção ficou por conta da família de Corrêa. A mãe, Odete Corrêa, revelava estar presenciando um antigo sonho. Uma das filhas, Rafaela Lopes Corrêa, fazia coro às palavras do pai em seu discurso.

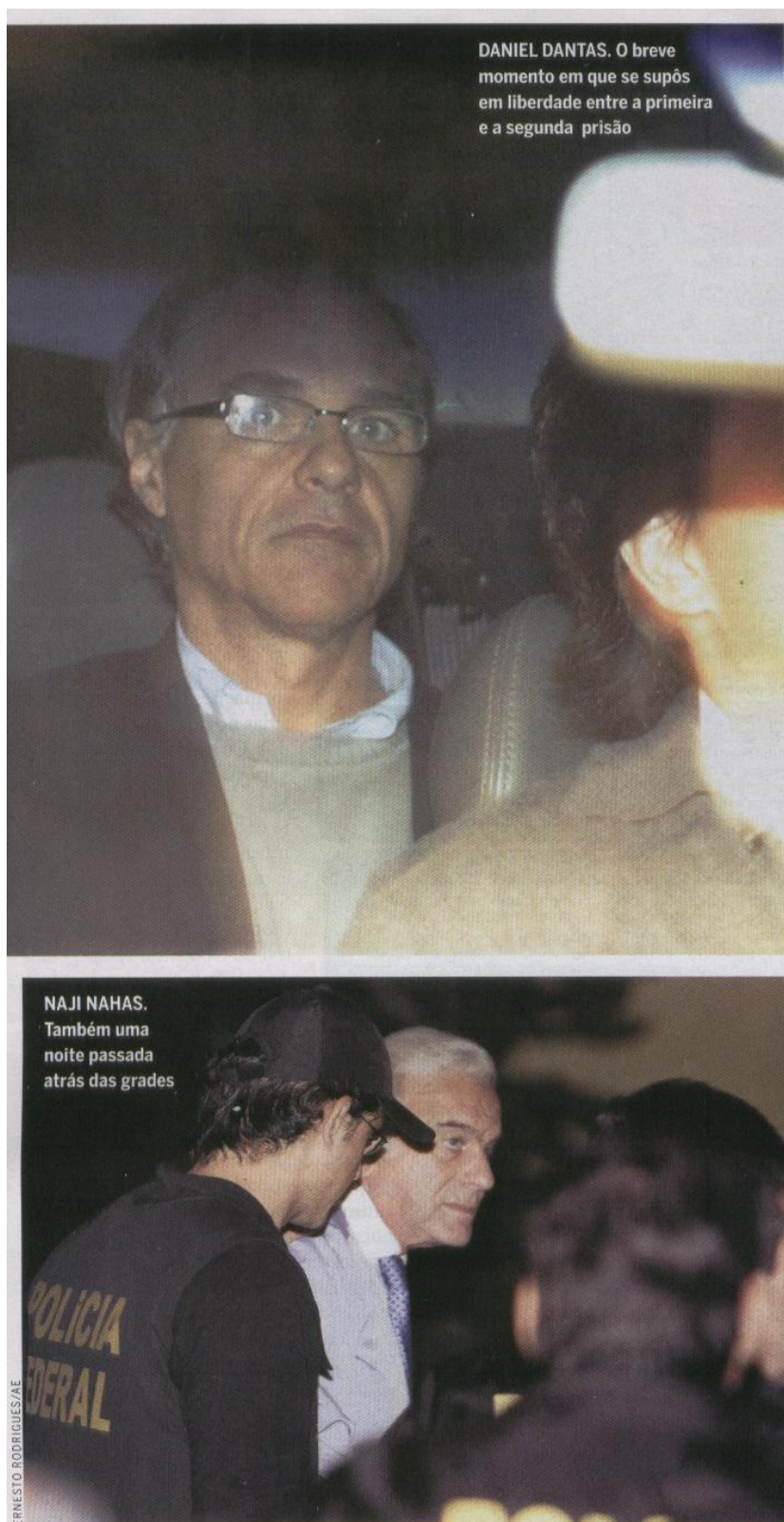
– Ele sempre foi o nosso herói – disse Rafaela, ao lado da irmã Mariana e do irmão Luiz Fernando Júnior.

carolina.bahia@zerohora.com.br



**ANEXO B - Foto da elite sendo presa**

Fonte: FORTES, Leandro. A ponta do iceberg. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 504, p. 24, 16 jul. 2008.

**ANEXO C - Foto da elite sendo presa**

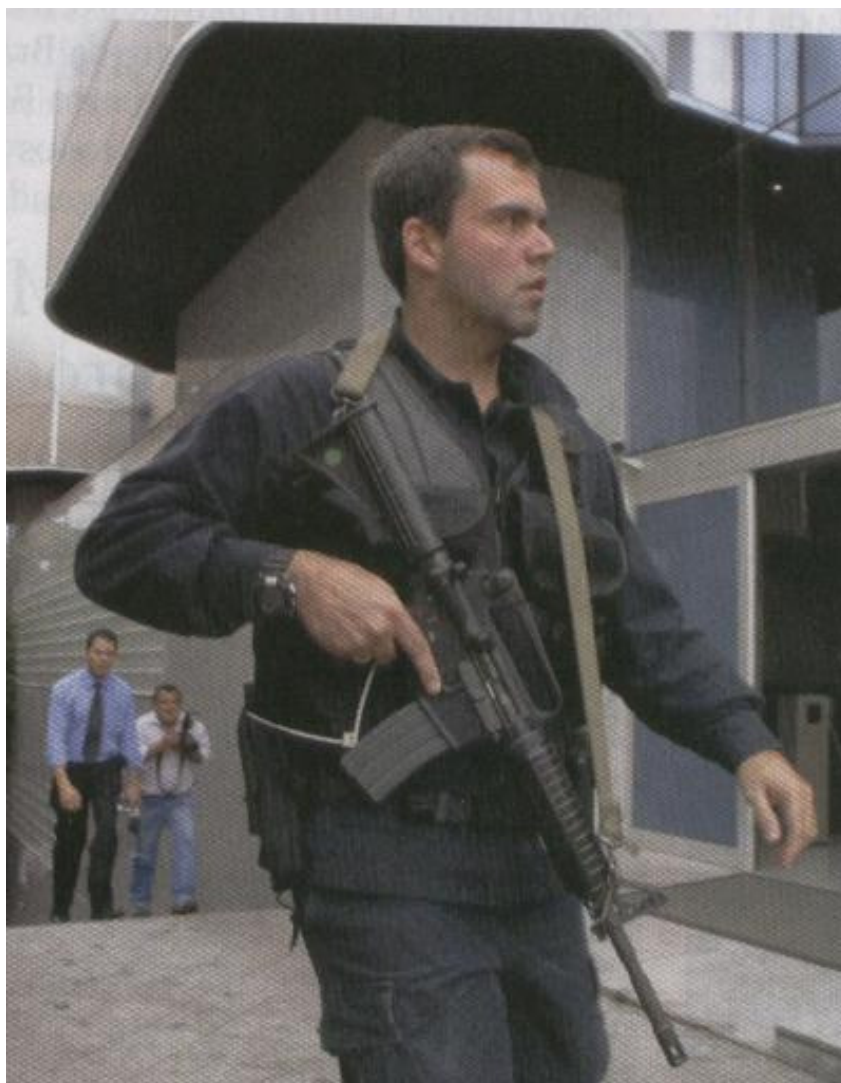
Fonte: FORTES, Leandro. A ponta do iceberg. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 504, p. 25, 16 jul. 2008.

**ANEXO D – Foto de um carro importado**

Fonte: FORTES, Leandro. Era o mais rico... **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 506, p. 23, 30 jul. 2008.

**ANEXO E - Foto de carros de luxo apreendidos**

Fonte: FORTES, Leandro; ERTHAL, João Marcelo. O silêncio por um fio. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 441, p. 23, 25 abr. 2007.

**ANEXO F – Foto de policial com a roupa operacional**

Fonte: FORTES, Leandro. Contra-ataque. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIV, n. 505, p. 24, 23 jul. 2008.

**ANEXO G - Foto de policiais com a roupa operacional**

Fonte: Disponível em:

<[http://www.atribunamt.com.br/wpcontent/images/imagens\\_do\\_dia/18-05-07/Policia%20federal%20aprende%20documentos%20na%20navalha%20-%202017-05-07.jpg](http://www.atribunamt.com.br/wpcontent/images/imagens_do_dia/18-05-07/Policia%20federal%20aprende%20documentos%20na%20navalha%20-%202017-05-07.jpg)>. Acesso em: 10 dez. 2008

**ANEXO H - Foto de policiais com a roupa operacional**

Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/foto/0,,14649809-EX,00.jpg>>. Acesso em 15 jan. 2009.

**ANEXO I - Foto de policiais com a roupa operacional**

Fonte: FORTES, Leandro; ERTAL, João Marcelo. O silêncio por um fio. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 441, p. 23, 25 abr. 2007.